



CONGRESSO NACIONAL

10^a

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SENHOR
PEDRO COLLOR DE MELLO

Notas Taquigráficas da Reunião de 16/06/92
DEPOENTE: Sr. Takeshi Imai

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 000242

Secretário



CONGRESSO NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 52 - Congresso Nacional, de 1992, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Na pauta de hoje, o depoimento do Dr. Takeshi Imai.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, pediria permissão a V.Exa. para juntar dois documentos aos autos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Sr. Senador Odacir Soares, permita-me apenas concluir as informações. Em seguida, passarei a palavra a V.Exa.

O SR. ODACIR SOARES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O depoimento será feito como nas bases anteriores. O depoente terá 15 minutos para sua exposição inicial e responderá às questões dos senhores membros da Comissão e dos que não são seus membros, por cinco minutos; poderão dispor de cinco minutos para a pergunta e cinco minutos para a resposta, podendo ser, inclusive, no esquema de pinga-fogo: pergunta e resposta, diretamente.

Convido o empresário Takeshi Imai a prestar o juramento à Comissão. Peço aos senhores que fiquem de pé.

O SR. TAKESHI IMAI - Srs. Congressistas, o meu nome é Takeshi Imai.

"Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias".

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fl. 000243
Secretário



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, farei a qualificação do Sr. Depoente.

De acordo com o art. 148, § 2º, Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 203 do Código de Processo Penal, vou tomar a qualificação do Depoente.

Qual o seu nome completo?

O SR. TAKESHI IMAI - Takeshi Imai.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual a sua idade e o seu estado civil?

O SR. TAKESHI IMAI - Tenho 51 anos e sou casado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é o seu endereço completo?

O SR. TAKESHI IMAI - Moro na rua Benedita Maria de Sousa, nº 105, Guarulhos, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é a sua profissão?

O SR. TAKESHI IMAI - Sou Engenheiro Mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Onde exerce a sua atividade profissional?

O SR. TAKESHI IMAI - Trabalho, desde 1964, na Hatsuta Industrial, S.A., em Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, lerei o dispositivo do Código de Processo Penal, aplicável ao depoimento de testemunha:

"Art. 204 - O depoimento será prestado, oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo Único - Não será vedado à testemunha, entretanto, breve consulta à apontamentos.

Advertência à testemunha: Art. 210 - As testemunhas serão inquiridas, cada uma de per si, de modo que uma não ouça o depoimento



das outras, devendo o juiz adverti-la das penas culminadas ao falso testemunho."

A Lei nº 1.579 de 1959 dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

"Art. 4 - Constitui crime: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor e intérprete, perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

A pena prevista é reclusão de 1 a 3 anos e multa de 2 mil cruzeiros e 6 mil cruzeiros."

Antes de passar a palavra ao Depoente, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, o jornal A Tarde e o jornal O Estado de S. Paulo publicaram entrevista do Sr. Deputado José Dirceu na qual S.Exa. acusa o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal de terem contratos de prestação de serviços, assinados com as empresas de táxi aéreo do Dr. Paulo César Cavalcante Farias.

Os Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal encaminharam-me documentação referente a essa matéria onde está peremptoriamente e indiscutivelmente negada qualquer vinculação, qualquer tipo de prestação de serviços das empresas de táxi aéreo do Sr. Paulo César Cavalcante Farias ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, no período compreendido em todo o Governo Collor de Mello.

Para que conste dos Anais da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, considerando, inclusive, que este assunto foi trazido à baila, desejava pedir a V.Exa. que mandasse anexar aos autos estes documentos de modo a que a matéria possa ser instruída, à contento, nos autos da CPI.

Era o requerimento que desejava fazer.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 000264



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado a V.Exa., nobre Senador Odacir Soares. Aditando a esta informação de V.Exa., informo que esta Comissão já requereu à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil, oficialmente, os possíveis contratos ou não com relação a este assunto.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Dirceu, pela ordem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, quero encaminhar, oralmente, um requerimento a V.Exa. - que depois formularei por escrito - para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal enviem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não a guia de afretamento de aviões da Líder, mas as faturas emitidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, com relação a todos os vôos realizados por essas duas instituições bancárias. Dessa maneira, poderemos saber de quem e de que empresas foram contratados os táxis aéreos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O requerimento encaminhado às duas instituições financeiras diz exatamente isso: "Todo e qualquer afretamento de aeronave".

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o nobre Deputado Mendes Thame.

O SR. ODACIR SOARES - Quero dizer a V.Exa. que essas informações solicitados pelo Deputado José Dirceu já constam desse documento que estou encaminhando a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Senador. Tem a palavra o Deputado Mendes Thame.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, estou encaminhando a V.Exa. requerimento convocando o Sr...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. Fazendo soar a campainha) - Deputado Mendes Thame, não interrompendo V.Exa., gostaria que os requerimentos fossem apresentados logo após o depoimento e as questões, para evitar transtornos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - V.Exa. abrirá espaço?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - É evidente. Está assegurado a V.Exa. e a todos os membros da Comissão.

Com a palavra o Sr. Takeshi Imai.

O SR. TAKESHI IMAI - Sr. Presidente, Srs. Congresistas, estamos aqui como um empresário que decidiu, face a uma série de acontecimentos, trazer as informações que dispõe para tentar, com todas as suas forças, caracterizar as ações nefastas do Grupo PC Farias em relação ao nosso País, e, especificamente, em relação ao Ministério da Saúde, onde nossa empresa atua há 26 anos.

Gostaria, antes de entrar na parte do depoimento propriamente dito, externar alguns motivos que me levaram a essa decisão, e também prestar o meu juramento pessoal, solene, de que estou fazendo esse depoimento desassistido de qualquer assistência jurídica, insistentemente solicitada por amigos meus, preocupados.

Estou fazendo isso depois de um profundo exame de consciência, onde consultei profundamente a minha consciência, o meu intelecto e todo o meu ser.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Mas a CPI assegura assistência jurídica ao senhor. O senhor não quer assistência jurídica?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. E também gostaria de declarar que assumo, consciente e serenamente, todas as conseqüências deste meu ato.



Não gostaria que advogados tolhessem o que pretendo trazer aos senhores, porque acho que no nosso País a legislação ainda não é perfeita. É difícil certamente caracterizar empresários que tenham feito alguma coisa errada. É muito difícil. E, às vezes, pessoas desavisadas podem estar sujeitas a punições por terem falado coisas erradas e inadequadas perante a Justiça, apesar de serem a pura expressão da verdade.

Decidi, hoje, trazer, realmente, aquilo que sinto, aquilo que penso, o que assumo serenamente, entendendo que essa minha decisão poderá ser, se Deus quiser, a virada de uma ação moralizadora para o nosso País.

Gostaria, Sr. Presidente, de começar o nosso depoimento, que será dividido em quatro etapas.

Na primeira etapa, farei um breve relato do que está nos jornais, que foi uma tentativa de extorsão, quando a CEME - Central de Medicamentos - precisava adquirir, em caráter de urgência, uma quantidade de pulverizadores, e nós nos negamos a aceitar a extorsão. Apesar disso, conseguimos vender, porque era uma necessidade urgente.

Na segunda parte, gostaria de expor aos Srs. Congressistas o mecanismo de funcionamento, no nosso entender, do esquema PC no Ministério da Saúde.

A partir dessa explicação, gostaria de expor aos Srs. Congressistas três casos reais e comprovados, do que aconteceu aos empresários que não aceitaram o esquema de extorsão da equipe de PC Farias. Depois, vou explicar três casos, e essa é a parte nova, a parte não veiculada pela imprensa, mas que foi veiculada apenas ontem ao Procurador-Geral, Dr. Aristides Junqueira, e à Polícia Federal. Vou expor três casos públicos e notórios que aconteceram e que são do conheci-



mento de todo o País, do sistema que efetivamente funciona, quando as pessoas entram em acordo com o esquema PC.

A partir da análise dos três casos negativos e dos três casos onde os empresários se mancomunaram com o sistema, gostaria de concluir, caracterizando um crime inafiançável, um crime hediondo. E, dentro dessa característica, eu, então, termino o meu depoimento.

Esse depoimento foi feito ontem ao Procurador-Geral da República em sessão secreta, somente com S.Exa., o Dr. Aristides Junqueira. Quando terminamos, o Sr. Procurador achou por bem convocar o Delegado da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, para que também ouvisse o meu depoimento em sessão fechada, antes de levado a público hoje. É o que estamos fazendo.

Também em caráter informativo complementar, queria informar a todos os Srs. Congressistas que preparamos um dossiê de 50 páginas, que está sendo xerocado agora para ser distribuído a todos, para conhecimento de todo o Brasil, dos Srs. Congressistas e da imprensa em geral. Gostaria que esse documento fosse bastante analisado. Tudo que vamos depor neste momento tem respaldo nesse documento. Assim sendo, se os senhores me permitirem, vou iniciar a primeira parte, ou seja, com aquela história que ocorreu a partir de junho do ano passado.

Em junho do ano passado, a imprensa em geral descobriu uma grande quantidade de veículos, caminhonetes, jipes, que haviam sido adquiridos e estavam encostados no Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro. Um dia após essa descoberta, fui contactado telefonicamente pelo empresário José Maria da Fonseca, Presidente da From Brazil. Por telefone, esse senhor se dizia ser um grande distribuidor do Ministério, eu nunca tinha ouvido falar nele. Trabalhamos há 26 anos com o Ministério da Saúde, fornecendo equipamentos para combate a epidemias,



e nunca havíamos ouvido o Sr. José Maria. Ele se dizia também ser amigo íntimo do Sr. PC, Paulo César Farias; do irmão do PC, Dr. Luís Romero Farias, Secretário-Geral do Ministério da Saúde; do Dr. Luís Ribeiro Gonçalves, Diretor Administrativo e Financeiro da Central de Medicamentos - CEME. Dizia-se, ainda, um almirante da reserva, e afirmava ter um relacionamento imenso com muitas das autoridades do novo Governo. Sabendo que o Ministério iria necessitar, em caráter de urgência, de uma quantidade de pulverizadores, ele se autodenominou nosso distribuidor, ou seja, ele passaria a fazer para nós as vendas desses equipamentos. Achei muito estranho a pessoa já se "autodenominar" de uma forma bastante convencida. Sempre quando há mudanças no governo aparecem empresas que querem distribuir o nosso produto, alegando que são amigos do novo ministro. Isso é comum nas empresas fornecedoras. Não tomamos muito conhecimento.

No dia seguinte, de manhã, liga-me o Diretor administrativo e financeiro da Central de Medicamentos, Sr. Luís Ribeiro Gonçalves, e diz que o Ministério está precisando urgente de uma quantidade de pulverizadores, pedindo que fôssemos à CEME, em caráter de urgência, senão ele pegaria um avião e viria à nossa empresa.

Nós chegamos à CEME e o atendemos no mesmo dia; às 15 horas, eu estava nos escritórios da CEME, perto da TELEBRASÍLIA. Mostramos o produto e, em seguida, o preço de 832 mil cruzeiros, por unidade, a preço de fábrica. E o Sr. Luís Ribeiro já começou a dizer que íamos fazer o negócio através da empresa From Brazil, do Sr. José Maria da Fonseca.

Ele pega o telefone, convoca o Sr. José Maria, pede para que ele pegue um jatinho e venha imediatamente à CEME, para que tenhamos uma conversa. Posteriormente fiquei aguardando; às 18h30min, fomos no



carro dele até o gabinete do Dr. Luís Romero; ele foi ao gabinete, eu fiquei esperando dentro do carro, embaixo; ele disse que havia combinado os detalhes da operação com o Dr. Luís Romero, conversamos um pouco mais, e o Dr. Luís Ribeiro me disse: "Takeshi, entra nesse esquema, atenda-nos nessa emergência, que vamos fazer muito mais negócios. Por favor, estamos com pressa, entenda-se rapidamente com o Sr. José Maria."

Nessa ocasião, fiz uma indagação: "Eu vendo há 26 anos para o Ministério e há 15 anos estou trabalhando com outras empresas, distribuidores ou revendedores e nunca aconteceu isso comigo. Por que eu não poderia continuar vendendo da mesma forma? Por que teria que ser com o Sr. José Maria?"

Aí, inicialmente, ele já me falou claramente: "Olhe, se não for com ele, você nunca mais vai vender para o Ministério. Deixe de ser idiota e siga, por favor, essa linha porque é vantagem para você."

Fui avisado que o Sr. José Maria chegaria de jatinho às 9 horas e estaria me aguardando entre 9 horas e 9h30min no Hotel Saint Paul. Hospedei-me no hotel, aguardei o horário; às 9h30min o Sr. José Maria chegou e contou uma grande vantagem das suas amizades com todos, com Paulo César Farias, com Luís Romero e com Luís Ribeiro. O Luís Romero ele já designava de LR I e Luís Ribeiro de LR II.

Imediatamente começamos a negociar. Ele pegou o nosso preço e concordou, inclusive falou: "Eu pego esse preço, a nossa empresa vai comprar e lhe pago 30% antecipado para vocês começarem a trabalhar a todo vapor. Aí, nós revendemos à CEME." Eu perguntei: A que preço?

Ele ficou nervoso e me disse: "Takeshi, isso não é da sua conta, você está ganhando aquilo que te compensa, então, tudo bem. Não fica per-

000267



guntando essas coisas porque o nosso esquema é grande, custa caro, tem o PC, tem o Luís Romero, há várias pessoas envolvidas, então o custo não é da sua conta. Deixe-nos vender e você nos atendendo vai ganhar bastante dinheiro, vamos fazer outros negócios."

No momento, não gostando da forma que aconteceu, eu vou fazer um pequeno parênteses.

Quando liguei para minha empresa, o Sr. José Maria tinha telefonado para minha empresa e falou com a minha secretária, Neusa. Quando ele soube que eu tinha ido a Brasília, ele passou uma descompostura na minha secretária. Também, 30 minutos depois, ele volta a ligar e fala com meu subcontador, Claudemir.

Em ambos ele passa uma descompostura, nos seguintes termos: que ele era amigo do PC, ele era amigo de todo mundo e que eu não teria necessidade nenhuma de ir à CEME, que deixasse por conta dele, que "o Takeshi não devia ir e chama ele de volta, pode deixar que eu vou fechar todos esses negócios, para ele não se preocupar".

Bom, então, isso, volto novamente, chegando no Saint Paul. Então nós estamos conversando com o Zé Maria e eu falei: "Se nós não fizermos esse negócio com vocês?" Aí ele foi muito categórico, deu até um murro na mesa e falou: "Takeshi, você nunca mais vai vender para o Ministério da Saúde, você vai quebrar."

Na ocasião, observei que ele estava muito ansioso para ir embora. Chegando perto de meia-noite, a discussão ficou acalorada; depois ele tentou amaciar a discussão, voltamos a tentar negociar, mas eu via que da forma que ele via não havia possibilidades.

Eu não aceitava esse tipo de imposição e procurei ganhar tempo.

Por outro lado, eu precisava do pedido, quer dizer, era importante para a minha empresa, naquele momento, vender.



Mas, então, decidi ficar resistindo até o fim do dia.

Aleguei que precisava pensar, precisava consultar outros diretores, o que não era verdade, eu podia decidir sozinho. Aleguei que eu tinha entendimento com outros revendedores ou distribuidores, eu não podia mudar a concessão de repente e pedi o dia para pensar e, no dia seguinte, responderia ao Luís Ribeiro.

O Sr. José Maria ficou impaciente, querendo ir embora, quinze para meia-noite, ligando várias vezes para o aeroporto, porque parece que o jatinho só podia decolar até meia-noite.

Então, foi assim o primeiro dia na CEME.

No segundo dia, chegando à Central de Medicamentos, encontrei o Sr. Luís Ribeiro que, me aguardando ansiosamente, me leva imediatamente à Fundação Nacional da Saúde e, me apresenta a alguns diretores, dizendo: "Aqui está o Takeshi, que é o Presidente da Hatsuta. Já estamos nos entendendo para entregar os pulverizadores.", ou seja, eu percebi que como o assunto dos automóveis, das caminhonetes estava todo dia na imprensa, a Fundação Nacional da Saúde estaria pressionando violentamente a Central de Medicamentos para trazer rapidamente os pulverizadores.

Então, no período da tarde, quando voltamos, no segundo dia, eu resolvi resistir, porque achava que mesmo sem entrar no esquema do Sr. José Maria nós acabaríamos vendendo.

Então, fiquei resistindo e o Sr. Luís Ribeiro tentando, de todas as formas, me convencer.

Realmente, não decidi; e a espera deles, a pressão que eles recebiam da Fundação eu sabia que era grande, então eu sabia que de qualquer forma ia acabar vendendo.



Os pulverizadores, para a saúde pública, são equipamentos sofisticados.

Fazer um pulverizador para a agricultura e jogar veneno na cultura, nas plantas é uma coisa; jogar inseticida dentro de cidades é uma tecnologia muito mais responsável. Então, há três ou quatro, apenas, fabricantes em todo o mundo, e, no Brasil, nós somos os únicos.

O Sr. José Maria não conhecia o que era um pulverizador para a saúde pública. Então, ele desconhecia detalhes técnicos e eu sabia que era uma questão de tempo.

No terceiro dia, quando voltou novamente a pressão resolvi ter uma explosão emocional, quer dizer, não aguentei esse tipo de pressão, e no terceiro dia à tarde falei claramente ao Sr. Luís Ribeiro que se eu não vendesse diretamente e ele não retirasse essas coisas eu iria para a imprensa e faria a denúncia de que eu estava sendo extorquido, que eu não aceitava esse tipo de extorsão e que, daqui para a frente... e falei isso, realmente, em voz alta, muito nervoso, a **Veja** disse que chorando, mas eu, realmente, estava bastante alterado e isso pode ser confirmado com a secretária Marilsa e o contínuo Luisinho, que perceberam o estado de nervos em que me encontrava. E ela dizia, nas horas de folga: "Dr. Takeshi, o que estão fazendo com o senhor?"

Então, dentro dessa situação, quando eu fiz essa acusação, essa menção de levar tudo aos jornais, o Sr. Luiz Ribeiro, bastante pálido, chamou por telefone o Comandante Jorge Bandeira de Mello. Em quatro minutos o Comandante Bandeira, que eu não conhecia, estava lá e entrou para tentar me acalmar. Durante todo esse tempo eles diziam entre eles: "Eu vou ligar para o LR-1, vou falar com o LR-2". E eles estavam se comunicando continuamente. Então, a comunicação era contínua sobre o andamento das negociações.



O Comandante Bandeira me leva à Brasil Jet, que fica no Edifício OK, logo ao lado do edifício da CEME. Eu vou lá ao escritório, no segundo andar, e ele tenta me acalmar bastante, bancando a pessoa amiga, dizendo: "Poxa, o japonês aí é sempre tranqüilo. Você está bravo, o que é que houve?", procurando me acalmar. Eu aceitei realmente essa situação, para amainar a coisa. Depois ele volta novamente a tentar o mesmo golpe. Eu falei: "Bandeira, não tenta mais, porque se você continuar agora, aí eu vou para a imprensa mesmo e esse negócio vai acabar agora". Aí, o Sr. Bandeira percebeu que não tinha jeito, ele ligou para o Sr. Romero, ligou para o Sr. Luiz Ribeiro, ligou para o Sr. José Maria, conversaram longamente e, por fim, decidiram que eu poderia vender diretamente.

Então, apesar de ter aquela ameaça, tanto do Luiz Ribeiro quanto do José Maria da Fonseca, de que eu nunca mais venderia ao Ministério, eles começaram a fazer o pedido e começou uma sessão de cálculos. Eu dizia que o meu equipamento custaria 832 mil cruzeiros. Então, o Bandeira pegou a maquininha de calcular, começou a calcular, e falou: "Takeshi, então faz o seguinte: "você faz 1.200 máquinas a 1 milhão 180 e doa 25% ao Ministério". Eu falei: "-Bom, para mim é a mesma coisa". E aí, nesses cálculos, ele telefonava para o Ribeiro e voltava, e tal. Parece que tinha um preço referencial de uns equipamentos americanos. Desculpem, eu esqueci de relatar esse fato: o motivo por que o Ministério precisava urgente dessas máquinas é que haveria uma encomenda de pulverizadores americanos, que tinha sido aberta uma carta de crédito e aparentemente esses pulverizadores não foram embarcados.

Então estavam os automóveis, os jipes, as caminhonetes compradas e não tinham os equipamentos para equipar os veículos para sair



fazendo o combate à dengue. E a pressão da imprensa era porque no Rio de Janeiro tinha entrado a dengue hemorrágica. Estavam surgindo sete casos por semana de dengue hemorrágica e cerca de 700 casos por semana de dengue comum. Isso, então, fazia com que a imprensa pressionasse violentamente o Ministério da Saúde.

Então, voltando, esse detalhe realmente eu tinha esquecido, eu voltei, e inclusive era uma das minhas indignações. Eu dizia: "Poxa, se eu fabrico há 26 anos, forneço equipamentos, por que vocês fazem uma importação escondida e não convocam aqueles fabricantes que estão há tantos anos vendendo e dando assistência técnica, treinando os guardas sanitaristas por todo o Brasil?" E aí eles não me respondiam. Quer dizer, eu já estava sendo passado para trás, quando cheguei à CEME.

Outra coisa que eu gostaria de ressaltar é que nunca fizemos vendas à CEME. Todas as vendas eram à antiga SUCAM, ou à atual Fundação Nacional da Saúde. Quer dizer, a CEME para mim era o local onde se comprava e vendia remédio. Eu, indagando isso, fiquei sabendo que na gestão do Dr. Luiz Romero ficou decidido que o Luiz Romero cuidaria da CEME, através do Sr. Luiz Ribeiro, e que todas as compras do Ministério e da Fundação passariam a ser feitas pelo Sr. Luiz Ribeiro na CEME.

Essa era a explicação: a Fundação não compraria mais. Então, a Central de Medicamentos estava comprando jipes, caminhonetes, pulverizadores, coisas que ela nunca fez até hoje.

Também eu gostaria de lembrar que é a mesma CEME, onde o PC pedia à Ministra Zélia, por bilhetinhos, que mandasse dinheiro.

Finalmente, concordando com as contas feitas, nessas contas entrou o Comandante Ricardo, da Brasil Jet, ajudando a fazer as contas várias vezes, e, finalmente eles pediram para que eu elaborasse uma



proposta.

Essa proposta foi feita dentro da Brasil Jet. Eu datilografei na máquina da Secretária Marta, e a proposta que foi feita e datilografada por mim, na máquina de escrever, lá, da Brasil Jet, foi deixada com o próprio Comandante Bandeira.

E o Comandante Bandeira levou isso à Central de Medicamentos, e providenciou, junto com Luís Ribeiro, que os empenhos fossem emitidos.

Ocorre que havia, ainda, a preocupação do Comandante Bandeira, se eu estava mais calmo, se estava tudo bem, ou seja; não vai mais levar para a Justiça, para a Polícia, ele preocupado, toda hora perguntando isso.

E, realmente, não fui muito claro, dizendo: "não vou". Só acenava com a cabeça, e não respondia de uma forma absolutamente clara.

No dia seguinte, de manhã, quando fui à Central de Medicamentos retirar o empenho, o Sr. Luís Ribeiro disse o seguinte: "Takeshi, vamos à casa do Sr. Luís Romero, pois ele está esperando para falar com você pessoalmente".

Estranhei que para fazer um negócio desses, eu precisasse de ir ao apartamento do Dr. Luís Romero. Mas aquiesci. Descemos, fomos em um Diplomata preto, novíssimo, do Sr. Luís Ribeiro, saímos da CEME, pegamos o eixinho, e fomos em direção à Asa Sul; percorridos cerca de 30 ou 40% do caminho, entramos num conjunto de apartamentos, talvez a terceira ou quarta fila, paramos lá, subimos até o segundo andar de um prédio, onde descrevo no material que vou deixar aqui com os Senhores, faço um pequeno croquis para comprovar a minha presença, já que estou sabendo que o Dr. Luís Romero falou ao repórter da **Veja** que eu nunca estive no apartamento dele.



Então, estive lá, e fiz um croquis para provar onde estive, e o que aconteceu.

Entrei lá, e pediram que eu aguardasse num pequeno hall de entrada, onde eu tinha uma vista parcial da sala, através de uma estante de madeira escura, e o Dr. Luís Ribeiro e Romero ficaram conversando dentro de uma sala, que descrevo no meu documento, por cerca de 10 minutos.

Depois, fui convidado a entrar na sala, sentei-me no sofá, que descrevo, e o Dr. Luís Romero me disse o seguinte: "Dr. Takeshi, o senhor está entrando na minha casa, porque sei que o senhor é um cidadão honrado, um técnico competente na área de equipamentos de combate a epidemias, e que o senhor é um colaborador ativo do nosso Ministério da Saúde. Apresentamos o Sr. José Maria com o único intuito de que os industriais façam as vendas através de pessoas e empresas de nossa confiança e abandone as empresas que não sejam confiáveis. Mas, se o senhor não quiser a venda dessa forma, tudo bem. Fique tranquilo, pois estamos emitindo os empenhos e vou pessoalmente cuidar de tudo agora para que o senhor tenha garantia de recebimento, e, por favor, produza esses produtos com a máxima urgência, porque a saúde pública está necessitando. O senhor sabe que a dengue hemorrágica entrou no Rio de Janeiro, há vários casos registrados e há um " clamor geral por causa dos veículos encostados". E pediu-nos o máximo empenho. E ele disse que "eu ficasse tranquilo quanto ao recebimento". O recebimento ele garantiria pessoalmente, que pagaria religiosamente em dia.

Nós voltamos à nossa empresa e, de fato, fizemos o trabalho em máxima velocidade e entregamos os produtos; recebemos, tudo certinho, conforme as notas fiscais, os empenhos e os contratos aqui presentes. Apesar da ameaça de que nós nunca iríamos vender, conseguimos vender



sem pagar nada ao esquema PC.

Agora, eu gostaria de, para um maior entendimento, mostrar como funciona o esquema PC. Coloquei no nosso dossiê um pequeno gráfico de como funciona o esquema PC. Onde tem o Senhor PC Farias havia o Luís Romero na Secretaria-Geral; o Sr. Luís Ribeiro Gonçalves, na Central de Medicamentos. Há outros nomes que estão citados no documento. E havia na Fundação Nacional da Saúde um órgão chamado CENEP, o órgão técnico, é o Centro Nacional de Epidemiologia, que é o setor que analisa onde estão as epidemias, o que precisa ser comprado e em que quantidades; é o setor que especifica os produtos, quantifica e solicita para aquisição.

Quer dizer, esse setor é o setor chave. Porque, se a especificação sair dirigida para "A" ou "B", se disser que são necessárias 3 mil toneladas no Maranhão - a Central de Medicamentos - os demais setores apenas cumprem essa determinação. Se dizem que é preciso fazer uma compra emergencial, esse setor tem que dispensar e justificar tecnicamente o porquê. Porque existe uma tal epidemia...é necessário que quantidade... e assim por diante. Esse é o setor chave. Quer dizer, é o setor que pode fazer com que as empresas sejam atendidas ou relegadas. Quer dizer, dentro do Ministério existem esses setores.

E também coloco com mais detalhes no meu documento um terceiro setor chamado SNVS - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária - onde os documentos daqueles empresários que não querem entrar no esquema PC, o documento passa para aquele setor, fica rodando de mão em mão, com vários técnicos dando opinião protelatórias ou opiniões desqualificando a empresa. Então, as opiniões protelatórias ou de desqualificação dos empresários que não entram no esquema PC Farias são feitos por alguns técnicos do CENEP e alguns técnicos do SNVS.



Então, fora do Ministério da Saúde, existiam os bilhetes - que estão publicados na imprensa - de PC Farias para a Ministra Zélia liberar o dinheiro para a CEME. Na CEME, o Sr. Luís Ribeiro que, recebendo as solicitações das quantidades e das especificações da CENEP, processa, chama os empresários. A partir desse contato, como eu vi com outro empresário, imediatamente ele coloca o Sr. José Maria da Fonseca, da From Brazil, na jogada. Aí ele convoca o Sr. José Maria e ele vem voando de jatinho, jatinho da Brasil Jet. E frequentemente me diziam outros empresários que estavam esperando era o "Morcego Negro". Ele vinha de "Morcego Negro".

Por outro lado, trabalhava o Sr. Bandeira na Brasil Jet, que é uma empresa que fica encostada na CEME, distante apenas 100, 150 metros. Lá eram feitos os cálculos das comissões, da compra e venda, do superfaturamento. Tudo isso era um esquema montado para desqualificar os que não entravam e para qualificar e proteger aqueles que estavam no esquema.

Dentro desse esquema PC, eu gostaria de contar agora três casos práticos: dois com a minha empresa e um terceiro com a empresa de um empresário que estava sofrendo para conseguir os resultados. Depois vou contar três casos de empresas que realmente ajudaram o esquema.

Vou contar um caso e depois explico, porque envolve uma outra empresa além da minha. Vou contar o caso dos kits de segurança, que é a primeira história da Hatsuta. Em setembro, outubro do ano passado, os nossos técnicos, Walter Matsamidi Ide e Waldeci, estavam fazendo viagens de treinamento dos guardas sanitaristas, por todo o Brasil. Tratava-se de treinamento para calibração de pulverizadores, treinamentos de manutenção. São viagens regulares de assistência técnica. A técnica de pulverizar dentro de cidades é sofisticada. Não se pode



jogar veneno, inseticida, de qualquer forma em uma população. É uma prática que exige muito treinamento. Ocorre que o nosso técnico Walter, em Belém, sofreu uma intoxicação, quando aplicava um inseticida chamado Icon (?). Ele passou mal, vomitou, passou três dias de cama, com tonturas, características típicas de uma forte intoxicação por inseticida. E o Walter é uma pessoa experiente, um treinador de guardas sanitarias. Ele me ligou de Belém, muito preocupado, e disse: "Takeshi, eu realmente fiquei intoxicado, e estou preocupado com todos os guardas sanitarias. Se eu fiquei intoxicado, essa turma toda deve estar tremendamente intoxicada".

Segundo passo: nosso engenheiro, Jacinto Aburaia, quando ouviu o relato do Walter, ficou extremamente preocupado, e disse-me o seguinte: "Takeshi, há 22 mil guardas sanitarias que pulverizam nas epidemias no Brasil inteiro. Ocorre que o que o Walter sentiu é a reação que se tem ao primeiro contato com o inseticida. Depois as pessoas se acostumam e não sentem mais. Meu pai, que era agricultor, morreu intoxicado dessa forma. Nas primeiras vezes a pessoa sente muito, cai e fica doente; depois, ela se acostuma, e, aplicando inseticidas, não sente mais. De repente, o organismo fraqueja de uma vez. Isso é comum na agricultura". Ele disse: "Meu pai morreu disso; precisamos fazer um equipamento adequado".

Fomos ver os equipamento que o Ministério comprava todos os anos. Realmente, não serviam para a pulverização. A máscara era inadequada e só servia para operadores parados. Quando o operador põe o equipamento pesado nas costas e começa a andar, o consumo de ar aumenta, triplica; ele, então, sente falta de ar, retira a máscara e aspira o inseticida.



Indagando tudo isso, inventamos um **kit** específico para isso. Fomos à empresa Drager, maior empresa mundial em tecnologia de respiração e proteção respiratória, uma empresa multinacional que faz máscaras para a NASA e para bombeiros, e nos foi confirmado que, no caso, era realmente necessário um **kit** especial. Já tínhamos inventado um **kit** específico para guardas sanitarias e o tínhamos patenteado. A Drager achou a idéia excelente e está, inclusive, tentando vender no mundo inteiro a nossa idéia.

Ocorre que fomos ao Ministério da Saúde e indagamos do médico especializado em Medicina do Trabalho, Dr. Astério, se eles não tinham problema de intoxicação, pois tive um funcionário que havia se intoxicado. Ele respondeu que isso era um problema gravíssimo no Ministério e me mostrou um relatório, que está aqui, do Instituto Ezequiel Dias, com o grau de contaminação dos guardas sanitarias: em 106 guardas sanitarias, 100% estão intoxicados com o DDT e o BHC; 78% dos guardas estão com níveis de DDT muito acima do normal; 8,69% estão acima do nível de tolerância biológica; e, 100% dos guardas estão intoxicados com o inseticida BHC. E, um trabalho irrefutável do Instituto Ezequiel Dias.

Fui ao Presidente da CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que me relatou também tudo isso, dizendo-me que o Ministério é obrigado a dar proteção aos guardas sanitarias e que o Ministro tinha assinado um compromisso com a Associação dos Funcionários no sentido de fornecer os equipamentos adequados. Os nossos instrutores, viajando pelo Brasil inteiro, recebem solicitações dos coordenadores regionais, pedindo esses kits.

A Presidente da Fundação, Isabel Stephano, faz uma solicitação, atendendo ao Presidente da CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Aci-



dentes, e sai um pedido inicial de 12 mil conjuntos de kits de proteção, sem passar pelo CENEP, que eu não sabia que nos estava bloqueando. Aí começamos a fabricar. Quatro dias antes do prazo de entrega, estoura o escândalo das bicicletas, e tudo parou, de dezembro até março.

Quando assumiu o novo Ministro, íamos começar tudo de novo, quando descobrimos que o CENEP nos bloqueava de todas as formas. Entrávamos com solicitações, tudo ia andando bem nos departamentos administrativos de operação, e o CENEP bloqueava o processo. Esse processo está todo indicado aqui ou está à disposição no Ministério, onde existem os nomes das pessoas que viram como o CENEP bloqueava os nossos processos. Está tudo bastante claro, comprovado, tanto aqui como no Ministério da Saúde. Ficamos quase desesperados, pois já tínhamos fabricado 12 mil conjuntos, e a empresa estava se enforcando por não poder entregá-los.

Esta é a primeira história, que até hoje não foi resolvida, e a nossa empresa está em grandes dificuldades.

Vou contar agora uma segunda história, da empresa clor-in, que é um fabricante daquelas pastilhas. No final, vou dizer por que conto essa história. É a história do empresário que estava junto comigo todo esse tempo e que sempre quis denunciar esse fato à imprensa. Hoje ele está sendo impedido pelos seus próprios sócios. Ele, pessoalmente, queria denunciar, e no fim os seus sócios não permitiram. Até quando se qualifica o tipo de crime, os senhores verão que sou obrigado a falar, não posso me omitir.

Então, a clor-in é uma empresa que fabrica aquelas pastilhas para colocar na água, para que se possa matar todas as bactérias e tornar a água potável. Ela fornece para o Exército, para as platafor-



mas de petróleo, para a Marinha, para todo o lugar onde existe água não encanada e que precisa ser tratada. Existem dezenas de laudos do Instituto Adolpho Lutz, FIOCRUZ, SABESP, enfim, os institutos mais renomados do Brasil, aprovando o produto como muito eficiente para combater qualquer vírus ou vibrião que esteja dentro da água. Com a chegada da cólera, ele passa a ter um mercado enorme aberto, porque a água precisa ser tratada.

Esse nosso amigo, Jorge, da empresa clor-in, consegue fazer uma venda inicial diretamente. Ele é um ex-funcionário, que deixou há 8 anos o Ministério da Saúde. Conhece muita gente no Ministério, tem muitos amigos.

Demonstra seu produto e, naquela necessidade urgente, sai o empenho no sentido de fazer as vendas. Nesse meio tempo, depois da encomenda feita, de estar fabricando o produto, é chamado pelo Sr. Luís Ribeiro e apresentado para o Sr. José Maria, recebendo novamente a extorsão. Uma extorsão que não aceita, ele diz: "Eu moro em Brasília, posso vender aqui, conheço todo mundo no Ministério; eu vou fazer a venda, não preciso pagar comissão para ninguém". Ele recebe novamente ameaça: "Você nunca mais vai vender para o Ministério da Saúde". Ele não acredita nisso e, nas várias vezes em que teve contato com o Paulo César, verificou que o PC teria vindo no avião Morcego Negro.

Na sua negativa, de repente, misteriosamente, o processo dessa empresa desaparece. Ocorre que em virtude do relacionamento havido no Ministério, ficou com uma xerox do processo desaparecido. Através da xerox ele falou: "Se vocês perderam não tem problema, eu tenho a xerox". Iniciou-se uma grande discussão, dizendo que com a xerox não poderia entregar. De repente, o processo parou em virtude do escândalo das bicicletas, de dezembro a março.



Chegando o mês de março, recomeça novamente com uma nova especificação, para iniciar um novo processo. Ele entra no CENEP para especificar o processo. A Dra. Goretti, uma das técnicas do CENEP, ante a irrefutável qualidade do produto, atestada pelos laboratórios mais famosos do Brasil, diz que o produto funciona mas que deveria ser usado apenas para países do Primeiro Mundo, como se os vibriões, as bactérias reconhecessem que estão vivendo no Terceiro Mundo.

E isso é suficiente para que essa empresa fique desqualificada para sempre, porque ele volta, recorre, mas não adianta, porque esse setor está amarrado. O nosso amigo Jorge está com uma montanha de produtos, pastilhas com a marca da CEME, abarrotado, sem poder negociar para outros por estar com a marca da CEME, pois ele poderia até ser preso por uso indevido de marca da CEME. Ele está documentado com os pareceres da Dra. Goretti e com a cópia do processo que desapareceu.

Eu vou contar a terceira e última estória, que é bastante grave. É uma estória da minha empresa Hatsuda. Quando entrou a epidemia de cólera no Brasil, em Tabatinga, três dias depois procurei o Dr. Balour Schubert, presidente da Comissão Nacional de Prevenção ao Cólera. Propus que fosse feito um teste na cidade de Iquitos, no Peru, com uma tecnologia que testamos com sucesso no passado para segurar as epidemias de gripe equina e peste suína. Há muitos anos, quando ocorreu a peste suína, as autoridades sanitárias estavam matando os porcos, interditando estradas.

Fomos chamados por uma equipe para Santa Catarina e decidimos fazer uma pulverização com produtos desinfetantes: simplesmente desinfetar as pocilgas, as criações de porcos. E realmente, quando desinfetamos as primeiras, a curva epidemiológica nos lugares que pulveriza-



mos caiu drasticamente. Isso foi em decorrência de um teste que fizemos no passado, quando entrou a gripe equina no Jockey Clube de São Paulo. Um técnico estrangeiro recomendou fazer uma desinfecção, uma assepsia ambiental e controlar, ao mesmo tempo, as moscas que transportavam os vírus da gripe equina; estancamos a gripe eqüina.

Quando chegou a peste suína, tentamos aplicar o mesmo método. Sugerimos e realmente vendemos vários pulverizadores. Mas, no primeiro local em que foi feita a pulverização, a doença estancou. Ficou um resto. A curva epidemiológica caiu, permanecendo ainda a doença. Ficamos observando e decidimos matar as moscas que traziam novamente os vírus da vizinhança. Quando matamos as moscas, parou tudo! Esse processo, então, alastrou-se rapidamente e a peste suína acabou no Brasil. Foi totalmente estancada.

Baseado nessas experiências e em experiências passadas, em grandes epidemias, grandes pragas na agricultura, por exemplo, ferrugem nos cafezais - onde o Governo dizia que não tinha mais jeito, os técnicos diziam que não tinha mais jeito - em 71, quando a ferrugem chegou em São Paulo, eu saí pulverizando com uma máquina que eu tinha inventado e seguramos a ferrugem. Então, eu achava que tinha que sair fazendo as coisas. Propus isso ao Dr. Schubert e este negou, dizendo que iria seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde. Não fez esses testes. Eram testes que não custariam nada para o nosso Governo.

Passou uma semana e dois professores da Universidade de Tóquio e um professor japonês que estava trabalhando na Organização Mundial de Saúde, através da Mitsubishi, porque eu tinha comentado para um técnico da Mitsubishi que eu tinha essa idéia, a Mitsubishi exportava pulverizadores que fabricávamos para vários países da América-Latina,



usando fundos de doação do governo japonês. Então, todos os anos, eu vendia uma certa quantidade de equipamentos para a Bolívia, para o Paraguai, com verbas de doação. Então, o pessoal da Mitsubishi me ligou, dizendo: "Você não tem nada para essa epidemia no Peru"? Eu falei: "Tenho uma idéia sim, mas o Schubert não está querendo aceitar". Aí a Mitsubishi transmite isso aos professores da Universidade de Tóquio e eles acham muito interessante. Tenho contato telefônico com eles e eles se propõem a fazer um teste em equipes que eles iriam acompanhar. Volto a falar com o Dr. Schubert e ele se nega a fazer esse teste, dizendo que o controle que ele estava fazendo em Tabatinga estava muito bom e que a epidemia não passaria de Tabatinga.

Em dezembro, a epidemia chega em Manaus e eu, desesperado, procuro o Dr. Schubert, dizendo: "Precisamos pulverizar esses barcos, porque eles estão trazendo a epidemia. Vamos sair pulverizando"! E ele já, a essa altura, não me recebe e avisa para a secretária não deixar mais passar "aquele louco da borrifação", como ele me chamava pelos corredores!

Ocorre que, quando chegou a epidemia em Belém, eu saí decidido a, de qualquer forma, pulverizar. Peguei três técnicos nossos e fizemos uma escala em Brasília; chegamos no gabinete do Ministro com os pulverizadores nas costas - alguém da imprensa deve se recordar disso. No dia em que fizemos isso, estava estourando o "escândalo Alceni"! Havia um monte de repórteres, aquela loucura toda e estávamos nós com os pulverizadores! O chefe do gabinete nos retirou do local e disse: "tirem esses negócios daqui", etc, e eu queria apenas mostrar ao Ministro que iríamos fazer uma pulverização lá em Belém e que ele não deixasse o Dr. Schubert nos proibir de fazer isso. Deixei uma carta de protesto protocolada, dizendo que, como a epidemia havia chegado em



Manaus, tínhamos que fazer esse teste.

Em março, assume o novo Presidente da Comissão Nacional da Cólera, Dr. Cláudio Amaral. Três dias depois, chego com o equipamento, com os meus técnicos e faço uma demonstração, pulverizando dentro dos corredores do quarto andar e da escada de incêndio do quarto andar. Falei: Dr. Cláudio, dê uma olhada nessa tecnologia! Mostrei tudo! E o Dr. Cláudio, que é epidemiologista - o Dr. Schubert era médico do INAMPS -, de muito mais gabarito, foi um dos responsáveis pela erradicação da varíola no Brasil -, entendeu imediatamente o nosso recado. Ele fez uma solicitação, fez um protocolo, que está aqui, um protocolo com o Ministério de Saúde, Comissão da Cólera, para fazer um teste urgente, com urgência máxima. No dia 26 de março, no mesmo dia em que estive lá, o Dr. Cláudio, percebendo o potencial, fez um teste.

Sr. Presidente, se eu puder ler o conteúdo...

"Fazemos imediatamente o documento protocolo de ensaio relativo à aplicação de hipoclorito, com bombas pulverizadoras, como instrumento inovador para o controle da cólera.

Tendo em vista a apresentação pela Hatsuta Industrial S.A. de metodologia inovadora, visando o controle da cólera, conforme documento anexo, e após a análise e demonstrações práticas preliminares do Ministério da Saúde, Fundação Nacional da Saúde, e na Comissão Nacional de Prevenção à Cólera, chegou-se à conclusão de serem os conceitos e idéias apresentados pela Hatsuta muito promissores.

O Presidente da Comissão Nacional de Prevenção à Cólera, em comum acordo com a diretoria da Fundação Nacional da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, decidiram desenvolver conjuntamente com a Hatsuta, em urgência máxima, um teste prático do novo conceito em re-



gião atingida pelo agravo, a fim de avaliar o referido processo e verificar a sua eficácia prática.

O local indicado de comum acordo como o mais representativo para os testes iniciais foi a Cidade de Recife, sendo recomendado participar dessa avaliação além da equipe do DEOP - que é o Departamento de Operações da Coordenadoria Regional da Fundação, local, Secretaria Estadual de Saúde, e outros órgãos.

Os resultados dessa avaliação deverão ser enviados a esta comissão em regime de máxima urgência.

Brasília, 26 de março de 1992 - Cláudio Amaral, Presidente da Comissão Nacional de Cólera; Dr. Antonio Carlos da Silveira, Diretor de Operações da Fundação Nacional de Saúde; Takeshi Imai, Presidente da Hatsuta."

Saiu, no mesmo dia, um ofício de solicitação de ensaio de campo do método inovador de pulverização de hipoclorito apresentado pela Hatsuta Industrial:

"Sr. Coordenador, tendo em vista a apresentação, pela empresa acima citada, visando o controle da cólera, conforme documentação anexa, após avaliarmos juntamente com os técnicos desta comissão da Fundação e do Ministério os conceitos e a demonstração prática de equipamento e metodologia apresentados, concluimos preliminarmente serem os princípios muito bem fundamentados tecnicamente, e nos pareceu que os procedimentos poderão ser de grande utilidade no combate à cólera.

Pelo exposto, solicito, em regime de urgência máxima, o ensaio de campo, de preferência em Recife, com a técnica adequada, para avaliar a eficácia do método inovador, proposto pela empresa, sempre assistido pelos seus técnicos, enviando-nos com a maior brevidade os

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

000256
fla. _____
Secretária



seus resultados. Cláudio Amaral, Presidente da Comissão Nacional da Cólera."

Senhores, foi feita uma solicitação ao setor competente para montar o esquema de testes. Isso poderia ser resolvido, se houvesse boa vontade, em duas ou três horas de reunião.

Tratava-se de fazer algumas pulverizações, colocando vibriões vivos, fazer a contagem dos vi-briões, fazer a pulverização e depois constatar se realmente eles foram controlados.

Feito isso, bastava pegar alguns quarteirões, uma região de Recife, fazer uma pulverização experimental e ver se nessa região a epidemia estancou ou não ou em quanto baixou em relação aos demais setores atingidos.

Aí, novamente, a equipe PC começou a nos bloquear. Não conseguimos fazer os testes. Tem uma série de pareceres protelatórios feitos entre CENEP SQUIBB.

Existe um parecer aqui onde propúnhamos fazer uma solução tipo água de piscina, uma solução muito branda de hipoclorito 0,01% ou 0,001% de hipoclorito em água.

Ocorre que, no parecer, a técnica Ana Virgínia de Almeida, por exemplo, depois de um trabalho muito claro, cita que queríamos jogar vapor de hipoclorito - que é uma substância pura, não é uma solução - na atmosfera. Não havendo publicação sobre o efeito do vapor de hipoclorito na atmosfera, ela toma por base os efeitos do cloro, que é outra substância química. É um gás que não tínhamos a menor intenção de jogar na atmosfera.

Ela diz que esse gás cloro é um elemento químico pertencente ao grupo dos irritantes primários, que podem causar danos graves e até letais à população exposta; e que, em concentrações baixas, pode acar-



retar irritação nas conjuntivas nasais e uma série de coisas que estão escritas aqui.

Senhores, nós queríamos pulverizar água de piscina em cima dos barracos e tentar deter a cólera de uma forma muito simples e barata. Existem estudos do Instituto Pasteur, que obtive no próprio Ministério, que dizem, recentemente, existir duas formas de propagação da epidemia: uma é a propagação hídrica, ou seja, o vibrião está contido na água que vamos beber. Vamos, então, gotejar hipoclorito na água e resolver o problema. Essa forma de propagação é considerada, nessa literatura do Instituto Pasteur, a forma endêmica da cólera; a segunda forma, muito mais grave, é a forma epidêmica, que é o contato inter-humano.

Diz claramente a literatura do Instituto Pasteur que o vibrião pode ficar vivo até sessenta dias dentro do suor humano. A pessoa doente evacua, vomita grande quantidade de vibrião e está com uma sudorese muito grande. No suor humano, o vibrião fica vivo durante muito tempo. Uma pessoa, então, 30, 40 dias depois, pegando objetos como maçanetas, vassouras, etc., depois pegando um pão para comer, por exemplo, pode contrair a enfermidade por contato inter-humano. Foi verificado que essa forma de transmissão ocorreu com muita violência na África e era muito mais destruidora. Em países que não tinham formas hídricas, a cólera foi bastante mais forte, quer dizer, a sua incidência foi mais grave. Apesar de serem claros os documentos que obtive no próprio Ministério, está havendo uma série de relatórios protelatórios como esses para permitir um simples teste. Até hoje, não foi possível viabilizar o teste, enquanto a cólera avança, matando cidadãos brasileiros.



Eu estava muito angustiado no dia 2. Quando cheguei aqui, em 1º de junho, queria, de qualquer forma, me encontrar com o Ministro Adib Jatene, a quem não conheço pessoalmente. Trouxe uma carta que está aqui, datada de 1º de junho, onde pedia ao Presidente da Comissão Nacional de Cólera... Vou falar direto ao Ministro e vou fazer uma acusação de que essa equipe está retardando esses processos, o que está prejudicando o controle da cólera.

Fiz essa carta, cheguei aqui para fazer essa denúncia, e também, se possível, pedir ao Ministro que apressasse a liberação dos nossos Kits de segurança, pois estamos desde dezembro com grandes dificuldades. Estava bastante desesperado.

Não conseguindo falar com o Ministro de manhã, saí bastante desapontado e, aí estão, resolvi procurar a revista **Veja**. Com o Ministro Jatene eu não consegui falar porque ele não estava lá.

O Dr. Cláudio tentou me levar de manhã cedo, falou só no fim do dia.

Eu estava muito pressionado, cansado com a luta e resolvi denunciar.

Fui à revista **Veja**, falei com o Sr. Eduardo Oinegue. Contei alguns dos meus pensamentos sobre a situação do Brasil, e tudo mais, e, depois, eu relatei que nós éramos uma empresa que não estava entrando no esquema PC, e estávamos sofrendo com isso.

Relatei de uma forma muito breve, para ele, o que estava acontecendo.

Depois tive alguns contatos telefônicos com o Eduardo Oinegue.

No dia 2, pela manhã, quando tive contato com o Eduardo Oinegue; à noite, ele me disse que havia ligado para o Dr. Luís Romero.



Ele me disse que trabalhava em Recife, e que conhecia o Presidente, conhecia a todos. Antes de vir a Brasília ele era de Recife. Então, ele ligou ao Sr. Luís Romero, perguntando: "Olha, chegou aqui o Takeshi, da Hatsuta, está fazendo umas denúncias meio graves. Você confirma ou não?"

E ele disse: "Não! O Dr. Romero falou: "Eu não conheço essa pessoa, nunca vi mais gordo". Mas, no meio do caminho, segundo o Eduardo, parece que ele entrou em contradição e falou: "Ah, aquele camarada tem umas idéias meio diferentes para acabar com a inflação no Brasil."

Aí, o Eduardo falou: "Como é que o senhor sabe disso? Então você o conhece."

Aí, caiu em contradição.

No dia 02, à noite, recebo um recado de um amigo, de que o Comandante Bandeira tinha entrado em contato com ele, pedindo para que eu fosse à revista **Veja** retirar tudo aquilo que eu tinha colocado.

O Comandante Bandeira deu esse recado, pedindo para que eu fosse retirar tudo aquilo que eu havia colocado de manhã, na revista. Caso contrário, o grupo era poderoso e eu poderia receber represálias na área policial, na área da Justiça ou na área do Fisco, na área da Receita, e que eu iria ter graves dissabores.

No dia 3, de manhã, liga o Sr. José Maria da Fonseca para um outro conhecido nosso. E, aí, ele dá o mesmo recado, dizendo: "Avisa ao Takeshi para retirar o que declarou falou à revista **Veja**; caso contrário, vamos começar a fazer uma campanha de difamação, dizendo que ele é sócio de várias pessoas da nova equipe Jatene, que é uma equipe de alta qualidade" E eu achei muito engraçado, mas não levei em consideração.

CONSULADO

300958

Secretaria



No dia 4, me diz o Oinegue que o Dr. Luís Romero liga para ele indagando: "O Takeshi já veio retirar o que falou?"

E ele disse: "Não, eu já mandei."

No dia 5, de manhã, às oito horas da manhã, chegam dois oficiais da Justiça com um pedido de falência da nossa empresa.

Falência, dia 05 deste mês, 05 de junho, e, dia 06 à tarde, sai a revista **Veja**, sábado à noite, ou seja, um dia antes acontece isso e as circunstâncias, no mínimo, são muito estranhas.

A empresa tinha um pedido de concordata totalmente paga, na 5ª Vara de Guarulhos, onde está o seu titular, o Juiz, S.Exa. o Dr. Mauro Bastos Valbão.

Esse pedido de concordata já estava inteiramente pago, e já havia um requerimento, há quase meio ano, solicitando o levantamento. Esse pedido é estranhamente transformado num pedido de falência, para execução imediatíssima. Com esse pedido de falência, cujo motivo não sabíamos, há a lacração, e os oficiais vêm: um oficial diz que recebeu de manhã uma ordem do Juiz para ir imediatamente; o outro oficial diz que está com o processo na mala há vários dias.

Ouvimos, dentro do Fórum, boatos bastante reveladores, os quais o Senador Eduardo Suplicy está procurando averiguar. No mínimo, houve uma coincidência muito grande. O motivo, que os nossos advogados verificaram depois, era que faltava a correção monetária de um fornecedor chamado Frigorífico Mariano, que fornecia carnes para o nosso refeitório; não havia o valor de correção pleiteado. Esse frigorífico já não existe mais, mas fomos investigar, e verificamos que realmente havia o pagamento. Levamos a nota ao Juiz, a cópia do recibo datado de novembro, e ele teve que voltar atrás. Mas ele não quis voltar no mesmo dia, ele voltou alguns dias depois; na segunda-feira. Ou seja, a em-



presa morreu na sexta-feira e ressuscitou no terceiro dia, na segunda-feira.

Isto foi a gota d'água. Imediatamente, fui à Folha de S. Paulo, falei com o jornalista Marcelo Mendonça, abri as baterias.

Agora, vou contar, para finalizar: aí está o motivo por que decidi partir com tudo: não tenho mais nada a perder. A empresa está em grandes dificuldades, porque não pode entregar 5 bilhões de cruzeiros de kits de segurança, que estão prontos desde dezembro. Está tudo bloqueado pelo esquema PC.

Contei, senhores, três casos de empresas que sofreram vários tipos de represálias por não concordarem com o esquema PC. E quando saiu uma denúncia, o que aconteceu conosco?

Agora vou contar para os senhores três histórias extremamente conhecidas. Eu estava quebrando a cabeça, rezando, procurando formas para mandar o PC e a sua equipe para a cadeia. Eu tinha motivos para fazer isso, mas era muito difícil caracterizar um crime, porque contas no exterior todo mundo esconde e são feitas para não aparecer. Esquemas do Fisco, há muitas irregularidades em todos os lugares. Então, pelas formas convencionais, eu sentia que era quase impossível caracterizar o crime, e ainda iríamos acabar aqui todos dando um atestado de idoneidade para o PC e a sua quadrilha.

Pensei: "Sem dinheiro, com dificuldade, a única coisa que sobra é a cabeça, a única coisa que sobra é inventar algum jeito de provar. E inventar é comigo mesmo, gosto de inventar." Aí procurei descobrir uma forma totalmente nova e original de provar um crime, pela qual o crime ficasse bem claro. Graças a Deus, veio uma luz.

Contei, Srs. Congressistas, três histórias de quem não topou e o que acontece às empresas que não topam entrar no esquema PC. Está



tudo documentado. Agora vou contar três histórias daqueles que entraram no esquema. Essas histórias são de domínio público, não é preciso provar muita coisa, não precisamos buscar nada porque todas as informações estão à nossa disposição. Só não percebíamos onde estava o pulo do gato.

Senhores, quais foram as três maiores transações realizadas no período do Dr. Luís Romero? Um milhão e seiscentos mil litros do inseticida Malathion; três mil toneladas de inseticida DDT; e a compra de 800 veículos. Essas três compras montam um valor acima de 25 milhões de dólares; são compras conhecidas no Brasil inteiro; publicadas e de conhecimento público. Essas compras têm algumas coincidências muito estranhas. Primeiro, as três compras foram feitas sem licitação, em caráter emergencial. O Decreto-Lei 2.300 diz que "compras em caráter emergencial devem ser em quantidades mínimas, para atender a uma emergência, uma necessidade imediata."

O Brasil inteiro sabe que há veículos da SUCAM sobrando até hoje. Então não era uma emergência.

A revista **Veja** publicou, em dezembro, que existe perto de três mil toneladas de DDT que foram descarregados no Porto de Itaqui, um navio inteiro e que está quase intacto até hoje, apesar da compra ter sido emergencial.

Basta verificar os um milhão e seiscentos mil litros de inseticida Malathion, cujo consumo, depois de um ano, foi de menos de 40%. Então, não era compra emergencial!

Srs. Congressistas, basta pedir essas provas, que estão todas à disposição; são assuntos claros, publicados na imprensa. Para provar que houve um superfaturamento no DDT, basta verificar que há alguns meses o Ministério da Saúde cancelou estranhamente uma concorrência



internacional de DDT. Os Senhores vão verificar que a empresa vencedora é da Índia; e na compra emergencial o DDT foi vendido por uma empresa da Indonésia. A diferença entre o ganhador da concorrência e a empresa que vendeu a compra emergencial é de três milhões de dólares. Está tudo documentado, não tem como esconder um navio de DDT, não tem como esconder os jipes, não tem como esconder um milhão e seiscentos mil litros de inseticida Malathion.

Segunda coincidência: dos três produtos vendidos, os dois inseticidas - coincidentemente - foram vendidos pelo Sr. José Maria da Fonseca, da From Brazil, que é o mesmo empresário que o Sr. Luís Romero chamava para extorquir dinheiro dos empresários.

O terceiro caso, o dos veículos. Todo mundo no Brasil sabe que é irregular, houve, inclusive pagamento antecipado.

Dos três maiores negócios feitos, dois foram feitos pela Central de Medicamentos, os veículos e o inseticida Malathion. O inseticida DDT foi feito pelo Ministério da Saúde, diretamente através do gabinete do Dr. Luís Romero.

Quem aprovou essa compra? Quem justificou que isso era emergencial? Quem indicou que eram necessários um milhão e seiscentos mil litros de malathion. Quem indicou que eram necessários três mil toneladas de DDT, ou essa quantidade absurda de veículos em caráter emergencial? As mesmas pessoas - os Senhores vão encontrar nos documentos -, as mesmas assinaturas dos técnicos que bloqueavam as nossas contas: o Sr. Carlos Catão Loyolla, que é o chefe da parte técnica de especificações, que, juntamente, com o Sr. Pedro Chequer e a Dr^a. Gorette estão bloqueando as operações da empresa Hatsuta, da empresa Clorin, que foram as empresas que não entraram no "Esquema PC."



Srs. Congressistas, eu, como um ser humano, vendo todas essas barbaridades, esse clima, essas compras de quantidades astronômicas, claramente desnecessárias, num crime de lesa-pátria, realmente fico estarecido. Mas não é esse o ponto que acho tão absurdo. Há muitos casos absurdos em nosso país, infelizmente.

O que não admito, o que não acho razoável é que esses mesmos técnicos que, para o esquema PC, liberam quantidades muito maiores do que as necessárias, em compras emergenciais, sem concorrência, eles bloqueiam a venda de kits de segurança que, comprovadamente, estão criando problemas de saúde para vinte e dois mil guardas sanitários; guardas que estão segurando a saúde pública, estão defendendo a nossa população das epidemias. Expor a saúde de um contingente de vinte mil guardas, só porque a empresa não entrou no esquema PC, acho inominável. Acho absurdo que essas empresas, que autorizam trazer quantidades enormes de inseticidas, não autorizem fazer um simples teste para ver uma tecnologia que vários especialistas estão achando que pode segurar a epidemia de cólera. Esses mesmos técnicos, que aprovam compras emergenciais para quem é do time do PC, não estão se importando que milhares de brasileiros fiquem doentes com a cólera, morram com a cólera e que todo o Brasil fique apavorado com essa epidemia.

Isso, para mim, Srs. Congressistas, é um crime hediondo, isso, para mim, é um crime inominável, isso, para mim, realmente, é alguma coisa nojenta.

Gostaria de ler, Sr. Presidente, o inciso XLIII do art. 5º da nossa Constituição, que diz o seguinte:

"A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por



eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;"

Srs. Congressistas, por essa razão, conhecendo o caso Clorin, eu o trouxe, porque não quero colaborar, através da minha omissão, com os criminosos. Se o crime de PC e sua quadrilha é um crime hediondo, todos aqueles empresários que participaram de negociatas e não sabiam que a quadrilha estava envolvida em crimes hediondos, agora, no meu entender, precisam colaborar e começar a falar.

Srs. Congressistas, eu gostaria de mostrar que, no nosso País, talvez quase todos os fornecedores do Governo, de uma forma ou de outra, participaram do esquema PC. São milhares de empresários com o "rabo preso". Os que tentaram, como eu, resistir, quase quebraram. E quando denunciei, vejam o que aconteceu com minha empresa.

Acredito, sinceramente, que o nosso próprio Presidente, hoje, seja vítima de uma pesada chantagem. Nenhum ser humano pode permitir, senão diante de uma pesada chantagem, que o megalomaniaco Sr. Paulo César, que ganhou todo o dinheiro que tem à custa da sombra do Presidente, agora queira construir uma empresa mais moderna para concorrer e destruir a própria empresa da família, construída pelo seu próprio pai. Analisando o olhar do nosso Presidente hoje, vejo que é um homem igualmente chantageado.

Então, a minha decisão é trazer esse crime para que os Srs. Congressistas, a nossa polícia e a nossa Justiça mandem a quadrilha PC para a cadeia, que é o lugar onde ela merece estar por ter praticado um crime hediondo. Eu desejaria que isso fosse feito de forma exemplar. Eu desejaria que isso fosse a grande virada para que pudéssemos livrar todos os empresários que estão com o "rabo preso" e, inclusive, o nosso Presidente.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Takeshi Imai, diante dessa explanação detalhada e rica de elementos e indicações, mais estaria disposto a analisá-la com cuidado, mas há alguns aspectos que poderíamos, talvez, ainda trazer a lume, porque me parecem também importantes.

O senhor falou, por exemplo, que esteve recebendo ameaças no dia 2 de julho, de manhã, à noite, ...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. Fazendo soar a campainha.) - A Presidência pede a atenção dos Srs. Parlamentares para que o Sr. Relator possa fazer o seu trabalho. Senador Suplicy!

O SR. RELATOR (Amir Lando) - ...e que pessoas receberam indiretamente ameaças relativamente à sua pessoa. O senhor poderia citar esses amigos seus que receberam diretamente ameaças do Sr. Bandeira e de outros elementos ligados ao Governo, ao esquema PC?

O SR. TAKESHI IMAI - Sr. Relator, sem dúvida nenhuma, numa reunião secreta, posso fazer isso, porque não tenho direito de arriscar a vida de terceiros. A minha, estou arriscando. Agora, a de terceiro, eu gostaria de ... Agora, não me ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. Aceito a ponderação de V.Sa. Então, se V.Sa. já está disposto a declarar isso em reunião secreta, peço ao Sr. Presidente que, ao final da reunião, tenhamos uma parte secreta para se poder esclarecer alguns fatos, por questão de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Presidência defere o requerimento do Relator e, logo após o depoimento dos Srs. Parlamentares, fará uma reunião secreta ao final dessa reunião.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - O CENEP, hoje, ainda é controlado por quem, no seu entender?

O SR. TAKESHI IMAI - O CENEP, hoje, tem como Diretor o Sr. Pedro Chequer, e tem como o homem que faz o planejamento o Sr. Carlos Catão Loyolla.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas seria dominado pelo esquema PC?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu tenho certeza absoluta e, exatamente, por coincidência, são as mesmas pessoas que trabalhavam ainda anteriormente, e que controlam essas funções vitais.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Onde se deu a reunião presenciada pela Secretária Marilza, o Sr. Coutinho e Sr. Luizinho, como o senhor falou, quando o senhor ameaçou divulgar à imprensa? Os funcionários citados eram vinculados a que empresa ou a que órgão?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu não fiz os croquis da CEME, porque é um órgão público e todos têm acesso. Mas existia a sala do Sr. Luís Ribeiro, na Central de Medicamentos, e eu não tenho a lembrança total, mas acredito que era no 6º andar da CEME. Onde ficava a Diretoria Administrativa e Financeira está a sala do Sr. Luís Ribeiro, e, depois, a ante-sala onde ficava a Secretária Marilza e, também, o contínuo Luizinho. Então, freqüentemente, e, logo depois, havia uma sala de espera, - e posso fazer um croquis para os senhores, mas é uma coisa pública, todos conhecem.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Isso não é necessário.

O SR. TAKESHI IMAI - Então, na sala, a Marilza era Secretária do Sr. Luís Ribeiro, e o Luizinho era o contínuo dentro da CEME - na Diretoria Administrativa e Financeira porque, depois - para esclarecer - ainda, apesar de termos recebido empenho, tivemos que voltar várias



vezes para receber o contrato definitivo, que está como parte integrante.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando o senhor esteve na sede da Brasil Jet, quem estava presente nesse encontro para tratar da negociação, exatamente, da venda dos borrifadores?

O SR. TAKESHI IMAI - Uma coisa que eu coloquei foi que na sala de espera da Brasil Jet - eu descrevo com minúcias a sala, aqui, no nosso material: eu descrevo com minúcias como era a sala, e tenho a planta da sala - havia vários empresários que não me pareciam passageiros de jatinho. Eles estavam, lá, cuidando de outros afazeres. Um deles eu reconheci e me cumprimentou - foi o Sr. Stedile, Diretor-Superintendente da AGRAL. Eu o cumprimentei e falei: "Stedile, o que você está fazendo aí?" Conversamos e ele não disse o que estava fazendo, e nem eu disse o que estava fazendo lá. Cumprimentamo-nos, e ele foi embora. Talvez ele possa - e a Secretária Marta, porque eu vi a máquina de escrever dela - e, entre a sala do Comandante Bandeira e a sala da Secretária Marta há um sofisticado fecho eletrônico, desses que se usa em joalheiros e doleiros, um fecho bastante sofisticado que indicava que ali era um lugar para se fazer contagem de dinheiro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Qual é todo o nome do Sr. Stedile?

O SR. TAKESHI IMAGI - Francamente, é o Sr. Stedile Filho - o pai é o Francisco Stedile, mas eu estou falando é do Stedile Filho, Superintendente da AGRAL.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No seu depoimento, o Sr. falou que o preço dos borrifadores era de 832 mil cruzeiros, mas que nas contas que fizeram teria que ser faturado a 1 mil e 50. Foi isto?

O SR. TAKESHI IMAI - É, a 1 mil 180. Eu tenho, aqui, Exa., as notas fiscais, tenho os empenhos, e está bastante claro.



NACIONAL

O S
riam ser de
como isto f

(Amir Lando) - E por que disseram que 25
nistério - eu não entendi essa sua afirma
do?

O S
penso - e
de importat
bom termo,
trar a 830
tão, eles
180, e 25%
pública, e
500, porqu
300 máquin
ao preço mé

IMAI - Para a Hatsuta era indiferente.
suposição minha - e que como havia uma t
erizadores dos Estados Unidos, que não c
pressão que se o pulverizador nacional f
s arquivos, o preço ficaria muito difere
a fabricar mil e 200 .pulverizadores a 1
tidade, aliás, eu estou fazendo uma ret
e 600, mas depois os documentos dizem
e 200 pulverizadores, 25% de desconto, e
ão 1 mil e 500 pulverizadores que foram

O I
pia de empe
tal, modelo
lhão 416. E

é o mesmo, apenas na documentação aparec
200 unidades bombas pulverizadoras Hats
ao preço unitário de 1 milhão 180, da
que está aqui anexado.

O S
deduzida e

(Almir Lando)- E essa diferença de 25%,

O S
bombas em
notas fisc
notas fisca

IMAI- Nós, ao em vez de entregarmos mil
il e 500. Como o senhor vai verificar nas
em notas fiscais cobrando 1 milhão 180 e
a.

O S
ção? Como é

(Almir Lando)- E o senhor fez este termo

O S
150 bombas

IMAI- Está aqui, por exemplo, uma nota f
doras Hatsuta, modelo tal, tal, tal, e d

COMISSÃO PARLAMENTAR



fiscal de simples remessa referente a 25% de abonos especiais sobre 600 pulverizadores; há duas notas aqui de 150 máquinas, porque são várias entregas.

O SR. RELATOR (Almir Lando)- Então, foi devidamente registrado esse fato.

O SR. TAKESHI IMAI- Sim. Inclusive no contrato da CEME, que está aqui também, diz que o preço é tanto, e há uma cláusula, 3ª, dizendo que a empresa entregará 25% em forma de bonificação.

Quer dizer, não houve desaparecimento de pulverizadores, não houve nada disso. Houve uma tentativa de manter nos arquivos um preço mais alto, talvez por um receio de comparar preços.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- O senhor falou que no caso do empresário das pastilhas clor-in, o senhor falou o nome, mas tão ligeiramente, que não deu para ficar registrado.

O SR. TAKESHI IMAI- O nome está expresso dentro do relatório, é Jorge Fanuque, há o telefone dele.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Com esse, o Sr. Paulo César Farias teve uma série de contatos?

O SR. TAKESHI IMAI- Não. Eu disse que com ele, segundo o seu relato, ele teve vários contatos com o Sr. José Maria da Fonseca, mas que ele presenciou o Sr. José Maria chegando no jatinho Morcego Negro

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Então, esses contatos seriam presumidos apenas? O senhor nunca teve um contato com o Sr. Paulo César Farias.

O SR. TAKESHI IMAI- Não, não o conheço pessoalmente, só vi por fotografias em jornais e televisão.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- No curso dessas negociações, o nome de Paulo César Farias sempre era referenciado como?



O SR. TAKESHI IMAI - Direto pelo Sr. José Maria da Fonseca, pelo Sr. Luís Ribeiro.

O SR.RELATOR (Amir Lando)- Os Srs. Luís Ribeiro e José Maria da Fonseca falavam o quê?

O SR. TAKESHI IMAI - Que eles eram do esquema PC, e se eu entrasse nesse esquema eu conseguiria vender muito.

Sr. Congressistas, eu tenho a plena convicção de que se nós tivéssemos aceito o esquema PC, nós estaríamos fazendo uma venda emergencial de 50 mil pulverizadores, que estariam todos encalhados, aí, em algum lugar- como ficou a coisa- eu tenho a certeza que aconteceria isso. Ou seja, a Hatsuta perdeu por não entrar nesse esquema, está quase quebrando, mas acho que é melhor assim.

O SR.RELATOR (Amir Lando)- Neste momento, Sr. Presidente, eu me contento.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Chegou à Mesa requerimento do PSDB que informa a substituição do Senador Almir Gabriel pelo Senador Mário Covas, que já participava intensamente da reunião, informalmente, e agora passa a ser membro titular.

Vamos passar à lista dos inscritos

Concedo a palavra ao Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Takeshi Imai, V. Sa. trouxe, aqui, um depoimento rico em nomes, em documentos, em dados e isso vai nos permitir aprofundar a investigação; inclusive, se for o caso, vai nos permitir ouvir pessoas aqui mencionadas.

Por isso, não vou me deter em muitas perguntas; vou fazer apenas uma para lhe dar a oportunidade de explicação já que, tenho certeza, procurarão minimizar esse seu depoimento forte, um depoimento claro, corajoso, que traz elementos para o prosseguimento dessas investi-



gações.

A imprensa deu hoje a notícia de que o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende o empresário PC Farias, distribuiu ontem uma nota à imprensa sobre o empresário Takeshi. Segundo Mariz, o empresário utilizou intermediários para vender os produtos da Hatsuta à SUCAM. "O valor das aquisições eram sempre superfaturados", disse Mariz. Segundo ele, participavam do esquema de Takeshi, as empresas Hallem Elliot e Brasvit Comércio e Importação e Exportação. O advogado relata que, em 1990, Takeshi foi beneficiado com a venda de inseticidas Malathion. Em 1991, segundo Mariz, a CEME adquiriu o inseticida por valor 1/3 menor do que aquele que vinha sendo negociado por Takeshi.

Como tenho certeza que vão tentar diminuir o efeito do seu depoimento, quero lhe fazer apenas esta pergunta, para lhe dar a oportunidade de esclarecer essas declarações do advogado do PC Farias.

O SR. TAKESHI IMAI - Bem, Senhores, o Ministério da Saúde não compra pulverizadores todos os meses. Ao longo dos 15 anos - 26 anos que fornecemos e 15 anos que, vamos dizer, fornecemos e trabalhamos - a nossa empresa vendeu pulverizadores 10 vezes, talvez. Ela não vendeu todo ano; às vezes era um ano sim e um ano não; e também fazia vendas pequenas de peças conforme as necessidades. Então, o negócio de pulverizadores para a Saúde Pública não justifica que a nossa empresa mantenha todos os dias o nosso representante visitando Brasília.

As empresas Hallem Elliot e Brasvit são absolutamente idôneas, com as quais tenho trabalhado há 15 anos, através de vendas e distribuição. Ocorre que essas empresas são concorrentes do Sr. José Maria. Existe uma vontade muito grande de retirar as representadas da Hallem Elliot, com quem trabalho há 25 anos no setor. Quem trabalha há 25 anos



no setor consegue as maiores representadas.

A Hallem é distribuidora de laboratórios como Smith-Klein, Merrier, na França; trabalha com empresas idôneas como Bayer, Cyanamid e trabalha com a Sumitomo, no fornecimento de inseticidas há mais de 15 anos. Nós nunca tivemos algo que desabonasse.

Acredito, pessoalmente, que essa é uma briga de poder - certo? - do Sr. José Maria; essa refrega que houve recentemente, acho que foi uma briga de grupos, tentando tirar o troco do time do PC. Quer dizer, no meu entender, isso foi uma grande briga. O Dr. Luís Romero saiu e o Ministro Alceni recebeu o troco. Essa é a grande briga. E nessa meia confusão estava o empresário José Maria prestando uma série de declarações para o Delegado Nício La Corte, para incriminar vários outros empresários seus concorrentes. Acho que ocorreu isso.

Inclusive, estou sabendo as circunstâncias em que isso aconteceu. A empresa Hallem foi acusada de dois problemas, um deles foi de que vendia peças da nossa empresa com um contrato de exclusividade falso.

Os senhores podem verificar que isso não era verdade, ela realmente era nossa revendedora, nossa distribuidora. Havia uma carta de uma oficina de pulverização chamada Spraytec, Hallem Elliot, havia uma empresa que ofereceu peças da Hatsuta, peças de mercado paralelo. Baseado nessa carta, essa empresa Hallem foi incriminada como a empresa que vendia; como um atestado falso.

O segundo fato em que a Hallem foi envolvida foi na estória do Kadette da namorada do Vice-Presidente da Fundação Nacional de Saúde, Nelson Marques. Estou sabendo que pessoas ligadas à equipe de PC informaram que a empresa Hallem teria dado de presente um veículo Kadette para a namorada do Nelson Marques. Foi feita uma busca que o Brasil



inteiro viu, foi feita a apreensão desse Kadette, e nesse dia o delegado se dirigiu ao Rio de Janeiro, na revendedora em que foi comprado o carro. No dia em que ele percebeu que o pagamento foi feito com cheque, anunciou para todo o Brasil que o diretor comercial dessa empresa Hallem Elliot, Sr. Rautiney Coutinho - homem digno, que conheço há quinze anos - que ele teria comprado o Kadette e dado de presente. Dez dias depois, veio a cópia do cheque e ficou provado que esse cheque não era nem da Hallem, nem da Brasvit, nem do Sr. Coutinho, mas, até lá, a imprensa inteira no Brasil já havia noticiado errado! Ele declarou que era dele, mas, depois, veio um cheque, o pagamento não foi feito porque tinha sido acusado, houve uma acusação. Agora os advogados da Hallem estão movendo uma ação.

Outro ponto que gostaria de esclarecer: eu nunca vendi Malathion na minha vida, quem vendeu um milhão e seiscentas mil toneladas, está claro, basta verificar no Ministério da Saúde, foi o Sr. José Maria da Fonseca, da From Brazil. Eu gostaria que esse advogado que faz essa acusação, fosse constatar quem é o vendedor, eu nunca vendi inseticida na minha vida, sou vendedor de pulverizadores.

O senhor falou de um terço que eu não consegui anotar, por favor, eu gostaria de esclarecer.

O SR. ODACIR KLEIN - É notícia que está no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, declarações do Sr. Mariz:

"O advogado relata que, em 1990, Takeshi foi beneficiado com a venda do inseticida da Malathion. Em 1991, segundo Mariz, a CEME adquiriu o inseticida pelo valor 1/3 menor daquele que vinha sendo negociado por Takeshi."

O SR. TAKESHI IMAI - Eu nunca negocieei inseticida na minha vida. Acho que esse advogado está querendo tirar de foco o problema



principal, o cliente dele, apenas isso.

O SR. ODACIR KLEIN - Agradeço a V.Sa. e o cumprimento pelo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Takeshi, na mesma ordem de idéias do Deputado Odacir Klein, eu gostaria que o senhor detalhasse mais a história da Hatsuta. Tenho lido constantemente, através da imprensa, que o senhor faliu fraudulentamente. Sobre isso o senhor já deu explicações preliminares. Gostaria que o senhor desse, agora, um ligeiro histórico desde quando iniciou sua firma. O senhor já entrou em concordata anteriormente, além dessa vez? Enfim, já houve algum tipo de ato fraudulento durante sua vida como empresário? É que estão procurando minimizar o depoimento de V.Sa. com esse tipo de acusação.

O SR. TAKESHI IMAI - Srs. Congressistas, a Hatsuta Industrial é uma empresa que começou num fundo de quintal em 1964. Meu pai era importador de pulverizadores do Japão, de uma marca chamada Hatsuta. Quando me formei engenheiro, papai e eu resolvemos montar uma pequena fábrica de pulverizadores, nacionalizando um pequeno pulverizador importado do Japão.

Trabalhamos bastante, e a empresa cresceu razoavelmente bem. Em 1971, quando aconteceu a ferrugem dos cafezais, desenvolvemos uma nova tecnologia para o combate a essa praga e fizemos um pulverizador. O café era o maior produto de exportação do Brasil, e os técnicos do IBC diziam que ele iria ser destruído. Tenho, inclusive, recortes da revista Veja, que, em março de 1971, fui chamado de "herói nacional" numa reportagem com o título: "Ferrugem do café - um novo herói." A reportagem mostra que desenvolvi uma tecnologia para combater a ferru-



gem no Brasil.

Vendemos muitos pulverizadores para ferrugem e ganhamos muito dinheiro. Nos anos de 1973 e 1974, a nossa empresa foi a primeira do Brasil, figurando entre os "Maiores e Melhores" da revista Exame. Fui, inclusive, capa dessa revista em 1975. Em 1976 e 1977, a fábrica cresceu muito no setor de pulverizadores. Depois o mercado caiu, uma vez que seu consumo era principalmente para combater a ferrugem dos cafezais. Tínhamos uma fábrica grande, mas não podíamos enchê-la com pulverizadores, porque o mercado havia caído.

Começamos a fabricar motosserras. Projetei as motosserras e desenvolvi-as. Quando verifiquei como as máquinas maiores cortavam árvores de grande porte - acompanhei, durante testes de protótipos, a derrubada de pés de jacarandá de 150 anos em três minutos - alguma coisa aconteceu em mim, e decidi parar de fabricar motosserras. Este fato é muito conhecido entre meus amigos inclusive. Perdemos dinheiro deixando de fabricar motosserras, porque eu achava uma covardia fazer essas máquinas que destróem florestas.

Posteriormente, como tínhamos uma fábrica de pequenos motores dois tempos e de pulverizadores, fizemos uma joint-venture com a Honda do Japão. Estive na Honda várias vezes. Estive no Japão 48 vezes, sempre a trabalho. Estávamos começando a fabricar motocicletas, ou seja, a preparar o ferramental para construir as motocicletas Honda em Guarulhos, quando recebemos uma intervenção governamental na época do Presidente Geisel, através do BNDES, que não deixou a Hatsuta se desnacionalizar. Os militares, à época, consideravam a Hatsuta, pela sua atuação na área de ferrugem, que era o primeiro produto de exportação, uma empresa de grande importância nacional. Junto com o caso C&S Philips, muito noticiado na época, a Honda foi obrigada a ficar mino-



ritária na Hatsuta e acabou desistindo. Assim, perdi o sócio Honda, por uma intervenção indevida do Governo brasileiro nos nossos negócios.

Posteriormente, foi convidada, com o auxílio do Itamaraty, a Suzuki Motors para continuar o Projeto Honda. A Suzuki aceitou ficar minoritária no Projeto Hatsuta, desde que a Honda não entrasse mais no Brasil. Isso foi prometido pelo Ministro Severo Gomes.

Quando o projeto estava pronto, deixaram a Honda passar por Manaus, sem pagar IPI, ICM, praticamente na linha de montagem. Isso dificultou o relacionamento com a Suzuki, que, de repente, resolveu desistir. Fiquei com as dívidas, uma vez que a Suzuki aportou 2 milhões de dólares, e eu me endividei em 5 milhões de dólares para fazer o projeto das motocicletas. Quando a Honda entrou no Brasil via Manaus, a Suzuki se sentiu traída. Havia promessas de que a Honda não entraria; de repente, ela entra com incentivos, então a Suzuki desistiu do projeto. Eu tinha uma fábrica em Agudos, que tive que devolver à Suzuki, e fiquei com dívidas.

Essa é a minha peregrinação. Virei um empresário endividado, depois de, no ano de 75, ter tido a empresa mais rentável do Brasil. Em 81, quando acabou esse affair Honda-Suzuki, deixo a administração da Hatsuta, e, durante esse período, a Hatsuta, endividada, entra em concordata. Isso no ano de 84. Sai da concordata e, em 87, entra numa segunda concordata. Eu tinha deixado a direção administrativa da Hatsuta, que foi assumida por familiares, apesar de eu constar como um diretor. Em 87, volto novamente ao comando da Hatsuta, chamado pelos familiares. De lá para cá, a nossa empresa se tornou conhecida como uma empresa muito endividada, com um empresário teimoso, querendo fazer de todo jeito a empresa sobreviver, uma empresa tecnicamente que-



brada. Para tentar sobreviver, eu tinha aprendido algumas coisas no Japão, como, por exemplo, que em períodos de crise se procura não demitir funcionários. Então, lá estava eu trocando batatas com máquinas agrícolas e pagando salários com batatas. Posteriormente, precisávamos achar um novo produto, por causa da crise brasileira. Então, junto com os nossos funcionários, inventamos a walk-machine. Estamos fazendo walk-machines e sofrendo as consequências de uma política econômica perversa, que faz com que empresas que estão com boa saúde financeira fiquem endividadas, enquanto que para aquelas empresas quebradas é quase impossível a recuperação.

Hoje, no nosso País, 60 a 70% de qualquer produto que se vende representam a soma de impostos mais juros. Então, é muito difícil uma empresa sair do buraco.

Agora, estou procurando, através da prestação de um serviço, tentar recuperar a Hatsuta. Talvez se, com essa epidemia de cólera, provarmos que a nossa tecnologia é válida, possamos vender uma grande quantidade, prestar novamente um serviço ao País, e pagar as dívidas da Hatsuta. É o que desejo fazer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Takeshi, com relação ao episódio atual, houve uma concordata, o senhor fez pagamentos parcelados, sustou a concordata, e houve um equívoco do Juiz na sua decretação no momento, que S.Exa. já desconsiderou, anulando o decreto que tinha convertido a concordata em falência. É isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, Senador. A nossa concordata é antiga. Já tinham sido feitos dois pagamentos, os depósitos - a primeira parcela de 40%, a segunda parcela de 60% -, e ela estava simplesmente em fase de liquidação dos pequenos ajustes. Em novembro do ano passado, foi feita uma revisão de todas as documentações e foi feito o pedido



de levantamento da concordata. Aquilo estava no fórum, tramitando muito lentamente e, para surpresa nossa, aconteceu, então, na sexta-feira, dentro daquela cronologia muito estranha, enquanto eu conversava com o Eduardo Oinegue, vieram as ameaças, depois veio a confirmação do Luís Romero, se eu tinha retirado ou não e, no dia seguinte, a falência da Hatsuta.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Hoje, o senhor não está mais falido?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Na segunda-feira foi sustado o movimento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Takeshi, o senhor tem como provar que o Dr. José Maria Fonseca, o Almirante - parece que é Almirante - intermediou essa transação do DDT e do Malathion? O senhor ouviu dizer isso? Qual é a sua informação a respeito?

O SR. TAKESHI IMAI - Basta verificar quem foi que intermediou essa venda. Os nomes estão todos lá nos processos. Basta que os Srs. Congressistas solicitem essas informações à Central de Medicamentos e ao Ministério da Saúde, que vai aparecer o nome deles.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor está sabendo que o Sr. José Maria da Fonseca também já está pedindo inquérito contra o senhor, está tomando providências contra o senhor? Ontem tomei ciência absoluta desse fato.

Bem, gostaria que o senhor deixasse bem clara uma questão, a respeito de uma afirmação do senhor, com relação à existência, à atuação, ainda no Ministério da Saúde, desse mesmo bloco, dessa mesma camarilha - como o senhor disse. O senhor sabe disso por quê? O senhor tem elementos que o provam, ou o senhor se baseia nessa questão relativa ao CENEP?



O SR. TAKESHI IMAI - Sim, as pessoas que bloqueavam ou aprovavam os sistemas, como, por exemplo, essas compras emergenciais, Senador, são as mesmas que estão lá, como o Dr. Carlos Catão Loiola, que é a pessoa que liberava aquelas três grandes compras, são as pessoas que estão bloqueando efetivamente. E dou vários nomes de funcionários do Ministério que, até em reunião com eles, para tentar livrar os nossos equipamentos, sentiram, presenciaram isso, e há documentos que o comprovam. Em qualquer investigação específica vão aparecer nitidamente essas ações.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor sabe nos dizer como esses intermediários, os prepostos do Sr. PC Farias, atuavam? Como era essa sistemática para arrecadar o dinheiro?

O senhor já ouviu falar no Armúcio por exemplo, no Guimarães, que é o marido da Dona Eunícia?

O senhor sabe como se procedia? O senhor sabe da existência de alguma conta no Bradesco, onde se depositavam essas importâncias que, posteriormente, eram destinadas ao PC?

O SR. TAKESHI IMAI - Acho que isso deve ser de outras áreas, tipo área de Secretaria de Habitação, onde há empreiteiros.

Aqui, nesse setor, acho que a coisa era feita através do Comandante Jorge Bandeira de Mello, porque ele fazia as contas, ele fazia os controles.

No Ministério da Saúde, o escritório da Brasil Jet era ao lado da CEME; basta verificar com a secretária Marilza a frequência de telefonemas entre os dois. Era algo fantástico, toda hora estavam conversando, um ia para lá, outro vinha para cá.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Por último, Dr. Takeshi, o senhor está andando sozinho, o senhor está preocupado com a sua segurança, o se-



nhor gostaria de ter uma segurança? O senhor está correndo risco?

Ontem eu vi que o senhor esteve na Procuradoria, porque estive lá; o senhor saiu e estava sozinho. Indaguei se o senhor teria segurança e me informaram que a sua segurança seria a imprensa. Eu ando preocupado, porque acho que o senhor está dirigindo o carro sozinho.

O senhor gostaria de ter uma segurança, o senhor não acha que está correndo risco?

O SR. TAKESHI IMAI - Sinceramente, eu estou bastante consciente desse risco. Se puderem me oferecer, acho que os meus familiares vão ficar mais tranquilos. Mas depois que eu decidi tocar a coisa, não é o problema da segurança que vai me fazer mudar de idéia. Vou nesse caminho nem que me matem.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Presidente, apenas para concluir.

Eu gostaria, depois, que nós examinássemos um requerimento a ser encaminhado, um ofício à Polícia Federal, no sentido de colocar segurança à disposição do Sr. Takeshi, tendo em vista o risco de vida que ele está correndo.

Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. e aos colegas que me dessem licença para me retirar, porque está havendo um problema com a greve dos professores e estou sabendo que está havendo conflito com a polícia e vou ter que dar um pulinho lá.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Senador, por sua presença.

Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu vou diretamente às perguntas.

O depoente, na sua explanação a esta Comissão, disse que há vinte e seis anos negocia com o Governo.

000269



Sua empresa, se não me engano, sempre vendia sem licitação ao Ministério, diretamente. E o senhor vendeu também precisando de intermediário.

Quero saber, mais ou menos, quantas vezes o senhor vendeu diretamente e quantas vezes precisou de intermediário.

O SR. TAKESHI IMAI - Senador, em quinze anos, o Ministério da Saúde adquiriu cerca de 7 mil pulverizadores.

Adquiriu, às vezes por licitação, às vezes direto, às vezes quantidades pequenas que um revendedor de Brasília vendia. Quer dizer, isso não era o nosso negócio principal. Quando o Ministério acionava saía uma carta, uma convocação, às vezes alguém chegava, queria vender. Eu, particularmente, nunca comandeí o setor comercial da empresa. Eu sou, realmente, uma pessoa mais técnica. Quer dizer, a minha formação é de técnico, de engenheiro. Talvez, o acidente que aconteceu na Brasil Jet... é que não sou uma pessoa afeita a fazer negociações com comissões, então, quando a coisa veio, me repugnou. Porque não sou realmente um comerciante, eu sou mais um técnico, sou um engenheiro, eu não tenho jogo de cintura para esse tipo de coisa.

Mas, ultimamente, face à necessidade minha de desenvolver produtos para combate à cólera, face à necessidade minha de desenvolver máquinas mais adequadas para combate a epidemias, eu comecei a acompanhar a parte técnica do Ministério. A parte negocial eu sempre deixei a cargo de diretores comerciais da minha empresa no passado. Eu nunca acompanhei esses detalhes, eu sempre fui mais inventor e menos vendedor, mas posso dizer que houve, ao longo de 15 anos, várias modalidades. Então, houve vendas diretas, houve vendas através de revendedores, com licitação, sem licitação e, para trás de dois anos, então, eu quase desconheço, porque estive de 81 a 87 também fora da administração da empresa.



O SR. NEY MARANHÃO - Peço a V.Sa. que, se puder, mande essa resposta para a CPI em documentos. Eu agradeceria.

O SR. TAKESHI IMAI - Pois não, eu vou providenciar, vou fazer uma busca em arquivos e com as pessoas mais antigas que cuidavam disso.

O SR. NEY MARANHÃO - A segunda pergunta, Dr. Takeshi: quando o senhor vendia ao Ministério, o senhor utilizava a sua conta particular ou conta de sua empresa? Ou nunca utilizava a sua conta particular?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu jamais utilizei a minha conta particular.

Acho que estão existindo várias tentativas de distorcer algumas coisas. Lamento que estejam existindo algumas citações como esta.

Hoje, li no Correio Braziliense uma nota que gostaria publicamente de desmentir.

Estou enviando ao Sr. Luiz Adolfo, a quem eu conheço, sobre uma nota do Correio Braziliense de hoje, que está aqui, que "o empresário não contorna a greve" e diz que "a Hatsuta tem 90 dias de atraso."

Estou afirmando que o atraso é de 45 dias; que eu continuo andando, segundo o Sr. Roberto Mariano, do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, de Opala e Escort. Eu não tenho nenhum Escort, e o meu Opala, realmente, é de 1987; que "a Hatsuta entra no 14º dia de greve."

Estou informando ao Sr. Luiz Adolfo que ela teve quatro dias de greve.

Aqui está dizendo que é difícil negociar e que eu dei preferência a pagar encargos sociais vencidos. Quer dizer, jamais deixaria de pagar encargos e deixar de pagar salários. Basta verificar com os nossos funcionários, que nós tivemos seis ou sete greves para pagar



salários em dia. Nós tivemos realmente duas greves; que eu recebi o Senador Eduardo Suplicy - ele não está aí agora no momento - e que eu não deixei os meus funcionários se aproximarem sequer do Senador. O Senador nem entrou na nossa empresa. Eu me encontrei com o Senador no aeroporto e fomos juntos até a empresa. O Jornal do Brasil nos fotografou saindo do aeroporto, de carro. Nós paramos, ficamos junto com os funcionários;; o Senador Eduardo Suplicy cumprimentou a todos, disse a eles que, se pudessem ajudar, o fizessem. Os nossos funcionários mandaram para o Senador Eduardo Suplicy uma solicitação de ajuda assinada por todos.

O mais interessante é que esse Sr. Mariano, do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, é uma pessoa que nunca poderia dar informações sobre a Hatsuta, porque ele ocupa um cargo de escritório e não tem o menor conhecimento da situação da empresa.

Então, quanto a situações como essa, estou pedindo ao Diretor do **Correio Braziliense** que, por favor, faça uma retificação ao Sr. Luis Adolfo Pinheiro, a quem aprecio muito. Estou mandando essas informações para que ele verifique por que saiu esse tipo de notícia; por que uma pessoa do sindicato, que não tem o menor conhecimento da Hatsuta, dá declarações deturpadas sobre ela. Creio que tudo isso é uma campanha fácil de esclarecer.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Antes de vender esses pulverizadores, quem era a pessoa que intermediava isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Tivemos, ao longo de quinze anos, vários distribuidores. Ultimamente, tínhamos a Hallem Elliots do Brasil.



O SR. NEY MARANHÃO - Muito bem.

Queria saber, nesta conta da CEME, se esse dinheiro foi depositado em que conta: na do senhor ou na da sua empresa?

O SR. TAKESHI IMAI - Sr. Senador, temos aqui o empenho da CEME, que diz para depositar o dinheiro na conta do Banco Holandês Unido, agência Brasília, em favor de Hatsuta Industrial S/A.

O SR. NEY MARANHÃO - No seu depoimento, o senhor disse que esses kits, se não me engano, doze mil pulverizadores, não foram vendidos ainda ao Ministério, dentro da sua ótica, por sabotagem, má-vontade dos setores do Ministério e, no meu entender, esse foi um dos motivos da sua concordata. Essa reclamação que o senhor acabou de fazer, se não estou equivocado, tentou fazê-la ao Senador Maurício Corrêa, mas não conseguiu sequer falar com o Ministro da Saúde, Adib Jatene. Como esse é um assunto de segurança nacional, quem foi a pessoa, no Ministério, com quem o senhor tentou falar para chegar ao Sr. Ministro da Saúde, Adib Jatene?

O SR. TAKESHI IMAI - Claro. Senador Ney Maranhão, sou um amigo pessoal de longa data do ex-Ministro da Saúde, Seiko Suzuki. Na ocasião, S.Ex^a. também tinha como Chefe de Gabinete o Dr. José Carlos Seixas, que hoje é Secretário Executivo; ele tinha o Dr. Edmundo Pastorello, que era Secretário-Geral. Ou seja, na equipe do Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, que não conheço pessoalmente, há muitas pessoas da equipe do Professor Zerbini, do Instituto do Coração - INCOR - que conheço algumas.

Então, sempre falei com o Dr. José Carlos Seixas, que conheço de longa data; falei com Dr. Edmundo Pastorello, para ver se realmente poderiam acelerar o processo, mas, mesmo por solicitação deles, a equipe bloqueava.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 44971

Secretário



O SR. NEY MARANHÃO - A minha pergunta é: diretamente, de que forma, no meu entender, o senhor não pôde chegar ao Dr. Adib Jatene? Gostaria de dizer que o senhor pediu uma audiência através do Chefe de Gabinete, Dr. José Carlos Seixas.

Então, quero saber com quem foi que o senhor tentou falar para ter acesso ao Ministro e não teve condições.

O SR. TAKESHI IMAI - No dia 2 de junho eu queria fazer um relato ao Ministro sobre o assunto e entregar uma carta, que está aqui, datada de 1º junho, pedindo ao Presidente da Comissão Nacional de Prevenção ao Cólera que me levasse ao Ministro para que eu pudesse expor essa técnica e, com isso, o Ministro desse uma ordem para acelerar, porque o processo estava emperrado mesmo, depois de dois meses de espera. Fiz a no dia 1º ao Ministro, aos cuidados do Dr. Cláudio Amaral Júnior. Cheguei no dia 2 para entregar essa carta e, junto com o Dr. Cláudio, fomos ao gabinete. Na realidade, o Ministro estava bastante ocupado, não havia possibilidade de atender naquela hora, ele deu uma saída - não sei para onde - saí de lá bastante frustrado, porque vim a Brasília só para fazer isso. Naquele momento de frustração e desespero resolvi ir à revista **Veja** e cheguei ao Dr. Eduardo Oinegue pela manhã. Ou seja, o Ministro estava lá naquele dia, mas no fim da tarde, quando voltei para tentar falar com ele, novamente, S.Exa. já estava saindo de viagem. Então não foi possível me levar junto apesar de o Dr. Cláudio ter tentando falar com ele.

Como íamos tratar de um assunto da cólera, eu estava indo com o Dr. Cláudio Amaral, Presidente da Comissão Nacional de Prevenção à Cólera.

O SR. NEY MARANHÃO - Dr. Takeshi, dentro da minha ótica em assunto dessa natureza, de uma gravidade como essa, V. Sa. tinha que



sentar acampamento no Ministério e falar com o Ministro de qualquer maneira. E o senhor não o fez.

O SR. TAKESHI IMAI - Foi isso que tentei fazer.

O SR. NEY MARANHÃO - Antes de ir à Revista **Veja**, o senhor tinha que ir ao Ministro, e explicar; um homem como o Dr. Jatene tinha que saber dessas coisas antes, porque o senhor deu a entender aqui que existe no Ministério o mesmo esquema do PC com o Dr. Jatene lá dentro. Não podemos admitir isso! V. Sa. foi responsável por não ter denunciado ao Ministro Jatene. Tinha que ficar lá até a saída dele do elevador e falar com S. Exa.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, protesto, o depoente está aqui para ser interrogado, para que ouçamos as suas explicações, não para que emitamos conceitos a respeito do seu depoimento, nem para ser xingado pelos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Mesa não vai aceitar pressão sobre o depoente ou testemunha, em hipótese alguma, nem nenhum dos partidos.

O SR. NEY MARANHÃO - Para concluir, Sr. Presidente, a última pergunta. O senhor falou que esteve nessa tal sala da Brasil Jet, que é uma sala muito sofisticada e que era para contar dinheiro. Por que o senhor tem essa certeza?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, eu não disse "que era para contar dinheiro", eu disse que "é uma sala igual à dos doleiros". Quer dizer, não é uma sala comum; é uma sala equipada com todos os dispositivos de segurança, que normalmente se colocam em locais onde se manipulam valores.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, estou satisfeito. Espero que o Dr. Takeshi não vire aqui nesta comissão o famoso Dr. Silvana.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, de imediato considero que tudo aquilo que ouvimos aqui extrapola até o adjetivo estarrecedor. Considero que, ainda hoje, deveríamos votar, imediatamente, requerimento desta CPI solicitando ao Tribunal de Contas da União que faça, imediatamente, a mais rigorosa possível investigação de contas da CEME. Isso é prioritário. Estamos vendo um manancial de denúncias tão sérias que teríamos que quase que formar um grupo à parte só para tentar desvendar esse rosário de denúncias extremamente graves que tentarei ainda esclarecer com algumas perguntas.

A primeira pergunta que faço, e nesse sentido estou encaminhando a V. Exa., Presidente da Comissão, requerimento para que ela julgue e delibere sobre esse pedido ao Tribunal de Contas da União, solicitação que, aliás, já foi feita pelo Deputado Jackson Pereira.

A primeira pergunta que faço ao depoente é se nesses 25 anos em que forneceu à SUCAM houve explicitamente algum momento em que foi abordado por algum técnico do Ministério ou por alguma pessoa que se dissesse ligada ao Ministério que lhe pediu propina, pedágio ou qualquer tipo de pagamento, antes do Governo Collor?

O SR. TAKESHI IMAI - Sempre que há troca de governo aparecem, normalmente, alguns novos distribuidores tentando fazer negócios. Todo fabricante de equipamentos que vende para o Governo... Normalmente, quando há troca de governo aparecem alguns novos representantes com a mesma conversa do Sr. José Maria: "Sou amigo do fulano, do sicrano, então, deixe que eu venda o seu produto".

Isso aí acontece com pessoas que não são do ramo, não são profissionais, não conhecem a tecnologia, o processo. Elas criam um trau-



ma muito grande. A maioria das empresas sabe que quando há troca de governo várias pessoas vão tentar vender o seu produto. Elas se apresentam.

Depois de adquirir uma certa experiência, as empresas começam a recusar esse tipo de intermediação. A grande dificuldade que tinha o Sr. José Maria, acredito, é que ele vinha, forçava muito e as pessoas procuravam se negar. Quando se trata de negócios internacionais, o fabricante, por exemplo, indiano, se receber uma carta de crédito, fabrica, embarca. Mas o fabricante de produtos que não tenham necessidade de assistência técnica. O pulverizador é um produto muito técnico. Eu preciso manter uma equipe visitando, dando cursos. Agora mesmo, se V. Exas. indagarem no departamento de operações, há vários cursos de treinamento programados. Os técnicos da SUCAM vão à Hatsuta, passam uma semana recebendo treinamento. Então, é difícil para pessoas que não são do ramo, mas são amigos de fulano, sicrano, começarem a entrar e a criar confusões. Então, procuramos evitar isso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Em outras palavras, no tempo em que essas aquisições eram feitas pela SUCAM, havia critérios técnicos corretos que definiam as aquisições?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Acho que as coisas eram mais sérias, sem dúvida nenhuma. Não digo que a coisa era absolutamente redonda, mas acho que nunca houve um período realmente tão maluco como este que vivemos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Há três assinaturas num dos empenhos, e depois há um valor complementar de 12 milhões, que tem uma quarta assinatura. Das 4 pessoas que assinam o empenho, o senhor somente teve contato com o Sr. Luís Ribeiro Gonçalves? Ou teve com mais alguma dessas pessoas?



O SR. TAKESHI IMAI - Preciso localizar isso. O senhor está com o empenho na mão e assim fica mais fácil. É Mousinho. Há uma pessoa chamada Mousinho com quem tive vários contatos, mas ele era uma pessoa que executava tudo que o Dr. Luís Ribeiro mandava. Ele era o executor que assinava, mas, realmente, só sentei-me com ele para acelerar a documentação, recebê-la mais rápido e viajar. Ou quando entregou-se a mercadoria, para fazer a conferência da nota com o carimbo. Dessas coisas, às vezes, cuidávamos com o Sr. Mousinho, que era uma espécie de operador da parte burocrática.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Nas vésperas da liberação do pagamento, - depois de já entregue o produto, feito o empenho - quando o senhor ia receber o cheque, dias antes, o senhor recebeu novamente alguma visita, algum telefonema, pedindo-lhe porcentagem?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. O Dr. Luís Romero me assegurou que fosse fazer a coisa tranquilamente; eles estavam precisando das máquinas. Então, houve muito rigor por parte do Sr. Mousinho. Havia uma nota fiscal com algum erro, tivemos que refazer, voltar, carimbar a entrega no Rio de Janeiro; houve duas ou três irregularidades técnicas, por falta de experiência, e reconhecemos que o erro era nosso.

Houve um comportamento exemplar, quer dizer, foi feito o pagamento, o recebimento, e tudo correu normalmente, não temos nada a reclamar, não pagamos nada a ninguém e fizemos uma bela venda aos Ministérios, sem sermos achacados, mas, depois, veio o troco.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Nessa oportunidade, o senhor chegou a ter algum contato com o Sr. Valdir Arcoverde?

O SR. TAKESHI IMAI - O Dr. Valdir Arcoverde é uma pessoa cujo nome circula muito pelo Ministério mas, pessoalmente, não o conheço, não tive nenhum contato pessoal com ele.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Inicialmente, o senhor citou que a primeira tentativa de programação de um over-price, de um superfaturamento, foi em torno de 25%?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Eu citei que a FROM BRAZIL tentou adquirir a máquina da Hatsuta e vender por um preço que eu perguntei qual seria e eles disseram que não era da minha conta. Foi isto que falei e está escrito aí.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Perfeitamente.

O senhor alegou que muitos ou alguns empresários também deixaram de fornecer para a CEME porque não entraram no esquema. O senhor acredita que no setor de medicamentos, especificamente, algumas empresas sérias que, realmente, tivessem estado fornecendo, até o Governo anterior, produzindo remédios de qualidade, com princípios ativos corretos, tenham, em função de não aceitar o esquema PC, sido substituídas por outras empresas que estejam fornecendo remédios com talco, pó de raspa de mandioca, sem os princípios ativos, simplesmente para poderem ter condições de pagar as propinas?

O SR. TAKESHI IMAI - Essa é uma pergunta que não tenho condições de esclarecer ao senhor porque eu estou fornecendo os pulverizadores, por esses eu respondo e, lógico, eu vinha à CEME tratar do meu assunto. Casualmente, fiquei sabendo do assunto da CLORIM, que é o único caso cujo empresário Jorge contou-me a sua história. Os demais casos, então, eu não tenho nem condições de comentar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - O senhor afirma que em outubro recebeu uma encomenda da Fundação Nacional de Saúde para fabricar 12 mil kits de proteção. Essa encomenda é, com ou sem empenho?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi com empenho, é lógico, mas essa encomenda foi feita com empenho não à Hatsuta, mas ao nosso distribuidor.



que, depois que foi cancelada, agora, recentemente, na retomada, a política do Dr. Adib Jatene é, realmente, a de fazer vendas diretas, e a política anterior era a de dificultar um pouco isto, era mais fácil a empresa vender através de distribuidores.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Quem é o seu distribuidor que conseguiu essa encomenda?

O SR. TAKESHI IMAI - Chama-se Hallem Elliot do Brasil.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - O senhor me permite, agora, rapidamente, algumas perguntas que nós temos visto serem feitas no sentido até de tentar desqualificar o seu depoimento? O senhor me permite fazê-las?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Primeira: os jornais insinuam que o senhor tem uma sociedade com o Sr. Vitório Takeshi. O senhor já foi sócio dele?

O SR. TAKESHI IMAI - Absolutamente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. Aproximadamente, qual o preço de mercado hoje, de fábrica, de um pulverizador como esse que o senhor vendeu em julho à CEME?

O SR. TAKESHI IMAI - Não tenho condições de dizer. Esses pulverizadores foram fabricados em várias versões e eu os fabrico, especialmente, mas eu diria que, conforme a versão, se forem feitas quantidades mínimas acima de 200 máquinas - porque eu fabrico lotes econômicos, 200 a 400 máquinas - conforme a versão, estamos falando de máquinas de 1 mil a 1 mil e 600 dólares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Esse pulverizador foi vendido, em cruzeiros de hoje, a preço de custo, em cruzeiros de hoje, atualizados pela INPC, em 6 milhões e 300. Na realidade, o senhor não



vendeu por 830 mil cruzeiros. O senhor vendeu por 947 mil cruzeiros. Uma diferença de 117 mil cruzeiros. Descontei daí o que o senhor pagou a mais de IPI, porque houve um superfaturamento. Descontando isso, o senhor teve uma diferença de 109 mil cruzeiros. Em momento algum houve uma tentativa de cobrar uma diferença do senhor? O senhor não pagou absolutamente nada a nenhum desses atravessadores?

O SR. TAKESHI IMAI - Não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Eu tinha ainda algumas perguntas relacionadas às pessoas que ainda hoje estão no Ministério da Saúde. O senhor prefere respondê-las depois, na reunião secreta?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Eu posso respondê-las. Se eu sentir, em algum momento, algum problema que envolva a segurança de terceiros, eu declinarei e responderei na reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O tempo de V. Exa. já se esgotou, Deputado Mendes Thame. Peço a V. Exa. que conclua.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Perfeitamente. Em primeiro lugar, das pessoas que estão hoje na cúpula do Ministério da Saúde, quem o senhor acha que comanda o esquema PC? Qual o nome de quem comanda, no Ministério da Saúde, o esquema PC?

O SR. TAKESHI IMAI - Hoje, depois que a equipe do Dr. Jatene assumiu, tenho a impressão que, do esquema PC, as pessoas que comandam de forma mais forte são Carlos Catão Loyola e Pedro Chequer.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - O senhor teve algum contato com Carlos Antônio Maia Reis?

O SR. TAKESHI IMAI - Acredito que não conheço essa pessoa. Pelo nome, não estou me lembrando de quem seja. Mas, como cruzei várias vezes o Ministério, pode ser até que seja uma pessoa conhecida. Mas pelo nome não reconheço essa pessoa.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. As demais perguntas, se o senhor me permite, farei na reunião secreta.

O SR. TAKESHI IMAI - Com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Mendes Thame.

Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares, pelo PFL.

O SR. ODACIR SOARES - Eu queria saber, Sr. Presidente, se o Depoente vendia para o Ministério da Saúde - não sei se foi respondida a pergunta, mas queria fazê-la novamente - diretamente pela firma dele. Ele já disse que vendia através de intermediários, mas gostaria de saber se a nota fiscal da venda, mesmo feita pelos intermediários ou pelo intermediário - que ele indicou ser a Hallem Elliot -, era emitida pela Hallem Elliot ou pela empresa do depoente.

O SR. TAKESHI IMAI - Acredito que, ao longo do tempo, houve situações diversas.

O SR. ODACIR SOARES - Nos últimos cinco anos.

O SR. TAKESHI IMAI - Houve situações diversas porque os pedidos, às vezes, eram grandes, às vezes pequenos, havia pedidos para entregar num determinado local. Então, isso era feito caso a caso. Pulverizador não é um negócio que se vende a toda hora. Então, às vezes, era uma solicitação de um determinado Estado, às vezes era uma compra centralizada. Peças de reposição, vendíamos três a quatro vezes por ano. Então, cada pedido era tratado de uma forma.

O SR. ODACIR SOARES - Sim. Mas nos últimos cinco anos qual a empresa que intermediava mais voluntariamente os negócios?

O SR. TAKESHI IMAI - Oficialmente, a Hallem Elliot trabalhou conosco durante mais de 15 anos.

O SR. ODACIR SOARES - Mas quem emitia a nota fiscal?



O SR. TAKESHI IMAI - A Hallem ou a Hatsuta, conforme a situação.

O SR. ODACIR SOARES - Obrigado. Eu observei, aqui, pelos documentos acostados à CPI pelo depoente, relativamente à questão dos **kits**, que a maior parte dos documentos emanados das diretorias estaduais do Ministério da Saúde têm redação idêntica. Todas elas indicando como ótimo o equipamento do depoente, que são os **kits** de proteção dos guardas sanitários. E verifiquei também, ao contrário do que diz o depoente, que apesar de existir uma declaração do Ministério da Saúde, não existe, ao contrário da venda dos pulverizadores, uma demonstração de que tenha sido emitida a nota de empenho. E verifico, finalmente, que, mesmo no negócio anterior dos pulverizadores, em que o depoente, neste momento ou há dez dias, vem alegando que sofreu tentativa de extorsão, que o depoente ficou calado, vendeu diretamente, não disse nada a ninguém e só está realmente descontente a partir do fato de não ter entregue e não ter recebido, em consequência, os 12 mil kits e, naturalmente, o pagamento por esses 12 mil kits que seriam, pela documentação apostada ao processo, seriam vendidos pela Harllem Helliot ao Ministério da Saúde, sem licitação. É o que está aqui dentro.

O equipamento foi projetado, diversas delegacias do Ministério da Saúde emitiram pareceres favoráveis em redação idêntica, o depoente pensou que iria vender, não vendeu e a partir daí começou a protestar.

Pergunto o seguinte: por que o depoente não protestou antes? Por que o depoente, nos anos anteriores, quando acaba de declarar que os negócios no Ministério da Saúde nunca foram redondos, e que, portanto, o depoente sabia que os negócios do Ministério da Saúde, todos eles, estavam cobertos por uma comissão, pequena ou grande. O depoente



deixou claro que os negócios tinham comissão porque não eram redondos. Muito bem, por que o depoente não denunciou essa tentativa de extorsão à época em que ela ocorreu?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu queria fazer uma retificação, um esclarecimento. Eu não declarei, e acredito que todos podem comprovar, não fiz uma declaração de que havia comissões no passado. Não coloquei desta forma.

O SR. ODACIR SOARES - Está na gravação.

O SR. TAKESHI IMAI - Se houve uma colocação acredito que...

O SR. ODACIR SOARES - O depoente disse que todos os governos têm e que os negócios nunca foram redondos.

O SR. TAKESHI IMAI - Eu não coloquei isso desta forma. V.Exa. pode conferir isso na gravação.

Quanto a isso discordo, não falei dessa forma. De fato houve um período, que é notório, em que o Ministério parou de dezembro a março. Então, não adiantava reclamar durante todo esse período, porque todas as compras estavam suspensas e isso era um assunto claro para o Brasil inteiro. Todos os fornecimentos foram cancelados. Então, nesse período, realmente, não houve nem como reclamar. E, posteriormente, quer dizer, começamos a tentar trabalhar diretamente que era uma nova orientação dada pelo Ministro, quer dizer, as empresas teriam de trabalhar diretamente. Então, começamos, a partir principalmente de fevereiro, março, tentamos liberar esses equipamentos dessa forma.

O SR. ODACIR SOARES - A que o depoente atribui o fato de os documentos emanados de diversos Estados, relativamente à excelência, à qualidade dos kits, terem a mesma redação?

O SR. TAKESHI IMAI - Realmente, não são vários, existem dois documentos...



O SR. ODACIR SOARES - Não, são os documentos apostados ao processo como prova pelo próprio depoente.

O SR. TAKESHI IMAI - Eu, inclusive, não tomei o cuidado de até separar isso porque realmente a coisa aconteceu dessa forma. Houve um Estado em que o nosso técnico estava viajando, ele de posse de uma cópia, uma vez aprovado o equipamento nesse Estado, ele foi para um outro Estado, o técnico viu a máquina, pediu e fez um documento igual. Houve isso e realmente não escondemos.

Agora, é importante que estou indicando que o processo inteiro está no Ministério da Saúde. Há uma quantidade muito maior de solicitações de todo o Brasil que não temos posse, mas sabemos que está dentro do processo, está lá no Ministério...

O SR. ODACIR SOARES - Estou fazendo referência apenas aos documentos que o depoente anexou como prova.

O SR. TAKESHI IMAI - Concordo que há dois e não tive nem o cuidado de retirar um, quer dizer, honestamente nós tínhamos esses documentos.

O SR. ODACIR SOARES - São três documentos ou quatro, todos anotados.

Queria fazer uma última pergunta, Sr. Presidente. Por que o depoente não denunciou, à época, em junho de 1991, quando assinou um contrato direto com o Ministério da Saúde, sem licitação, é bom que se diga, que o depoente, pelos documentos apostados ao processo, observei que todas as vendas que o depoente efetuou, por esses documentos, ao Ministério da Saúde, foram realizados sem licitação. Muito bem, sem licitação. O depoente, inclusive, saía em campo, concebia o projeto, ia ao Ministério e pegava documentos a seu favor e em seguida vendia sem licitação.



Eu pergunto o seguinte: nessa venda de julho de 1991, o contrato está aqui, a nota de empenho está aqui, em que houve a tentativa de extorsão, por que o depoente não denunciou ao Governo essa tentativa de extorsão, como está fazendo agora?

O SR. TAKESHI IMAI - Porque essa tentativa não deu em nada, ficou frustrada e nós conseguimos fazer uma venda correta, tecnicamente correta.

O SR. ODACIR SOARES - Por que o depoente está denunciado agora?

O SR. TAKESHI IMAI - Estamos falando agora porque muito posteriormente está-se materializando aquela ameaça de que as empresas que não faziam parte do esquema PC nunca mais venderiam. Então, naquela ocasião, conseguimos vender. Hoje estávamos bloqueados.

O SR. ODACIR SOARES - A última pergunta, Sr. Presidente.

Eu verifico que dos três negócios não realizados, que é o próprio negócio do depoente, dos kits, o segundo negócio do depoente, que é relativo à cólera, que é a borrifação, e o terceiro negócio indicado pelo depoente, que é a questão da clor-in, nenhum dos três tem empenho. E os três seriam negócios efetuados com o Ministério da Saúde, sem licitação.

O SR. TAKESHI IMAI - Eu queria lembrar a V.Exa. que existem apenas dois negócios. O outro é uma simples solicitação de um teste. Para fazer um teste de pulverização, Excelência, não é necessário um empenho, porque o teste é de custo zero para o Ministério e não se está falando de compra ou venda, está se falando de fazer um teste para ver se uma tecnologia é válida para o combate à cólera ou não.

Agora, quanto ao que S.Exa. está afirmando, de existência ou não de empenhos, realmente, na época, a modalidade, que é amplamente conhecida na imprensa, é que 90% dos pedidos saíam sem empenho. Não



seríamos nós, empresários, que iríamos chegar lá e exigir que fosse feita uma concorrência pública, se a autoridade estava liberando, fazendo pedidos diretamente.

O SR. ODACIR SOARES - É porque a última queixa do depoente, que deu vazão a essa reclamação nacional, é de que, ao contrário de o Ministério ter comprado os kits sem licitação, o Ministério resolveu incluir os kits entre os seus itens, entre os seus 5.230 itens sujeitos à licitação.

Era só isso, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. TAKESHI IMAI - Eu só queria esclarecer esse último aspecto, Excelência, para o qual estamos chamando a atenção, que não é segredo que até a um período atrás a maior parte dos negócios era feita sem licitação. Agora, o que nós queríamos deixar claro é que na compra emergencial se fez uma quantidade muito acima do necessário naqueles casos que a equipe do PC trabalhava a favor.

O SR. ODACIR SOARES - Quer dizer que a licitação, então, no seu ponto de vista, era...

O SR. TAKESHI IMAI - Ela era normal em 90% dos negócios.

O SR. ODACIR SOARES - Então, com licitação é melhor.

O SR. TAKESHI IMAI - Não temos alcance a isso. Se no período inicial do governo as compras eram feitas sem licitação, que é um assunto público, não há como o fornecedor chegar e exigir a licitação. Isso seria competência da autoridade fazer.

Agora, o que estamos condenando... Também condenamos a falta de licitação. Mas o que estamos condenando é a compra emergencial de quantidades exageradas.

O SR. ODACIR SOARES - Sua denúncia não é essa.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Sr. Presidente, quando me inscrevi, inscrevi-me em quarto lugar entre os titulares. Observo que já seis ou sete Srs. Parlamentares foram convocados. Gostaria de uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - É verdade, Senador. A inscrição do senhor é a quarta assinatura. Mas como estamos alternando por partido, V.Exa. ainda não está na sua vez. A vez agora é do PT.

Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Takeshi Imai, o senhor fez referência à sede da Brasil Jet, ao lado da CEME. O senhor, por acaso, utilizou os telefones da Brasil Jet para falar com outro Estado?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Utilizei várias vezes para falar com a minha empresa, mas fazendo sempre ligações a cobrar. Não sei como ficaria a situação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, vou requerer à Comissão Parlamentar de Inquérito as contas telefônicas da Brasil Jet e da empresa Hatsuta, para conferir a presença, o dia, a hora dos telefonemas que foram dados entre ambas, a Brasil Jet e a Hatsuta.

Em segundo lugar, o senhor fez referência, nesta Comissão, que o representante da From Brazil Importação e Exportação, Sr. José Carlos Fonseca, viajava em aviões da empresa de táxi aéreo Brasil Jet, de propriedade do Sr. Jorge Bandeira. O senhor poderia, se não agora, mas no momento que considerar apropriado, dizer-nos o dia e o mês em que o Sr. José Carlos Fonseca fez esse voo no avião da Brasil Jet?



O SR. TAKESHI IMAI - Preciso recuperar a data. No dia em que saiu a notícia na imprensa dos veículos da Fundação Nacional de Saúde, entre dois e três dias depois, ou três a quatro dias depois, houve essas operações.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, como já solicitamos os planos de vôos e os diários de bordo das empresas de táxis aéreos de vários empresários ligados ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias, inclusive da Brasil Jet, acredito que poderemos também confirmar a existência desse voo e, nele, o passageiro José Carlos Fonseca - assim espero - para que as provas materiais comecem a ficar decantadas nesta Comissão.

Por último, neste bloco de perguntas que quero fazer: O senhor conhece o sistema dos pulverizadores fabricados pela Hatsuta Industrial, evidentemente, porque, inclusive, é uma tecnologia desenvolvida pela sua empresa. O senhor sabe qual a vazão regulada do motor jato-propulsor? Qual a diferença entre pulverizador e termonebulizador? Por que a empresa do Senhor foi deixada de lado, e o Governo importou termonebulizadores através da Control Technical Assessoria Ltda? O senhor poderia me dar essa explicação?

O SR. TAKESHI IMAI - Na realidade, o nosso equipamento com a colocação de um simples acessório, um escapamento, faz a termonebulização - tenho fotografias aqui. Realmente, quando aconteceu isso, ficamos bastantes chocados com isso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Havia necessidade de importar esse termonebulizador?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, não; não havia.

Inclusive, acredito que o nosso sistema é bem mais eficiente, porque o termonebulizador americano não tem uma ventoinha que provoca



o sopro. Então, quando a fumaça se faz em dias parados não penetra nas casas etc.

Então, o nosso equipamento é considerado um dos melhores, além de fazer termonebulização, aplicar inseticida granulado, inseticida líquido, em ultrabaixo volume; quer dizer, é uma máquina múltipla que faz várias funções, conforme os acessórios colocados.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, Sr. Presidente, quero agregar mais esta denúncia à Comissão. Já foi denunciado à Procuradoria-Geral da República pelo Deputado José Sicote que a empresa Control Technical Assessoria Ltda (de lavagem de tapetes) importou para a CEME, superfaturado, sem licitação - porque o preço era superior a 1.400, e não o preço médio, que foram vendidos sempre para o Ministério da Saúde, esses termonebulizadores.

Então, requeiro que a Comissão solicite também toda a documentação referente a essa nota de empenho e os documentos dessa empresa para que façam parte das nossas investigações.

Gostaria, Sr. Presidente, que o Sr. Takeshi Imai respondesse, para efeito legal e processual da CPI, as seguintes questões:

As informações prestadas por V. S^a à Procuradoria-Geral e à Polícia Federal são as mesmas que foram dadas hoje aqui à CPI?

O SR. TAKESHI IMAI - Sem dúvida nenhuma. Elas estão embasadas neste relatório de 50 páginas, aproximadamente. Digo aqui, na terceira página - roteiro de provas testemunhais, circunstanciais e documentais do depoimento de Takeshi Imai na CPI, na Procuradoria-Geral da República e na Polícia Federal sobre o esquema PC - exatamente as mesmas coisas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Senhor confirma, então, que integrantes do Governo, funcionários públicos tentaram corromper V. S^a.?



O SR. TAKESHI IMAI - Sim. A tentativa bastante clara foi do Dr. Luís Ribeiro.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, o senhor confirma que o Sr. Luís Ribeiro, o Sr. Luís Romero, o Sr. José Maria Fonseca falavam em nome do Sr. Paulo César Cavalcante Farias?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor confirma a forma de tentativa de corrupção que eles praticaram contra V. Sa.? Eles falaram em alguma propina, em depositar dinheiro em conta? Que espécie de proposta de pagamento eles propuseram a V.Sa.?

O SR. TAKESHI IMAI - No caso nosso, Exa., houve uma solicitação de que vendêssemos à empresa From Brazil; eles a venderiam, a um preço que não queriam me informar, diretamente à CEME, ao Governo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados:

O Sr. Takeshi Imai demonstrou, no seu depoimento, que tem tradição técnica. Possui uma empresa, independente da sua história com relação a sua vida, as suas falências, as suas concordatas, as suas associações com empresas estrangeiras, que produziu e desenvolveu no País técnicas, como no caso do combate à ferrugem do café, que considero que dá a ele credibilidade para tecer todos os comentários que fez aqui. Portanto, considero que ele nos apresenta hoje, felizmente, mais uma invenção técnica, que espero que seja um pulverizador da corrupção. Ao contrário da afirmação do Senador Ney Maranhão, que ele não se torne o Dr. Silvana, acredito que ele prestou mais um serviço ao País, porque inventou uma forma de pulverizar a corrupção no País.

Solicito novamente a V. Exa., Sr. Presidente, que faça, junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério da Saúde, um empenho para que toda a auditoria solicitada pelo Deputado Jackson Pereira,



reiterada pelo Deputado Mendes Thame, sobre todas as licitações ou compras da CEME, principalmente as importações, sejam passadas por uma auditoria. Vou deixar à Comissão as notas de empenho que mostram o superfaturamento da Control Technical Assessoria, Ltda., e veremos que é mais uma prova de como a empresa do Sr. Takeshi Imai, e também a empresa citada por ele, a clor-in, foram deixadas de lado, e como esse sistema foi implantado no Governo e como outras empresas foram favorecidas sem licitação, por superfaturamento, que é o argumento da emergência, ficou comprovado que não existia.

Essas são as provas judiciais, esses são os elementos que esta Comissão tanto precisava.

O Sr. Takeshi Imai, ao contrário do que ele nos colocou, que precisava construir uma técnica que permitisse ao País acreditar que existe um "Bando de 4" no Ministério da Saúde operando para o Sr. Paulo César Farias, ele apresentou, sim, documentos, provas judiciais. Eu acho que, inclusive, a autoridade competente tem que estudar a decretação da prisão preventiva desses funcionários públicos, porque o País não suporta mais a impunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TAKESHI IMAI - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma menção.

Num momento tão sério, quando S. Exa. o Deputado José Dirceu diz que há necessidade de combater a corrupção, eu diria, talvez por um momento de pequena descontração, que talvez a corrupção seja uma epidemia, e a pulverização possa resolver.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.



O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, o depoente ofereceu um relatório por escrito. O seu depoimento é de uma incisividade e de uma clareza impressionantes. A rigor, não teria perguntas a formular, mas apenas detalhes complementares do que foi dito.

Em primeiro lugar, queria saber que documento ele datilografou em máquina do escritório da Brasil Jet.

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeito! Foi a proposta de fornecimento dessas bombas que deram origem a esses empenhos, Exa. Na realidade, como houve naquele período uma decretação da falência da nossa empresa, como eu preparava esses documentos, houve um tumulto muito grande, a empresa estava em greve e não pude colocar, junto aos meus arquivos, todos esses documentos. Mas tenho certeza de que essa carta-proposta, que datilografei pessoalmente, está nos arquivos CEME, juntamente com as notas de empenho, porque elas deram origem a essa nota de empenho.

Então, seria interessante tentar comprovar, junto com a máquina elétrica da secretária Marta, o papel timbrado da Hatsuta, que eu levei e eu mesmo datilografei. Ao mesmo tempo, estou dando uma busca também nos meus arquivos, agora com mais tempo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor reconheceria a máquina em que datilografou se fosse levado, hoje, logo após esta reunião, lá?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, creio que sim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Perfeito. Não consegui apreender corretamente de que forma funcionou o bloqueio, relativamente ao primeiro caso que o senhor descreveu, dos kits de segurança.

O SR. TAKESHI IMAI - Pois não. Como esse é um processo que está vivo e em vigor, na realidade, cito aqui a fonte onde ele está, quer dizer, tenho alguns documentos do processo, mas é um processo que está em andamento e foram criadas várias dificuldades. Cito aqui



vários nomes de pessoas do Ministério, que podem informar diretamente aos senhores que tipo de bloqueio houve, de retardamento, de atraso, de confusão, enfim, até fico mais à vontade que o senhores apurem diretamente com essas pessoas que estou indicando.

Eu estou indicando telefone, nome das pessoas, para que os Srs. Congressistas possam chegar às informações de uma maneira muito rápida.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Em suma, V.S^a está dizendo que é uma obstrução ou uma lentidão nos trâmites?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas não há nenhum parecer contrário?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Esse senhor, Carlos Catão Loyikka, é uma pessoa bastante esperta. Então, há circunstâncias em que ele bloqueia o processo e depois, na hora de assinar, sai fora com habilidade, mas há as reuniões. É bastante fácil levantar isso.

Estou dando vários nomes que poderão relatar a V.Ex^a. todas as circunstâncias em que aconteceu isso, inclusive com telefones de todos setores que não sejam o CENEP, que estão sabendo como tudo ocorre.

Eu gostaria, inclusive, que essas pessoas pudessem esclarecer a algumas pessoas da CPI, para que se entenda claramente o que ocorreu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - No caso da empresa CLORIM ?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E Jorge Vanuque, é isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, está no relatório o nome dele.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor menciona um parecer da Dr^a...

O SR. TAKESHI IMAI - Goretti.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Goretti?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.



O SR.JOSÉ PAULO BISOL - E no caso do teste da cólera? V.S^a mencionou também o parecer de um perito cujo nome não ficou claro.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. No teste da cólera, o processo que começa com o Sr. Cláudio Amaral, solicitando à CEME...

O SR.JOSÉ PAULO BISOL - Isso.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR.JOSÉ PAULO BISOL - O senhor fala em Ana Virgínia?

O SR. TAKESHI IMAI - Então, há alguns pareceres de Ana Virgínia Warton. É um parecer que diz que nós vamos jogar gás cloro, que pode matar a população. Há um parecer do técnico Warton, que é um parecer manuscrito, que indica uma tendência muito grande de postergar o teste, discutir, e não chegar a lugar nenhum. Há um parecer do Sr. Pedro Chequer, que é o diretor do setor, que deveria, rapidamente, montar um teste, depois de sessenta dias, quase depois de quase dois meses que o documento ficou circulando. Ele se coloca à disposição para estudar um programa de testes, ou seja, ele deveria ter feito imediatamente. Isso, eu acredito que o esclarecimento do Presidente da Comissão Nacional de Cólera, Dr. Cláudio Amaral, seria bastante pertinente para que os Srs. Congressistas tenham uma idéia muito mais exata do que significa isso.

O SR.JOSÉ PAULO BISOL - Na questão das três mil toneladas de DDT...

O SR. TAKESHI IMAI - Pois não.

O SR.JOSÉ PAULO BISOL - O senhor falou que a empresa vendedora, inicialmente, seria da Índia.

O SR. TAKESHI IMAI - Desculpe, eu não entendi. A empresa o quê?

O SR.JOSÉ PAULO BISOL - Seria da Índia?



O SR. TAKESHI IMAI - Indonésia, Indonésia.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas o senhor mencionou...

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, houve anteriormente uma concorrência pública cancelada, cujo vencedor foi a Índia, mas foi cancelada. Posteriormente, armou-se uma compra emergencial de 3 mil toneladas, onde a From Brasil vende um produto cuja origem é a Indonésia, e a diferença de preço entre a empresa que ganhou, da Índia, e essa empresa que forneceu, de fato, é de 3 milhões de dólares.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor mencionou diversas vezes que outros empresários tinham sofrido o mesmo tipo de pressão, até citou que um deles, Stedile, foi visto lá...

O SR. TAKESHI IMAI - Disse que o empresário Jorge Faluque, da CLORIM, se negou a pagar e ele recebeu um tipo de pressão muito parecida com a nossa, e exponho a história dele. Quando eu estava na Brasil Jet, na sala de espera, numa das vezes que eu estive lá, porque eu fui, voltei e saí um pouco, fui fazer uma refeição, um lanche. Voltei, e numa das vezes que eu estava na sala de espera, aguardando o Comandante Bandeira, saiu de uma reunião o empresário Stedile, que é superintendente da AGRAL, e que eu conhecia de algum contato anterior, cumprimentei-o e talvez ele possa testemunhar que, de fato, eu estive lá.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas esses outros empresários cujo nome o senhor não quer declinar, com sobradas razões, porque, evidentemente não quer colocar a vida deles em risco, esses outros empresários o senhor os viu na Brasil Jet ou foram eles que disseram a V.Sa. que estiveram lá?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu disse a Exa. que não queria declinar o nome das pessoas que transmitiram as ameaças para preservar a seguran-



ça delas. Proponho a fazer isso em reunião secreta. Agora eu disse que na Brasil Jet, quando lá estive, encontrei vários empresários que eu não conhecia, eles não pareciam passageiros do jatinho, de uma empresa de transporte. Mas, em um determinado momento saiu o empresário Stedile, da Agrale, esse eu reconheci e ele pode provar que eu estive lá na Brasil Jet.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Para ultimar, o senhor mencionou os nomes dos seguintes funcionários, servidores públicos, Carlos Catão Loyiolla, Pedro Chequer, Dra. Gorette. Dra. Ana Virgínia.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E por último, um nome que não entendi bem.

O SR. TAKESHI IMAI - Worton. É um relatório manuscrito que está dentro do...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Todos eles trabalham onde?

O SR. TAKESHI IMAI - No CENEP.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Há outros funcionários no CENEP além dele?

O SR. TAKESHI IMAI - Lógico. Há vários. Mas são esses os indícios de bloqueios de postergar trabalhos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está certo. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador.

O SR. TAKESHI IMAI - Queria retificar, Senador. Os setores são CENIBs e CENEP. Alguns funcionários desses que eu coloquei trabalham no CENEP e outros nos CENIBs, conforme o organograma que anexe aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira, do PDT.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Cumprimento a testemunha que vem à nossa Comissão, hoje, corajosamente. Ela deve estar preparada para a retaliação. Mas a sua vida e o seu passado já indicam que os seus detratores poucos elementos terão para atingi-lo, porque tentam fazê-lo de uma maneira muito primária, dizendo que V. Sa. é autor de fraude no processo de falência, quando está esclarecido que V. Sa. vinha num processo de concordata, e que, se fraude houvesse, o juiz converteria, imediatamente, em falência, inclusive com a decretação da prisão do falido, o que não ocorreu. Então, V. Sa. está de parabéns. Espero que outros empresários sigam o caminho de V. Sa.

Tenho algumas dúvidas aqui.

A primeira é sobre a empresa do Sr. José Maria da Fonseca, From Brazil. O senhor, que atua no setor, tinha conhecimento dessa empresa antes do Governo Collor?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Realmente seria até interessante averiguar se antes do Governo Collor ela teria feito alguma venda ao Ministério da Saúde. Também não posso afirmar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas não é do seu conhecimento?

O SR. TAKESHI IMAI - Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Nem a composição da sociedade?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Eu posso acrescentar que o Sr. José Maria da Fonseca não tem conhecimentos técnicos sobre toda essa parte de inseticidas, vacinas, pulverizadores. Ele não sabia nem exatamente o que era um pulverizador. Ele é uma pessoa, me pareceu, que está chegando lá só pelas amizades que ele tinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Embora o senhor não seja um homem do setor de comercialização, talvez o senhor possa me responder: nesse fornecimento de 1 milhão e 600 mil litros de inseticida Malathion, 3



mil toneladas de DDT, procedentes da Indonésia e 600 veículos...

O SR. TAKESHI IMAI - Oitocentos veículos.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Desculpe, 600 veículos.

O SR. TAKESHI IMAI - Oitocentos veículos

O SR. MIRO TEIXEIRA - Totalizando 25 milhões de dólares...

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, aproximadamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O senhor, que já mergulhou tanto nesses estudos, tem idéia se houve superfaturamento e qual a grandeza desse superfaturamento?

O SR. TAKESHI IMAI - Na parte do DDT nós temos um parâmetro, porque houve uma concorrência cancelada, em que o vencedor era um fabricante da Índia, e ele teria dado um preço de 3 milhões de dólares menor do que o fabricante da Indonésia, que foi intermediado pelo Sr. José Maria da Fonseca, da From Brazil.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O senhor tem idéia do espaço de tempo existente entre o cancelamento da concorrência para o fornecimento pela Índia e a compra do equipamento da Indonésia, o espaço de tempo que ele percorreu?

O SR. TAKESHI IMAI - O inseticida? Não tenho idéia. Isso teria que ser verificado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V. Sa. disse, e eu vejo aqui o empenho, que contratou fornecimento de 1.200 unidades de bombas pulverizadoras?

O SR. MIRO TEIXEIRA TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas, a rigor, está fazendo a entrega de 25% a mais.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Vimos aqui, numa leitura rápida dos documentos que chegaram às nossas mãos, ainda agora, que existe uma referência numa das notas fiscais; V.Sa. faz referência a um abono especial.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Esse abono especial são os 25% a mais que V.Sa...

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente. Isso está na cláusula III do contrato de fornecimento. Existe um contrato, existe um empenho e existe um contrato de fornecimento, contrato de compra e venda da Central de Medicamentos, cuja cláusula III, § 3º, diz: "a vendedora considerará em forma de abono especial em bombas 25% da quantidade acima indicada sem ônus para a CEME. É sobre essa cláusula III que tem as notas fiscais.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Ocorre-me uma dúvida que talvez o senhor possa esclarecer: essas máquinas referentes ao abono especial estão sendo recebidas e usadas pela CEME?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu acredito que sim. Elas foram entregues, a nota fiscal existe, existem os comprovantes de recebimento; elas foram entregues. Inclusive, foi combinado que quando entregássemos 600 máquinas nós teríamos que entregar 150 bombas. Depois mais 600, mais 150. Isso foi uma exigência da entrega do almoxarifado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Conseqüentemente, o senhor concordou em fazer uma redução real num preço de 25%?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Foi o preço que nós tínhamos pedido; eles pediram para fazer um preço médio mais alto colocando esses 25% das bombas, o preço nominal subiu para 1 milhão 180.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Ah, o preço nominal subiu?



O SR. TAKESHI IMAI - Sim, de 800 e tantos subiu para 1 milhão 180, porque apareceram 25 % de bombas tipo abono especial. Isso foi uma colocação para que o preço subisse.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas por que o preço teria de subir?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi uma exigência deles. Acredito que fizeram várias vezes as contas para chegar nessa quantidade, nesse desconto, porque acredito que nos arquivos da CEME deveria haver preços de bombas americanas que se estava tentando importar e que não se conseguiu importar, por algum problema de produção do fabricante americano.

Então, chegaram os carros e não chegaram as bombas, e aí eles precisaram desesperadamente das bombas e então, quando cheguei com o preço... Acho que se eu chegasse com os preços normais nossos haveria algum problema. Eles pediram que o nosso preço médio subisse.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Agradeço muitíssimo a presença e a coragem que V. Sa. apresenta no depoimento forte e contundente que deixa provas materiais da influência de uma grande quadrilha que está organizada na administração pública brasileira. Temos provas materiais trazidas por V. Sa., que tem o direito e terá, não tenho dúvida alguma, à segurança garantida por esta Comissão que tem poderes de justiça.

É fundamental, como disse o nobre Senador Maurício Corrêa, que a partir deste momento a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito já tome as providências junto à Polícia Federal, que deverá receber a determinação de garantir a segurança tanto do depoente quanto de sua família e das suas instalações industriais.

O senhor deve estar preparado para uma tradição lamentável da cultura brasileira. Acontece muito com mulheres que são vítimas de es-



tupro, que acabam se transformando em acusadas. O senhor contará sempre, mantendo a sua postura firme, com a grande maioria dos Parlamentares que integram esta Comissão Parlamentar de Inquérito para defender a sua honra e para fazer prevalecer a verdade.

Muito obrigado a V. Sa. pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Mariz, do PMDB.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Sr. Presidente e Srs. Congressistas, Sr. Takeshi Imai,

Quero também saudá-lo pela demonstração de espírito público que oferece ao comparecer espontaneamente e trazer informações cruciais aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É sabido o quanto é difícil comprovar os casos de corrupção na administração pública, os casos onde são pagas propinas, comissões; não se dá recibo, evidentemente, de propinas. Portanto, o depoimento de um empresário como V. Sa. torna-se essencial ao bom êxito desta comissão. Saúdo aqui a sua presença e a exposição que V. Sa. acaba de fazer, toda ela fundada em fatos comprováveis e em documentos que acaba de apresentar.

Quero apenas complementar as informações já obtidas com algumas questões sobre pontos aqui referidos por V. Sa.

Para retomar a linha das indagações pergunto-lhe se posteriormente as vendas de V. Sa., que a sua empresa realizou junto à CEME, teriam sido importados equipamentos similares, se outros pulverizadores, em datas posteriores, teriam sido importados.

O SR. TAKESHI IMAI - Houve um caso apontado durante a queda do Ministro Alceni de 200 termonebulizadores da Termocontroll que o Deputado acabou de colocar, com superfaturamento.



Então, tenho conhecimento deste caso.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Assim, seria possível estabelecer o paralelo entre os preços praticados pela Hatsuta...

O SR. TAKESHI IMAI - Certamente. A caracterização do superfaturamento nesta transação foi feita de fato, baseada nos preços da Hatsuta.

Os termonebulizadores americanos da Termocontroll, que é uma empresa que trabalha com tapetes; e, segundo informações, possui um preço superior ao nosso, que dispõe de um equipamento mais completo. Então, a caracterização de superfaturamento, que já houve, foi baseada nos preços que a Hatsuta pratica.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Portanto, seria possível verificar se a doação solicitada de 25% nos pulverizadores, corresponderia, justamente a esse posterior superfaturamento verificado.

Quando se trata das vendas, foi aqui levantada a questão das licitações das compras. É evidente que a licitação não é da responsabilidade de quem fornece, não é da responsabilidade do empresário, mas é um dever da administração pública, é uma exigência legal que deve ser cumprida pela administração pública.

Nessa linha de preocupações, pergunto se na hipótese desses equipamentos pulverizadores, ou equipamentos destinados à saúde, se a participação, em geral, se faz pelo fabricante, ou seria a participação dos distribuidores, dos concessionários, dos representantes das fábricas? Qual é a regra, qual é a prática nas compras?

O SR. TAKESHI IMAI - Não há uma regra. Agora é que o Ministro Jatene está implementando uma política de venda direta do fabricante. Isso é critério que muda de Governo para Governo. Anteriormente, era comum a exigência de licitações. Há períodos em que se faz compras



emergenciais, tudo isso existe. Agora, nunca vi, nesses 25 anos, um período no qual todos os fornecedores sejam extorquidos e obrigados a vender a quem não deseja. Isso foi, realmente, nos 25 anos que conhecemos de Ministério, um recorde.

O SR. ANTONIO MARIZ - Já ficou demonstrado, pelo relato feito por V. Sa., que não se tratava de compras emergenciais, no caso do Malathion, do DDT e dos veículos. É evidente, pela história desses episódios, que não havia emergência, não havia urgência. Era perfeitamente possível cumprir os prazos da lei que rege as licitações públicas. Havia necessidade de importar o Malathion e o DDT?

Existem empresas nacionais capazes de fornecer esses inseticidas e essas substâncias químicas?

Era imperativo recorrer a produtores ou produtos estrangeiros?

O SR. TAKESHI IMAI - Antes de mais nada, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o inseticida DDT já foi condenado; que não deveria mais ser utilizado, pois está sendo abandonado no mundo inteiro. Realmente, existem alguns fabricantes formuladores no Brasil, mas o princípio ativo normalmente é importado. Existem formuladores no Brasil. Entretanto, a concorrência internacional é sempre benquista, porque podem participar fabricantes nacionais e estrangeiros. Por exemplo, agora mesmo estou sentindo que existe no Brasil um pool, um certo consórcio, vamos dizer. Por exemplo, agora, no Ministério existe uma tentativa da compra de 62 milhões de seringas descartáveis, para fornecer aos hospitais. Uma quantidade enorme, 62 milhões! Realmente, essa compra é absolutamente justificada. Se a compra é feita no Brasil, o mercado brasileiro é dominado por três empresas, das quais uma única detém 70% do negócio. Então, uma concorrência como essas, de 62 milhões de peças, deveria - a meu ver - ser uma concorrência interna-



cional, porque as três empresas nacionais podem se cartelizar. O simples fato de transformar a concorrência de nacional para internacional poderá abaixar o preço em 30%, o que faria uma economia substancial para o País. Os próprios fornecedores nacionais, sentindo que a concorrência é internacional, vão seguir os preços mundiais, o que resultaria numa economia para o País.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - De fato, são números extremamente expressivos. Sessenta e dois milhões de seringas significa uma seringa para cada dois habitantes do Brasil.

O SR. TAKESHI IMAI - Para que o senhor tenha noção clara, quando fiquei sabendo disso, alertei a equipe do Dr. Jatene no sentido de que o CENEP está tentando fazer uma concorrência nacional; se a concorrência fosse internacional, o preço cairia 30%. Nesses casos, pequenas ações do CENEP continuam funcionando. A equipe nova não conhece ainda esses membros.

Então, à medida em que alguns funcionários estão contando coisas que acontecem hoje, estou discretamente avisando as pessoas no sentido de reduzir os preços no Brasil. Aparecendo informes como esse, resolvi ajudar, passar informações à nova equipe.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Depreende-se do depoimento de V.Sa. que o "Esquema PC" permanece atuante no Ministério da Saúde. A que se deveria, na sua opinião, atribuir isso, considerando que o atual Ministro, o Dr. Adib Jatene, é universalmente conhecido como pessoa proba e capaz? A que se deveria a persistência do esquema PC no Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Acredito, sinceramente, que, vindo de fora, há uma equipe que está entrando todos os dias - isso é muito fácil de ser verificado pelos Srs. Congressistas - às 7 horas da manhã e



saindo às 10 e meia da noite. Estão consertando vários setores. Eles vão chegar lá, tranquilamente. Agora, com o nosso depoimento, eles vão acelerar o conserto.

Deixei, anteontem, uma cópia desse material com a secretária do Dr. José Carlos Seixas, Secretário-Executivo. Anexei um bilhete dizendo o que eu ia falar na Comissão.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Creio que V.Sa. tem razão, É de se esperar o fato de que a estrutura voltada para a fraude, para o assalto aos cofres públicos, começa a ser desmontada.

O SR. TAKESHI IMAI - Eu queria, nesse sentido, também mostrar algumas coisas que ainda persistem nesse setor. Vou fazer mais uma colocação muito grave. Trata-se de uma equipe nova chegando, e o Dr. Jatene, vindo do INCOR, é um dos mais brilhantes cirurgiões cardíacos do Hemisfério Sul. É um administrador competente; foi o melhor Secretário de Saúde do Estado de São Paulo. Eu o admiro muito, a ele a sua equipe. Eu me sentia meio constrangido em levantar outros pontos que não sejam da minha esfera. Mas resolvi fazer mais uma colocação também envolvendo a CENEP. Vou falar um pouco sobre a epidemia de malária, que está grassando no País. A epidemia de malária, uma das mais graves, hoje, no País, tem sido tratada por quininos, drogas à base de quininos, ou seja, medicações que eram do tempo dos nossos pais e avós. E aí, esses medicamentos, depois de três gerações de aplicação, começaram a perder eficácia. Então, hoje, a pessoa que contrai a malária, com tratamentos orientados à base de quininos, demoram 20 a 30 dias para se recuperar. Durante esse período, eles são focos de transmissão de malária.

Há interesse por parte desses técnicos de proteger a indústria de quininos, ou seja, para segurar uma epidemia, precisamos cercar as



duas pontas: de um lado, precisamos fazer uma pulverização e controlar bem os insetos; de outro, precisamos fazer um tratamento médico adequado para curá-lo imediatamente.

No mundo inteiro hoje apareceram algumas drogas que funcionam muito melhor: na China surgiu um produto muito barato e funciona muito melhor que o quinino. O Governo chinês oferece a tecnologia para fabricá-lo.

Há oito anos a maioria dos países atrasados já começou a adotar uma droga baseada no produto chamado Alfam ou Alofantrinas. Esse produto cura malária em um dia apenas com três comprimidos, de oito em oito horas. No dia seguinte, a malária desaparece. Em vez de ficar 20, 30 dias cuidando da malária, no dia seguinte desaparece.

Acompanho essa tecnologia no mundo inteiro. Ela vai para a Indonésia, para os países africanos, já estão trabalhando com o produto chinês e o alfan, e por isso a malária cai drasticamente. Quer dizer, como as pessoas se curam mais rápido, são um foco da doença apenas por um dia, a malária cai tremendamente. Mas isso vai gerar menos venda de inseticida, acabará a compra quinino e cairá a venda de pulverizadores. Está certo?

Tenho procurado abordar esse tipo de idéia com os novos integrantes do ministério, porque, afinal de contas, eles vieram do Instituto do Coração, não entendem bem, a especialidade é outra. Então, vejo que há uma indústria de epidemias, ou seja, curar a cólera pulverizando água de piscina talvez não seja interessante, porque há 200 trilhões de cruzeiros para gastar na cólera e só se gastou 3 até agora. Quando chega alguém com pulverizador dizendo que só com água de piscina dá para reduzir bastante, isso contraria interesses.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Solicito que conclua a resposta de V.Sa., que já temos 18 minutos, Senador Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Concluo, ainda perguntando. Na sua exposição, admito até que houve uma impropriedade de linguagem porque, na verdade, V.Sa. não atacava o Presidente da República, V.Sa. antes procurava defendê-lo. V.Sa. referiu-se ao fato de que o Senhor Presidente estaria com o "rabo preso", a exemplo de empresários igualmente extorquidos pela máfia do Sr. PC Farias. Mas ainda que se tratasse de uma impropriedade de linguagem - e faço admissão da forma mais isenta - restou dito que o Presidente sofreria uma chantagem do Sr. PC Farias e do seu bando. Que tipo de chantagem, na sua opinião, poderia sofrer o Presidente da República? Em que poderia ser chantageado o Presidente da República? Que tipos de invocações ou de alegações poderia o Sr. PC Farias fazer em relação ao Presidente da República, que importassem em chantagens? E, porventura, o poder do Sr. PC Farias, essa influência, esse terrível prestígio demonstrado, teria fonte no Palácio do Planalto?

O SR. TAKESHI IMAI - Isso é mera opinião de um cidadão que está achando alguma coisa, que está externando o que ele acha. Se eu estivesse ganhando o meu dinheiro, a minha vida através do apoio de uma pessoa, da sua ajuda, eu nunca iria usar esse dinheiro para destruir o patrimônio da família da pessoa que me propiciou esse ganho! Acho isso uma ação megalomaniaca! E percebemos no olhar do Presidente realmente um homem ameaçado! Vemos milhares de empresários "de rabo preso" - como digo, inadequadamente, mas não encontrei uma palavra melhor para caracterizar isso - e a impressão que temos é que o mesmo acontece com o Presidente. Quer dizer, a máquina do PC que começou. Quem na campanha eleitoral vai recusar ajuda daqueles que querem ajudar?



Então, de repente, gruda na pessoa uma situação meio pegajosa, da qual, depois, ela não consegue se livrar e a situação se transforma numa grande câncer! Essa é a minha opinião!

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Muito obrigado! Resta apenas comemorar o fato de que o Sr. Pedro Collor se retratou da acusação de que o Presidente seria sócio do Sr. PC Farias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado José Carlos Vasconcellos, pelo PRN.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, permita-me fazer uma observação quanto ao que foi dito pelo depoente a respeito do Senhor Presidente da República. Na realidade, se ele, depoente, se sente com o "rabo preso", o Senhor Presidente se sente com o espírito de apurar todas as acusações que foram feitas ao Sr. PC Farias. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que Sua Excelência está acionando o seu irmão na Justiça e também solicitou a apuração dos fatos à Polícia Federal, à Receita Federal e ao Ministério Público, o que demonstra um comportamento completamente diferente do depoente, que aguardou tanto tempo para prestar os seus esclarecimentos.

Mas, Sr. Presidente, interessa-nos caracterizar perfeitamente o que o depoente achou ser o motivo da chantagem, da corrupção, da extorsão praticada contra ele. O senhor depoente declarou aqui que, feito o negócio com a CEME, nenhuma comissão lhe foi cobrada, nenhum telefonema foi dado desde que foi feito o pagamento para que recebesse ou passasse alguma comissão às pessoas da pretensa extorsão. Não é isso, senhor depoente?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente!

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 000286

Secretário



O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Então, eu gostaria de entender, porque não estou compreendendo bem onde está a extorsão! O que me parece é que o depoente se revoltou, porque a firma From Brazil chegou perante ele e, através do Sr. José Maria Fonseca... não é isso, senhor depoente?

O SR. TAKESHI IMAI - Exato!

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E queria comprar os seus produtos para revendê-los à CEME por um preço que se supõe muito mais alto - e aí estaria caracterizada a lesão à CEME - e ele não admitiria, em hipótese alguma, que isso se desse, porque ele é, e tem declarado aqui, um empresário honrado! É por isso que entendo a sua revolta, porque a From Brazil ia vender a CEME por um preço mais alto?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu queria esclarecer que não houve extorsão! Houve uma tentativa, à qual resistimos. Então, não houve a negociação proposta!

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Caracterize a extorsão! Qual era a tentativa? O senhor vender à From Brazil do Sr. José Maria Fonseca, e a From Brazil vender por um preço mais elevado à CEME? É isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Caso eu não fizesse isso, eu nunca mais venderia ao Ministério da Saúde. A ameaça que eu queria deixar caracterizada, como V.Exa. colocou. A caracterização não é a venda. É não "topando" entrar no negócio, recebíamos o recado: você nunca mais vai vender à CEME, ao Ministério! De fato começa uma equipe técnica a bloquear as especificações.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Permita-me, pois quero entender, e digo com toda lealdade à Comissão, quero encontrar provas da extorsão. O que eu quero saber é exatamente se o senhor ficaria contra uma venda a preço mais alto feito pela From Brazil?



O SR. TAKESHI IMAI- Quando perguntei a que preço venderia, eles nos disseram : Isso não é da sua conta.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Então, evidentemente, o senhor se revoltou porque não poderia admitir uma triangulação que lesasse a CEME, que lesasse o Ministério da Saúde. Não é isso?

O SR. TAKESHI IMAI- Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Explique-me uma coisa. Essas transações - só pode ser isso, deduzo - porque o senhor sempre vendeu através de representantes.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem. Eles estão produzindo um mecanismo de indução.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu faço de outra forma. Não interrompi o Deputado Miro Teixeira, mas faço de outra forma. Está aqui, foi lido pelo Deputado Odacir Klein, V. Exa. não explicou direito, por isso volto à pergunta. Uma declaração do Dr. Mariz, ilustre advogado deste País, ex-presidente da OAB, que diz que o valor de aquisições eram sempre superfaturado. Segundo ele, Mariz, participava do esquema do Sr. Takeshi, as empresas Hallem Elliot e Brasvit Comércio Importação e Exportação.

Então, em outras épocas o senhor fez negócios com empresas iguais a From Brasil, que venderam ao Ministério da Saúde? Estou perguntando a V.Sa.

O SR. TAKESHI IMAI- Sim. O advogado...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Depois o senhor comenta sobre o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)- Com a palavra o Deputado José Carlos Vasconcellos.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Não pode truncar a resposta! Estão truncando!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)- V.Exa. não pode interferir na pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Eu quero a verdade. Em algumas dessas ocasiões, em que o senhor vendeu a essas duas empresas Hallem Elliot e Brasvit Comércio Importação e Exportação, elas venderam a um preço muito mais elevado ao Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI- Eu não fui em momento nenhum obrigado a vender...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)- Quando o senhor se referiu ao Deputado José Dirceu, todos viram que a resposta estava com o depoente. Com a palavra o Sr. Takeshi Imai

O SR. MIRO TEIXEIRA- Então, assegure a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)- Está assegurada a palavra a ele. Nunca foi negada a palavra nem a ele e nem a ninguém nesta Comissão. É bom que fique claro isto

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Sr. Presidente, está havendo uma falta total de respeito, porque eu tenho aonde chegar. Estou querendo a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)- A Presidência vai assegurar a palavra a V.Exa

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Tenho que resguardar a dignidade do depoente, pois não fiz nenhuma acusação a ele. Só quero que fique claro perante nós, que ele é realmente um empresário honrado que está defendendo o Ministério da Saúde e a CEME de pagarem um preço mais elevado. Então, refaço a pergunta: O senhor faturou para a Hallem Elliot e Brasvit Comércio Importação e Exportação em diversas oca-



siões, como o senhor mesmo disse; a que preços muito mais elevados eles venderam ao Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI- Eu acho que eles venderam quase sempre com um desconto de 30%, ou seja, sobre o nosso preço.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- Então é um milagre. É por isso que a empresa de V. Sa. está falida. Está em um processo de concordata. Para esclarecer isso, porque eu acho fundamental. Vejam: o depoente chega aqui e declara que no meio daquela revolta natural, de se chegar e exigir que se venda a From Brazil. E era a proposta clara, a Comissão quando ouviu do Sr. José Maria Fonseca, que ela venderia a um preço que ele não sabe, e como se esta - na palavra dele - acusando uma quadrilha, seria um preço muito mais elevado.

Então quero requerer, Sr. Presidente, que V. Exa. requisiite à empresa do depoente, todas as notas fiscais dos últimos cinco anos, de vendas feitas à Hallem Elliot e Brasvit Comércio Importação e Exportação, ou outras empresas que venderam ao Ministério Público produto do depoente, mais ainda, o Ministério da Saúde, requisiite a essas empresas - o próprio Ministério da Saúde tem as notas de empenho - o preço porque essas mercadorias foram vendidas. Vou explicar, Sr. Relator, preste a atenção.

Se o depoente é essa pessoa da decência e da dignidade que não admite que a From Brazil ganhe dinheiro do povo, do contribuinte brasileiro, ele deve ter tido em toda a sua vida esse comportamento. Então, a Comissão tem de apurar a que preço ele vendeu aos outros intermediários, representantes, e ele, que vive andando, todos os dias, subindo e descendo escadas no Ministério da Saúde, deve saber a que preço foi vendido. Queremos, porém, apurar rigorosamente os fatos para constatar a dignidade, a lisura, a honradez do depoente.



Espero e digo ao Sr. Relator e ao Senhor depoente, espero que fique comprovado isso, porque nesse caso, todos ficaremos mais tranquilos em receber como verdadeira toda essa revolta física do depoente.

Mas gostaria de perguntar a V. Sa. o seguinte: anteriormente, V. Sa. fez, para efetivar essa venda à CEME, proposta à Fundação Nacional de Saúde do mesmo material?

O SR. TAKESHI IMAI - Não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Qual foi a última proposta para a venda de pulverizador que V. Sa. fez à Fundação Nacional de Saúde, e em que data?

O SR. TAKESHI IMAI - Há do período da CEME a solicitação inicial que era de 1900 e poucos pulverizadores. Ocorre que a verba disponível da CEME era suficiente para adquirir aqueles 1200 mais os 25%. Então, da solicitação ficaram uma necessidade complementar de 400 máquinas pendentes. Nessa ocasião o Secretário Romero caiu, foi substituído.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Essa proposta de V. Sa. era feita à CEME anteriormente ou à Fundação Nacional de Saúde? V. Sa. está sob juramento, e eu quero só a informação, não quero o esclarecimento dado. Há alguma proposta do ano passado, de 1991, de V. Sa. para vender pulverizadores à Fundação Nacional de Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Há um complemento na Fundação Nacional de Saúde de quase 400 máquinas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E o preço feito à Fundação Nacional de Saúde é o mesmo feito à CEME?

O SR. TAKESHI IMAI - Praticamente o mesmo, com 20 cruzeiros de diferença.



O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Seria o preço de 800 mil? Era o preço de 1 milhão cento e poucos ?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, porque foi 4 ou 5 meses depois.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Solicito também ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente que sejam solicitadas à Fundação Nacional de Saúde as propostas feitas pelo depoente para que possamos compará-las. Refiro-me à da Fundação e à da CEME. Aliás, a da CEME já foi solicitada pelo ilustre Deputado, e eu quero complementar com a da Fundação Nacional de Saúde.

Agora, gostaria de fazer a seguinte pergunta: o senhor se tomou de revolta cívica e logo em seguida apresentou uma proposta para venda de 12 mil kits de segurança, que foi um processo. Esse kit de segurança é uma roupa especial que o senhor inventou no ano de 1991. Foi projetado em 1991?

O SR. TAKESHI IMAI - Em setembro e outubro de 1991.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS- A sua revolta cívica aumentou quando o Ministério não comprou os 12 mil kits?

O SR. TAKESHI IMAI - Bastante, porque havia uma solicitação de 12 mil, a nova solicitação baixou para 5.529 peças, e eu já tinha fabricado 12 mil.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Então, V. Sa. considera que a necessidade do ministério não era de 12 mil, e sim de 5 mil?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, considero que há 22 mil guardas operando, como os relatórios da CIPA e da equipe médica dizem, se há 22 mil guardas que trabalham neste setor, todos eles deveriam estar protegidos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas essa revolta foi crescendo de tal maneira que V. Sa. se dispôs - são palavras de V. Sa. que estão



gravadas - a comparecer à imprensa e a esta CPI para denunciar, tantos meses depois do fato, essa tentativa de extorsão, não de V. Sa., mas extorsão do serviço público.

O SR. TAKESHI IMAI - Vim denunciar um bloqueio do CENEP, que era o setor que realmente inviabilizava as empresas que não entraram no esquema PC a fornecer.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Sa. não admite que o novo Ministro da Saúde, a pessoa íntegra e competente que nós sabemos que é, o Dr. Jatene, possa ficar contra a compra desses 12 mil ou 5 mil kits?

O SR. TAKESHI IMAI - Creio que em nenhum momento a equipe do Dr. Jatene ficou contra. Pelo contrário, V. Exa. vai verificar que nas solicitações que fizemos - está nos autos, está nos processos -, sempre existiu um apelo no sentido de atenderem-se os nossos pleitos devido a uma real necessidade.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Estou próximo do fim.

Quero perguntar se o Ministro da Saúde der o parecer contrário à compra desses kits, o senhor vai denunciar como revolta cívica ou vai aceitar como uma decisão com embasamento técnico?

O SR. TAKESHI IMAI - Caso haja um embasamento técnico honesto, ficarei tranquilo.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Assim nós todos. A Nação, a Comissão, fica na dependência da solução dos problemas da empresa de V. Sa, se o Ministério é o único fórum competente para julgar V. Sa., que aliás demonstrou enorme sabedoria sobre todos os problemas de saúde deste País, pois discorreu sobre malária. V. Sa. é um técnico, mas o senhor não acha que é muita pretensão querer ter conhecimento técnico maior do que o Ministro da Saúde, do que a equipe que está cercando



o Ministério da Saúde, como aqueles amigos pessoais de V. Sa. que V. Sa. citou, o Sr. José Carlos Seixas, o Sr. Suzuki e o ex-Ministro...

O SR. TAKESHI IMAI - Não coloquei em nenhum momento que tenho mais sabedoria que essas pessoas, que considero realmente muito especializadas, mas talvez eu tenha mais experiência que eles no meu campo de atuação profissional. De epidemias, de endemias e de tecnologia de pulverização eu tenho certeza de que tenho bastante conhecimento profissional.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É uma declaração que a CPI recolhe com muita satisfação. V. Sa. tem conhecimento muito maior do que o Dr. Jatene dos problemas de epidemias deste País.

Mas alguma vez V. Sa. passou algum fax, algum telex ao Sr. Ministro Jatene denunciando esse grupo que V. Sa. diz que é remanescente do Sr. PC?

O SR. TAKESHI IMAI - Tentei entregar esse documento datado do dia 1º de janeiro acompanhado do Dr. Cláudio Amaral.

Tentei por todas as instâncias resolver a questão administrativamente, trabalhando todos os dias.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Formalmente, é uma acusação muito séria. V. Sa. diz aqui que continua remanescendo a equipe do Sr. PC na defesa de interesses espúrios, de fazer extorsão.

V. Sa. não se tomou dos brios cívicos de mandar um depoimento por fax, por telex, ao Sr. Ministro para responsabilizá-lo da apuração dos fatos?

O SR. TAKESHI IMAI - Realmente, como era uma equipe nova, tentei resolver de todas as formas dentro do procedimento técnico e normal. Fiquei vários dias visitando o Ministério da Saúde, tentando resolver, porque sabia que o Ministro Jatene estava consertando os vá-



rios setores do Ministério da Saúde tentando resolver, porque sabia que o Ministro Jatene estava consertando vários setores do Ministério.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V.Sa. já disse. Então, para terminar, me diga uma coisa: há quanto tempo V.Sa. tenta mudar essa situação com o Ministro Jatene? Fazem quantos meses?

O SR. TAKESHI IMAI - Desde fevereiro, março, que nós estamos realmente numa luta cada vez mais intensa.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Então, há algum documento da sua presença no Ministério tentando resolver, ou V.Sa. ficou só nos corredores com seus amigos do Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, coloquei várias solicitações, protocolei vários pedidos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V.Sa. pode anexar à Comissão os seus pedidos dirigidos ao Ministro Adib Jatene?

O SR. TAKESHI IMAI - Estou indicando aqui que no processo dos kits há várias pastas minhas solicitando isso, e o pedido de uma cópia do processo vai esclarecer tudo isso.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Agora, só para encerrar, Sr. Presidente. Quando V.Sa. esteve no escritório do Comandante Bandeira, V.Sa. disse que notou uma série de empresários que não tinham cara que viajavam de jato. V.Sa. denuncia que eles estavam fazendo negócios escusos no escritório?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, não estou denunciando nada.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Diga-me uma coisa, finalmente, e o Sr. Diretor da AGRAL, tem cara de quem anda de jato, ou estava também fazendo negócios escusos? Porque V.Sa. disse que o seu negócio era um negócio escuso, produto de extorsão. Era o vice-Presidente da AGRAL, o Sr. Stedelli, ele tem cara de viajante de jato do Sr. Coro-



nel Bandeira, ou ele tem cara de alguém que é extorquido?

O SR. TAKESHI IMAI - Não posso classificá-lo em nenhuma situação dessa. Apenas eu me encontrei com ele e perguntei se ele poderia ser testemunha.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fora ele, formalmente, o senhor acusa todos os outros empresários que estavam naquele dia no escritório do Coronel Bandeira?

O SR. TAKESHI IMAI - Não acusei ninguém, Exa.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não formalmente.

O SR. TAKESHI IMAI - Não acusei ninguém...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Para concluir, Sr. Presidente, eu insisto no meu requerimento ao Relator e ao Presidente, porque acho importante que se apure esse civismo do depoente. Em outras palavras; se ele tinha medo que a From Brazil vendesse mais caro, ele não podia permitir que as suas outras representadas vendessem muito mais caro no Ministério. Então, esta Comissão precisa de todas as notas fiscais dos últimos cinco anos, das vendas, as representadas da firma do depoente, e precisa também das notas desse depoente para o Ministério da Saúde, para que tenhamos a clareza do seu civismo, e não que V.Sa. tenha esse civismo agora e que antes participou de processo de corrupção neste País.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Amir Lando, Relator dessa CPI.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu só queria esclarecer ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos, que eu estarei requerendo também esse processo como os outros. Eu acho que nós estamos aqui para verificar a verdade. Agora, uma irregularidade não exclui a outra.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Eu quero informar à Comissão que, por solicitação do Relator, já foi convocado e aceito para depor amanhã às 10 horas, o Sr. José Maria Fonseca, Diretor da From Brazil.

Com a palavra o Deputado Marcelo Barbieri, do PMDB de São Paulo.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, inicialmente, queria reafirmar aquilo que foi dito aqui pelo nobre Deputado Miro Teixeira, que o Sr. Takeshi tem que se acostumar com a idéia de poder vir a ser vítima, também, de acusações como as que se verificaram aqui. Mas isso em nada invalida a importância do seu depoimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA- Sr.Presidente, S.Exa. está falando a meu respeito.

O SR. MARCELO BARBIERI - Eu estou com a palavra, Sr. Presidente. Eu não vou dar apartes. Sr. Presidente. V.Exa. assegure a minha palavra.

O SR.PRESIDENTE (Benito Gama)- Está assegurada a palavra a V.Exa. A palavra está com o Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI - Peço a V.Exa. que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está assegurada a palavra a V.Exa.

O SR. MARCELO BARBIERI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é importante registrar as palavras do Deputado Miro Teixeira como alerta ao Sr. Takeshi, que não invalida a importância do seu pronunciamento no dia de hoje.

Queria também, Sr.Presidente, registrar carta recebida do nobre Colega da Comissão, Senador José Paulo Bisol, onde S.Exa. coloca assuntos de relevância a respeito de declarações registradas no Jornal



de Brasília de domingo, onde meu nome seria citado, e reafirma que não me citou, e de fato o que está publicado não é verdade. E acho importante registrar para que haja um bom relacionamento entre os nobres colegas de CPI, que é a busca que todos nós queremos de que haja um relacionamento franco, aberto, sincero entre nós, e que V.Exa., como Presidente da Comissão, garanta esse bom relacionamento.

Então, queria registrar a carta do nobre Senador José Paulo Bisol, para o bom andamento do nosso relacionamento.

Sr. Presidente, Sr. Depoente, teria algumas questões a levantar, em primeiro lugar, registrar também, que o Código Penal prevê que, na tentativa de crime, existe o crime tentado e que se caracteriza como crime, quando o criminoso não conseguiu consumir o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade. Portanto se caracteriza como crime, porque estamos tratando aqui o fato de o depoente não ter pago propina e não ter aceito a extorsão Não exime de crime aqueles que a ele propuseram tal prática.

Então, gostaria que também ficasse registrado isso na Comissão.

Sr. Presidente, Sr. Depoente, gostaria que V.Sa. colocasse o seguinte. V.Sa. afirma que esteve no apartamento do Sr. Luís Romero de Farias, correto?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - O Senhor se lembra do dia exato que o Senhor lá esteve?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, eu preciso fazer aquela revisão do dia em que saiu a notícia dos veículos, dos automóveis da SUCAM, esses contatos aconteceram no decorrer de quatro a cinco dias. Como está aí. Eu preciso, realmente, porque é aquela agenda que fui tirando as peças velhas...



O SR. MARCELO BARBIERI - V.Sa. tem condições de precisar, depois, posteriormente, a esta Comissão o dia exato em que V.Sa. lá esteve?

O SR. TAKESHI IMAI - Possivelmente sim. Eu vou procurar ver na imprensa os dias e vou fazer o relacionamento. Eu preciso ver o dia que comprei a passagem, vou ter de fazer uma investigação.

O SR. MARCELO BARBIERI - Para precisar, o apartamento do Sr. Luís Romero Farias? LR 1.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, Luís Romero Farias.

O SR. MARCELO BARBIERI - Não é o LR 2?

O SR. TAKESHI IMAI - Esse é o Luís Ribeiro. O LR 2, o Sr. Luís Ribeiro me conduziu, no Diplomata dele, da CEME até a casa do Sr. Luís Romero, até o apartamento funcional dele.

O SR. MARCELO BARBIERI - V.Sa. confirma que esse croqui aqui que V.Sa. apresentou a esta Comissão seria do apartamento funcional do Sr. Luís Romero Farias aqui na Asa Sul, aqui em Brasília.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, aquela parte que eu conseguia enxergar obviamente, quer dizer, eu entrei, fiquei parado nesse hall de entrada, onde tinha uma prateleira e depois eles ficaram conversando em algum local que eu não tinha visão, como eu declaro, e depois entramos nos sofás e sentamos e conversamos.

O SR. MARCELO BARBIERI - V.Sa. só esteve nesse cômodo no apartamento?

O SR. TAKESHI IMAI - Certamente, no hall de entrada e na sala.

O SR. MARCELO BARBIERI - Depois V.Sa. foi embora?

O SR. TAKESHI IMAI - Ele me acompanhou, levou até o elevador

O SR. MARCELO BARBIERI - O Sr. Luís Ribeiro levou-o de volta?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.



O SR. MARCELO BARBIERI - O diálogo havido no apartamento, V.Sa. colocou aqui, frases, entre aspas, que teriam sido pronunciadas pelo Sr. Luís Romero Farias, correto?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Vou ler aqui umas frases, V.Sa. confirmaria que teriam sido ditas exatamente por ele.

Na página, sete, então, teria afirmado o Dr. Luís Romero, na sala de visitas, o seguinte: "Dr. Takeshi, o Senhor está sendo recebido em minha casa porque sabemos ser um cidadão decente, empresário sério e um técnico competente na área de epidemias, onde o Senhor presta relevantes serviços à saúde pública". É frase esta do Sr. Luís Romero Farias?

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Prosseguindo: "O Ministério está mesmo tomando sérias medidas para evitar a intermediação por pessoas não sérias, por isto o Ribeiro tentou apresentar pessoas de nossa confiança para representá-lo. Se o Senhor não deseja fazer dessa maneira, tudo bem, fique tranquilo, compraremos o equipamento diretamente". Esta é frase do Sr. Luís Romero Farias?

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - V.Sa. acha que quando ele se refere aqui à pessoa da nossa confiança, isto significa dizer da confiança dele,...

O SR. TAKESHI IMAI - É o Sr. José Maria.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor está se referindo ao Sr. José Maria, dono da From Brazil? Essa é a impressão que o senhor teve?

O SR. TAKESHI IMAI - É exatamente isso.



O SR. MARCELO BARBIERI - Ele disse mais à frente: "Quando o senhor indagou se a venda seria direta, se poderia atrasar o pagamento, etc. - preocupação do senhor - ele teria afirmado: "Fiquei absolutamente tranqüilo..."

O SR. TAKESHI IMAI - Fique.

O SR. MARCELO BARBIERI - "Fique absolutamente tranqüilo. Agora eu vou cuidar pessoalmente desse caso, do seu caso. Qualquer problema, telefone-me diretamente, por favor. Colabore com a saúde pública. O senhor sabe, a epidemia de dengue está terrível no Rio de Janeiro. A imprensa está impaciente por causa dos veículos..."

O SR. TAKESHI IMAI - Não, esse "por causa dos veículos" é meu. É minha explicação.

O SR. MARCELO BARBIERI - Não é frase dele.

O SR. TAKESHI IMAI - Não, não é a frase dele.

O SR. MARCELO BARBIERI - Então, a frase dele seria:

"A imprensa está impaciente. Coloque sua fábrica a todo vapor, peça ao seu pessoal o máximo empenho. A dengue hemorrágica, que é grave, está entrando no Rio".

É frase do Sr. Luís Romero?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MARCELO BARBIERI - V.Sa. tomou alguma medida a partir desse diálogo com o Sr. Luís Romero de Farias? O senhor seguiu essa orientação de colocar a fábrica a pleno vapor e de produzir os vaporizadores?

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente. Como declaro aqui, suspendemos a produção de walk-machines, contratamos 60 funcionários part time, trabalhamos sábado e domingo e nos empenhamos ao máximo para produzir isso em tempo recorde.



O SR. MARCELO BARBIERI - A partir daí, Sr. depoente, temos aqui uma outra frase atribuída ao Sr. Luís Romero de Farias, publicada no Jornal Folha de S. Paulo, de hoje, terça-feira, 16 de junho, no Caderno 1, página 3, onde ele afirma textualmente o seguinte, segundo a agência do jornal em Maceió:

"A liberação - trata-se de uma outra liberação que não é exatamente essa - foi feita pela CEME, que tem poder administrativo operacional para atuar".

Aí ele afirma:

"Nunca exerci nenhuma influência na CEME".

Pergunto: o senhor sentiu que ele não tinha nenhuma influência na CEME?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. O Dr. Luís Ribeiro estava confessando...

O SR. MARCELO BARBIERI - Não, Luís Romero.

O SR. TAKESHI IMAI - Não, o Dr. Luís Ribeiro conversava continuamente com o Dr. Luís Romero, no sentido de ir seguindo as nossas negociações. Realmente, a toda hora, ele consultava o Comandante Bandeira, o Dr. Luís Romero, e falava: "Vou falar com o LRI, vou falar com o LRI". Isso era freqüente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Então, o senhor acha que essa afirmação de que ele nunca exerceu nenhuma influência na CEME não é verdadeira.

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Eu acho que é falsa.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor acha é que falsa?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Eu tenho certeza que é falsa.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor tem certeza que é falsa.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.



O SR. MARCELO BARBIERI - Muito obrigado.

Queria perguntar também se o senhor tem o nome do fornecedor indonésio.

O SR. TAKESHI IMAI - Não, mas é a única compra de três mil toneladas. É só o senhor verificar, na documentação da Indonésia, quem fez a intermediação de importação, o Sr. José Maria da Fonseca.

O SR. MARCELO BARBIERI - Eu queria saber exatamente isso. Esse negócio foi intermediado pelo Sr. José Maria da Fonseca. O senhor confirma isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MARCELO BARBIERI - Foi intermediado por ele.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, é só os Srs. Congressistas pedirem esses documentos que vão constatar.

O SR. MARCELO BARBIERI - A diferença é de três milhões de dólares?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MARCELO BARBIERI - Ao se referir à questão do emperramento das vendas posteriores a essa, o senhor cita a Sra. Ana Virgínia, dizendo que ela acusa a sua empresa de tentar jogar vapor.

O SR. TAKESHI IMAI - Vapor de hipoclorito.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor afirma que ela não teria condições técnicas, científicas, para fazer essa avaliação. É verdade isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, indaguei no Ministério qual era a qualificação da Sra. Ana Virgínia para poder emitir uma opinião dessas. No meu entender, deveria ser uma química. Aí, soube verbalmente que a Ana Virgínia seria uma nutricionista. No meu entender, uma nutricionista não poderia dar uma opinião técnica a respeito disso.



O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor comunicou isso a quem, por favor, no Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Sob protesto, comuniquei isso ao Sr. Risi, que é o Chefe da Ana Virgínia, Coordenador da área do SNVS, Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Protestei que uma pessoa pudesse fazer uma declaração como essa para bloquear um processo. Inclusive, peguei uma cópia desse processo, mostrei ao Sr. Cláudio Amaral, o qual declarou no ato: "Acho que estão bloqueando", ou seja, ele achou que o problema era com ele. O Sr. Cláudio Amaral reclamou várias vezes com o Sr. Rizzi e com o Sr. Pedro Chequer para acelerar o processo e ele não obtinha resultado. Ele estava achando que tanto o Sr. Rizzi quanto o Sr. Pedro Chequer estavam bloqueando a ação da Comissão Nacional de Cólera. Tanto é que o Sr. Cláudio Amaral, recentemente, decidiu fazer isso através de uma outra equipe de epidemiologistas de Recife, Dr. Alexandre Bezerra. Isso, o Dr. Cláudio pode esclarecer tranqüilamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Essas pessoas que o senhor citou ainda se encontram, hoje, no Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, lá estão.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor protestou? Qual foi a reação do senhor, que recebeu o seu protesto?

O SR. TAKESHI IMAI - O Sr. Rizzi disse: "Realmente, ela não poderia ter dado uma declaração dessas."

O SR. MARCELO BARBIERI - Ele reconheceu isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Reconheceu, inclusive disse que isso teria que ser refeito. Mas, na realidade, a situação não mudou e o processo ficou na SNVS parado mais de um mês. O bloqueio foi todo nesse setor.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

Secretário



O SR. MARCELO BARBIERI - Quanto tempo faz que o senhor comunicou isso a esse senhor e que ele admitiu que realmente tinha que ser refeita a análise?

O SR. TAKESHI IMAI - Dois dias depois que a Ana Virgínia assinou esse ...

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor tem a data?

O SR. TAKESHI IMAI - É datado de 1º de abril de 1992.

O SR. MARCELO BARBIERI - Então, seria no dia 3 de abril de 1992?

O SR. TAKASHI IMAI - Sim, eu estive com o Sr. Rizzi.

O SR. MARCELO BARBIERI - E protestou?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, que assina depois esse documento o Sr. João Batista Rizzi, que no dia 5 de maio encaminha, de forma urgente, para o Sr. Pedro Chequer.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor esteve nos últimos dias no Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. A última vez que estive foi no dia 2. Aliás, estive ontem. Quando cheguei de São Paulo, passei rapidamente, deixei uma cópia desse exemplar com a Secretária do Dr. José Carlos Seixas, para que ele tomasse conhecimento desse material e o levasse ao Ministro.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor comunicou a mais alguém, além do Sr. Rizzi, o protesto a respeito desse entravamento, que ainda existe hoje, no Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu comuniquei, principalmente ao Dr. Cláudio Amaral, que era o homem interessado nisso. O Dr. Cláudio Amaral me relatava que falou com o Dr. Seixas várias vezes e estavam dizendo: "Vamos tentar acelerar." Mas acho que eles não entendiam que o



bloqueio era devido a esse problema do esquema PC. Isso eles não podiam imaginar.

O SR. MARCELO BARBIERI - Quais desses esquemas que o senhor cita aqui ainda haveriam hoje no Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Há os esquemas CENEP e SNVS. Alguns técnicos das SNVS continuam funcionando da mesma forma.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor diz que HÁ no CENEP o Sr. Pedro Chequer.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, Pedro Chequer. No esquema CENEP continuam Pedro Chequer, Carlos Catão, Dr^a Goretti, e no SNVS estão essas pessoas: Ana Virgínia ...

O SR. MARCELO BARBIERI - Ana Virgínia está no SNVS?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Dr. Rizzi está no SNVS.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama - Faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, estou terminando, mas ainda não falei os vinte minutos que outros Deputados falaram.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Mas não posso dar vinte minutos a todos os deputados.

O SR. MARCELO BARBIERI - Eu sei. V.Exa. concedeu a alguns, mas eu pediria a V.Exa. que deixasse-me falar por mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Sem prejuízo do questionamento de V.Exa. e de todos os Srs. Parlamentares, gostaria que V.Exa. concluísse suas perguntas. V.Exa. está há dezessete minutos na tribuna.

O SR. MARCELO BARBIERI - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, o senhor afirma que há ainda na SNVS e na CENEP. E na CEME? O senhor tem alguma informação de que na CEME se mantém o esquema de Luís Ribeiro?



O SR. TAKESHI IMAI - Não. Temos conhecimento de que eram o Dr. Luís Ribeiro e o Dr. Lourenço que ajudavam. Mas hoje, aparentemente, eles já estão fora.

O SR. MARCELO BARBIERI - Aparentemente, o senhor acha que não há mais esquema desse tipo?

O SR. TAKESHI IMAI - Na realidade, logo depois da queda do Dr. Luís Romero, as compras voltaram novamente para a Fundação Nacional da Saúde. Então, nunca mais tive contato com a CEME.

O SR. MARCELO BARBIERI - Só para concluir, mais duas perguntas. A primeira. O senhor afirmou que achou que as denúncias feitas contra o Ministro Alceni Guerra se precipitaram depois da queda do Sr. Luís Romero Farias. Foi isso o que o senhor quis dizer?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor acha que houve uma precipitação das denúncias a partir da queda do Sr. Luís Romero Farias?

O SR. TAKESHI IMAI - Isso é uma suposição, claro. Mas a impressão que temos, convivendo com um homem sério, é que foi um troco do esquema PC, devido à queda do Dr. Luís Romero.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor sabe por que o Dr. Luís Romero caiu?

O SR. TAKESHI IMAI - Acredito que o fator principal foi uma divergência de preço do metro quadrado dos CIACs

O SR. MARCELO BARBIERI - Foi essa divergência?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MARCELO BARBIERI - A mais ou a menos?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, ele afirmava que pedia 400 dólares o metro quadrado e o Ministro Alceni defendia 220 ou algo parecido. Isso estava na imprensa.



O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor acha que foi esse o motivo pelo qual o Sr. Luís Romero caiu?

O SR. TAKESHI IMAI - Acho que esse foi o começo do problema, e que levou à queda o Dr. Luís Romero. E a impressão que temos é que tudo que aconteceu depois... Que há irregularidades, sem dúvida, mas foi um trabalho, um grande movimento no sentido de dar um troco.

O SR. MARCELO BARBIERI - Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Senhor engenheiro Takeshi, quero fazer uma declaração inicial em seu benefício. Não sei se o senhor acha que eu tenho cara de quem anda em jatinho, ou não tenho cara de quem anda em jatinho, mas não vejo que o senhor mude a minha personalidade ou a minha honra se achar ou não achar que ando de jatinho. Não me pareceu em nenhum instante que a declaração feita por V.Sa., quando fez referência às pessoas que estavam lá, tivesse qualquer conteúdo agressivo em relação a essas pessoas, mas acho que V.Sa., que vem espontaneamente, num país que está sendo lavado por um profundo mar de lama, para se expor e fazer uma série de denúncias, vai ter que se acostumar com esse tipo de consideração. V.Sa. poder-me-ia fazer um favor? Poder-me-ia repetir com exatidão como lhe foi transmitida a conversa do Sr. Luiz Romero de Farias com o jornalista da Veja, quando ele lhe telefonou perguntando se o senhor já tinha ido desfazer as suas declarações?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente. No dia 2 estive com o Eduardo Oinegue, da Veja, no Edifício Brasília Trade Center, 14º andar. Procurei-o e lhe expus dois assuntos. Um era sobre algumas idéias que tínhamos e que realmente não vêm ao caso aqui, ele estava



para publicar um ponto de vista; o outro, era com relação ao problema do PC. Estava bastante angustiado naquele dia, porque não tinha conseguido entregar essa denúncia ao Ministro Jatene, Então o Oinegue estava atrás de empresários que queriam falar, coloquei a ele o caso, mas realmente coloquei de uma forma muito mais resumida, dizendo simplesmente: - "Olha eu recebi o achaque e resisti".

Então a revista Veja publicou essa notícia de uma forma bastante curta. E depois eu tive alguns contatos com o Eduardo Oinegue, por telefone, em São Paulo. Então no dia 2, vou repetir a cronologia, no dia 2, à noite, recebo uma ligação de um amigo meu que recebeu uma mensagem do Comandante Bandeira, no sentido de que fôssemos rapidamente à revista **VEJA** retirar o que tínhamos declarado sobre o Luiz Romero. Caso contrário, teríamos represálias na Justiça, na Polícia ou no Fisco. Essa pessoa declarou de volta que não tinha a mínima possibilidade de me controlar ou de me aconselhar, mas iria então passar o recado.

No dia 3, de manhã, recebo outro recado do José Maria da Fonseca, por outra pessoa, dizendo que se não fosse retirar isso que coloquei ao Eduardo Oinegue, ele iria começar uma campanha dizendo que alguns dos altos funcionários da equipe do Ministro Adib Jatene seriam meus sócios. Por isso é que estavam tentando interceder ao meu favor, para livrar os kits de pulverização. Aí, o Eduardo Oinegue nos liga. Tivemos uma conversa, e ele disse: - "Takeshi, liguei para o Romero e ele negou tudo. Ele diz que não me conhece, nunca me viu mais gordo, e tudo mais..."

Então, isso que ocorreu. E aí me precavi, e fiz essa planta do apartamento dele. Mas o próprio Romero, depois, fez uma citação de uma teoria que tenho para modificar - vamos dizer assim - a situação eco-



nômica do Brasil, e ele citou: "Aquele japonês que tem uma teoria meio maluca para acabar com a inflação no Brasil". Aí o Oinegue chegou para ele e falou: "Então, você conhece o Takeshi." Aí ele me citou esse pedaço. Posteriormente, recebi uma outra ligação do Oinegue. Nós estávamos conversando e ele disse: "O Romero ligou-me perguntando se já havia ido lá retirar." Isso foi no dia 4. Isso é muito fácil de comprovar com o Eduardo Oinegue. Ele avisou ao Luiz Romero que já tinha mandado a matéria para frente. No dia 5, de manhã, foi decretada a falência da nossa empresa.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor já tinha ouvido falar alguma vez no José Maria da Fonseca ou na Empresa From Brazil, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista profissional?.

O SR. TAKESHI IMAI - Nunca. Quando ele telefonou, realmente foi a primeira vez, nunca tinha ouvido falar e não gostei da sua forma de abordagem, achei-a muito inadequada, muito prepotente também.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, na abordagem ele se propunha como comprador do seu produto ou como intermediário de venda do seu produto?

O SR. TAKESHI IMAI - No telefonema inicial disse que conhecia o PC, o Luís Romero, várias autoridades, então ele venderia o produto no Ministério da Saúde. Ele nem esclareceu se venderia diretamente ou indiretamente. Depois foi o Luiz Ribeiro que falou para vendermos a ele e que ele repassaria. E posteriormente, quando o encontrei no Hotel Saint Paul, aconteceu realmente que ele queria comprar e revender.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas a apresentação dele não foi de um currículo de empresa e sim apresentação de um currículo de conhecimento?.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - De amizade.



O SR. TAKESHI IMAI - Um currículo enorme de amizade e depois se autodenominar meu distribuidor ou meu vendedor.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor tem conhecimento que antes desses acontecimentos a CEME, em alguma oportunidade, tenha comprado produtos dessa natureza?.

O SR. TAKESHI IMAI - Acho que foi a primeira vez na história da CEME que ela tenha comprado. Não tenho certeza disso, por motivos evidentes, mas nunca, nos vinte e cinco anos que trabalho, quer dizer, são negócios muito esporádicos, mas acho que nunca a CEME, que é uma central de medicamentos, tenha comprado pulverizadores ou veículos. Mas não tenho condições de afirmar com certeza.

O SR. MÁRIO COVAS - Não é comum o Ministério da Saúde convidar fornecedores para uma determinada concorrência, convocar fornecedores para uma determinada concorrência? Além do edital, não é normal que para determinadas atividades onde há três, quatro fornecedores, apenas, façam isso também por carta-convite? Ainda que a concorrência seja pública?

O SR. TAKESHI IMAI - Pelo meu conhecimento, principalmente nas regionais, porque muita compra no Governo anterior foi descentralizada, muitas compras se tornaram por carta-convite, sim, não sei se conta publicação ou não. Mas o processo carta-convite é ainda bastante significativo.

O SR. MÁRIO COVAS - Quando o senhor esteve com o Sr. Luis Ribeiro, ele foi a primeira pessoa a lhe dizer que o senhor teria que vender por intermédio da From Brazil, do José Maria?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Ele que colocou isso, já praticamente decidiu que tínhamos que vender dessa forma. Pegou o telefone e convocou o José Maria da Fonseca e ele veio de jatinho.



O SR. MÁRIO COVAS - Até aí, o senhor não tinha falado com o senhor Romero?

O SR. TAKESHI IMAI - Não! Falei pessoalmente com o senhor Romero no quarto dia, quando fui ao apartamento dele.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele convocou o comandante sob qual argumento? O comandante até então não tinha aparecido na história?

O SR. TAKESHI IMAI - Acho que há uma confusão. No terceiro dia em que lá estava o Luis Ribeiro, quando tive aquela explosão emocional, ele pegou o telefone e chamou o Bandeira. O Bandeira veio chamado não pelo Romero, mas pelo Luis Ribeiro.

O SR. MÁRIO COVAS - Entendi. Quem chamou eu sei. Pergunto: sob que argumento ele chamou o outro? O outro não era figura interveniente nisso, até então. O senhor tinha tido contato com uma pessoa que lhe procurou. Por outro lado, com o dirigente da CEME, como é que num determinado instante em que o senhor teve uma explosão, sob que argumento ele invocou para dizer: "O senhor espera um pouco para conversar com o comandante"?

O SR. TAKESHI IMAI - Estranhei muito essa atitude e fiquei sabendo que ele foi o piloto da campanha do Collor; que ele era uma pessoa ligada ao PC e que a empresa dele era a empresa do PC. E como eles diziam todos que o PC era o Chefe ... aceitei ir para lá ...

O SR. MÁRIO COVAS - Esse era um fato que o senhor não conhecia? O senhor nunca tinha ouvido falar desse comandante?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Nunca tinha ouvido falar.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor soube quem era o comandante e a sua ligação e a pessoa que estava sendo ...

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Na apresentação foi dito que ele era da Brazil Jet. Por que Brazil Jet? Não, mas é empresa do PC.



O SR. MÁRIO COVAS - Quando o senhor chegou à empresa ficou sozinho com o comandante?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Havia uma outra pessoa. Lembro-me do nome dele. Tenho o cartão nos meus arquivos. É o comandante Ricardo. Ele estava na outra sala em frente e entrava, faziam as contas juntos, ajudou a me acalmar no começo e voltava. Além disso, tive vários contatos com a Secretária Marta.

O SR. MÁRIO COVAS - Como o comandante justificava a presença dele?

O SR. TAKESHI IMAI - Ele não justificou muito. Ele se apresentou e já começou a dizer: "Vamos para lá, o que é isso? O japonês é sempre uma pessoa muito calma, o que deu em você para estar nervoso? "Eu estava nervoso e ele disse: "Vamos para lá e tal e fui para a Brazil Jet". Não sabia aonde ele estava me levando. Estranhei. Não sabia que era a Brazil Jet quando entrei lá; não sabia o que era essa empresa. Na realidade, vim a entender devagar, ouvindo, conversando com o Comandante Ricardo, com o Comandante Bandeira. Daí ele explicou-me que estavam ali para esta função: esquema PC. Ele abriu que realmente é do esquema PC. O chefe dele é o PC e eles, junto com o Luis Ribeiro e com o José Maria, faziam os entendimentos.

O SR. MÁRIO COVAS - A partir daí ele começou a fazer cálculos.

O SR. TAKESHI IMAI - Começou a fazer cálculos e pediu para que fizéssemos a proposta lá dentro, da Brazil Jet.

O SR. MÁRIO COVAS - Quando o senhor saiu de lá, já saiu com a proposta feita com base no cálculo que ele fez.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Era um cálculo que levava em conta o preço unitário de Cr\$ 832.000,00



O SR. TAKESHI IMAI - Isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Faturado na base de 1.200 unidades, mais 400 por doação.

O SR. TAKESHI IMAI - Isso. Trezentas por doação.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas não foi feito exatamente assim no final, foi?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi feito assim?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi. Exatamente. As notas fiscais seguiram exatamente isso porque refletem a proposta que deixamos na CEME.

SR. MÁRIO COVAS - Mas não foi feita com 25% de desconto?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, o preço médio subiu.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, originariamente, era para ser 1.200 mais 300 doadas; depois se adotou um outro critério; todas elas tiveram um preço e houve um desconto de 25%.

O SR. TAKESHI IMAI - Não. As notas fiscais saíram: 1.200 a 1,18 milhões e as 300, gratuitas.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, essa operação, no final, foi feita com uma nota, uma proposta emitida lá dentro, com os cálculos feitos por ele?

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente, por ele e pelo comandante Ricardo que era a outra pessoa.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas que a rigor levavam ao preço que o senhor já havia oferecido antes.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Depois de sua conversa com o Sr. Luís Romero, ele achou melhor emitir o empenho e o senhor realmente completou a operação entregando e recebendo?



O SR. TAKESHI IMAI - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu fico me perguntando o que é que o senhor devia denunciar nesse instante?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu não tinha o que denunciar nesse instante; a operação foi lícita, não houve propina, não houve nada. Isso só aconteceu porque havia uma necessidade premente dessas máquinas, pois a imprensa estava em cima, denunciando os carros vazios.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou tentando examinar por que é que o chamado ardor cívico não apareceu nesse instante; foi porque o senhor resolveu o problema.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor resolveu o problema, evitando a ameaça que existia, ou seja, o senhor se negou a vender por quem lhe haviam determinado que vendesse.

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Sob pena de não ter mais serviço.

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Vendeu e recebeu.

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Vendeu e não teve mais serviço.

O SR. TAKESHI IMAI - Exato, aí começaram os bloqueios que estão perdurando hoje.

O SR. MÁRIO COVAS - Até então o senhor não tinha prova de que a ameaça era real.

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Eu vim a descobrir isso em fevereiro, março e aí descobri também outro empresário da clor-in que tinha a mesma situação e estávamos sofrendo juntos.



O SR. MÁRIO COVAS - Eu gostaria que o senhor fizesse uma coisa. O senhor durante toda a sua audiência ameaçou algumas vezes contar o que aconteceu com a clor-in, sempre dizendo que diria no fim a razão por que trouxe o problema da clor-in; havia alguma razão que não chegou a ser citada?

O SR. TAKESHI IMAI - Concluo, Senador, que bloquear o combate a uma epidemia, no meu entender, é um crime hediondo e se é um crime hediondo o § 43 do art. 5 da nossa Constituição, na parte referente aos Direitos e Deveres Individuais diz que quando os crimes são definidos como hediondos respondem por eles os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Se estou sabendo que existe um crime hediondo sendo cometido, se estou sabendo também que existe um outro caso de extorsão, eu não podia omitir esse caso, tinha que trazê-lo a público.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. acha que a única razão pela qual lhe pediram para fazer 300 unidades gratuitas foi de estabelecer um preço mínimo maior para efeito de comparação com compra externa?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu acho que essa pode ser uma razão, mas não consegui entender outras razões; isso é uma suposição minha.

O SR. MÁRIO COVAS - Gostaria que o senhor fizesse outra suposição: Se o senhor vendesse para um terceiro, como era o caso previsto, e o terceiro vendesse para o Ministério, o senhor acha que essa seria a única jogada existente? Era meramente a diferença de preço entre a compra para o senhor e a venda para o Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Acho que como o nosso equipamento é mais sofisticado que o americano ele poderia ser vendido até duas ou três vezes mais alto.

O SR. MÁRIO COVAS - Quanto custa um quilo de DDT?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉR

fls. 100000



O SR. TAKESHI IMAI - Não tenho idéia. Não é o meu ramo.

Realmente, trabalhamos aplicando o produto mas não sei o preço do produto.

O SR. MÁRIO COVAS - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que data a testemunha esteve no apartamento do Sr. Luís Romero?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu declarei aqui que vou voltar aos meus arquivos e vou ver exatamente a data.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas o senhor pode precisar o mês?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi em julho e foi alguma coisa quatro a seis dias depois da primeira denúncia que apareceu na **Rede Globo** e no jornal **O Estado de S. Paulo**, sobre aqueles carros que estavam estacionados no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Se recebeu do Dr. Luiz Romero alguma ameaça de extorsão nesse encontro que teve com ele.

O SR. TAKESHI IMAI - Não, eu recebi a justificação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor recebeu e relata, pelo documento que entregou à Comissão, um pedido informal para produzir **kits**. É isso que nós entendemos, empresário?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. O nosso distribuidor recebeu um empenho e, então, nos encomendou a produção.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Como é que foi o diálogo entre o senhor e o Dr. Luís Romero? O senhor podia reproduzir como aconteceu no apartamento?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu cheguei no apartamento junto com o Sr. Luiz Ribeiro, subimos ao segundo andar e, quando entramos, fomos rece-



bidos pelo Dr. Luís Romero; eles pediram que eu aguardasse no hall de entrada, e eu fiquei aguardando. O Dr. Luiz Ribeiro e o Dr. Romero foram para dentro, para uma sala interior e ficaram conversando cerca de 10 minutos.

Eu verifiquei do apartamento dele que eles não estavam nos sofás ali contíguos, eles estavam um pouco mais para dentro em relação a essa planta. Depois de 10 minutos, o Dr. Romero me convida a entrar na sala de visita e eu sento no sofá e, então, o Dr. Romero coloca o seguinte: Dr. Takeshi, o senhor é conhecido como empresário digno, competente na área de pulverização e que vem prestando serviços à saúde pública. É por esse motivo que o senhor está aqui na minha casa.

E, aí, o Dr. Romero coloca novamente que estão tentando melhorar o relacionamento das vendas, colocando agentes de vendas de confiança: Se o senhor teve algum problema e não quer negociar com o nosso representante, a pessoa que nos foi apresentada, tudo bem, nós podemos fazer essas vendas diretas.

E, então, já estava o assunto todo resolvido e ele pede para que daqui para frente eu comande todos os negócios pessoalmente. Quer dizer, todos os negócios dos pulverizadores e, por favor - já estava sendo emitido pela CEME o empenho-, toque a sua produção o mais rápido possível, colabore com o Ministério da Saúde que a epidemia da dengue no Rio está difícil.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E o empenho saiu pelo Ministério?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, saiu. Só que depois ainda tive que voltar algumas vezes porque saiu sem assinatura. Eu levei uma versão sem assinatura do Dr. Antônio Carlos ...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas foi a partir do empenho que o senhor decidiu parar o **walk machine** e rodar...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fla. 100305
Secretário



O SR TAKESHI IMAI - Sim, exatamente. Quando eu voltei acionei a minha empresa e já até por telefone e pedi para o pessoal sair produzindo a todo o vapor.

O SR.ROBERTO JEFFERSON- Essa venda, esse empenho, ele foi feito em nome desse distribuidor?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Saiu direto da Hatsuta. Eles já não admitiram mais que o distribuidor participasse de coisa nenhuma; eles queriam, de toda a forma, que nós negociássemos com a **From Brazil**.

O SR.ROBERTO JEFFERSON - O Dr. Luís Romero lhe pediu isso?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. O Dr. Luís Romero falou exatamente o que eu lhe coloquei.

O SR.ROBERTO JEFFERSON - Eu precisava estabelecer uma data. Quando o senhor esteve na **Brasil Jet**? O senhor pode me dar a data da sua presença lá?

O SR. TAKESHI IMAI - Um dia antes de eu ir na casa do Dr. Luís Romero.

Eu estive duas ou três vezes; saí para fazer um lanche, voltei.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Após a sua ida à **Brazil-Jet** o senhor fez alguma venda ao Ministério da Saúde? Só para reiterar isso esse ponto e ficar claro nos autos. E recebeu o PIS.?

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente. Fiz uma venda que era um complemento, porque a necessidade de pulverizadores solicitados...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E recebeu?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, recebi, só que não foi na CEME, foi o complemento; a necessidade era de 1 mil e 950 máquinas e eu tinha entregue 1 mil e 500 e aí o Dr. Luiz Romero deixou o Ministério e as compras voltaram para a Fundação Nacional de Saúde.



O SR. ROBERTO JEFFERSON - Isso em julho?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Em outubro finalmente autorizaram, na Fundação, que eu entregasse essa diferença de máquinas que era de mais 400, via Fundação Nacional da Saúde. Quatro dias depois a empresa americana Thermo Control entrega os termonebulizadores. Aí, comparando os preços entre as máquinas da Hatsuta, o lote complementar e as máquinas americanas foi caracterizado o superfaturamento das máquinas americanas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E a essa época o senhor denunciou?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, saiu nos jornais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas o senhor não denunciou, só os jornais publicaram?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, eu nem sabia, fiquei sabendo pelos jornais que houve a importação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que época o ministério ficou parado, sem efetuar nenhum negócio? O senhor falou nisso.

O SR. TAKESHI IMAI - De meados de dezembro, de 16 de dezembro, quando começou o escândalo das bicicletas, tenho aqui algumas datas que me ancoram isso, até 20 de março. No dia 26 de março fui recebido pelo Cláudio Amaral e retomamos o assunto da cólera e um pouco antes eu tinha conseguido retomar o assunto dos kits de segurança.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor, na Brazil-Jet, se disse vítima de extorsão, houve ao senhor alguma violência, naquela empresa?

O SR. TAKESHI IMAI - De jeito nenhum.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Alguma grave ameaça a sua pessoa física, disseram que matariam o senhor ou alguma ameaça a sua vida?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, pelo contrário, naqueles dias eu é que tinha tido uma explosão emocional e eu é que estava realmente muito



to bravo com a situação. Na Brasil-Jet o Comandante Bandeira foi realmente muito polido, bem como a Secretária Marta. Não tenho nada a reclamar sobre esse aspecto.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Na sua maneira de avaliar, então o senhor não sofreu nem grave ameaça nem violência física na Brazil-Jet?

O SR. TAKESHI IMAI - De jeito algum.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que fase, na sua maneira de analisar, está se consumando essa extorsão, hipoteticamente colocada pelo senhor no seu depoimento.

O SR. TAKESHI IMAI - Não estou, em nenhum momento, dizendo que a extorsão está se consumando.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Foi consumada a extorsão?

O SR. TAKESHI IMAI - Não foi consumada e não está se consumando. Estou apenas afirmando que como não aceitamos entrar no esquema PC, estamos encontrando muitos bloqueios e a nossa continuidade de negociar itens que precisam da especificação do CENEP estão sendo sistematicamente bloqueados.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor falou em Paulo Catão Loyola e Pedro Chequer são funcionários, ainda ocupando funções?

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente, no CENEP.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - São funcionários de carreira do ministério, ocupando funções; o senhor tem essa informação?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim!

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em algum momento os Srs. Paulo Catão Loyola ou Pedro Chequer fizeram alguma proposta ao senhor de procurar essa empresa From Brazil?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, tanto o Dr. Catão como o Dr. Pedro, quando a gente tenta se aproximar deles, abaixam a cabeça e se des-



viam, muito preocupados; o Sr. Pedro fica muito nervoso quando chego perto dele e nas poucas vezes que tentei lhe falar, ele ficou com receio e disse que não pode falar com empresários e treme realmente com as mãos e fica muito nervoso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Ele não fala com empresários?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, ele diz que não pode falar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas reitero a pergunta, alguma vez o Dr. Paulo Catão ou o Dr. Pedro Chequer, qualquer um deles, chegou ao senhor e lhe disse para procurar essa From Brazil?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, isso só aconteceu com o Sr. Luiz Ribeiro Gonçalves.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O Sr. Paulo Catão ou o Dr. Pedro Chequer fizeram alguma ameaça ao senhor?

O SR. TAKESHI IMAI - Já lhe disse que não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor ainda tem estoque de kits, esses encomendados?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, tenho cerca de seis mil conjuntos completamente prontos, 5.500 conjuntos completamente prontos e cerca de quase sete mil unidades semi prontas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - A valor de hoje, esse estoque representa quanto de custo para o senhor.

O SR. TAKESHI IMAI - Cerca de 5 a 6 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Bilhões de cruzeiros, corrigidos atualmente?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, talvez um pouco mais, uns 7, 8 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Muito obrigado. Eram só essas informações que queria de V. Sa.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra os suplentes.

Informo que existem cinco inscrições de não membros da Comissão.

Já temos cinco horas de depoimento e ainda temos uma parte da sessão secreta. Então, peço a compreensão dos não membros e vou chamar somente os suplentes para que possamos ter a sessão secreta.

Com a palavra o Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente, após o depoimento do Dr. Takeshi Imai, nada mais tenho a perguntar. Já tenho convicção de que, sem dúvida alguma, fica configurado o crime de formação de quadrilha. Parece-me que fica claramente configurado; é crime a formação de quadrilha. O depoimento e os dados que nos chegaram à mão são extremamente claros: houve a formação de quadrilha. Por isso, não tenho mais perguntas a fazer. Estou extremamente recompensado com as declarações do depoente, e o juízo cabe a mim, para, posteriormente, discutir a respeito desse pronunciamento. Nada tenho a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, a esta altura, as perguntas já estão se tornando repetitivas. Eu, em verdade, me inscrevi para indagar do depoente sobretudo sobre a Control Technical Assessoria, e o Deputado José Dirceu já perguntou a respeito.

De qualquer forma, Sr. Presidente, trata-se de um caso sumamente grave. O Ministério da Saúde emite um parecer dando conta da necessidade de importar um produto quando ele sabia da existência de um similar nacional, tanto assim que esse parecer data de setembro de 91 e ele já havia comprado o termonebulizador da empresa Hatsuta em junho de 91. A CACEX autoriza a importação, e essa importação é feita pela



Control Technical Assessoria sem licitação. Tudo indica que essa Control Technical teria sido criada exatamente com esse objetivo. Quer dizer, como Hatsuta não aceitou participar do processo de corrupção, montou-se um processo paralelo de corrupção com a participação da Control Technical Assessoria.

De qualquer forma, para reforçar a pergunta do Deputado José Dirceu e deixar mais clara a resposta do depoente, gostaria de saber se ele conhece a marca que consta do parecer do Ministério da Saúde: **Termofog golden eagle**, e se ela oferece vantagens técnicas sobre a similar brasileira?

O SR. TAKESHI IMAI - Queria fazer, talvez, uma retificação na colocação.

Antes mesmo de a nossa empresa ter se negado a participar, quando fomos chamados à CEME, já havia uma tentativa de importação de pulverizadores americanos. Como essa tentativa não foi feliz, não houve embarque desses equipamentos, fomos chamados de última hora. Posteriormente, tomamos conhecimento, pelos jornais, ao aparecerem as denúncias de superfaturamento de duzentos e poucos equipamentos da Control, de que o Ministério estava importando esses equipamentos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Quando havia um similar nacional. Consequentemente, não poderia ter importado.

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Inclusive, ficamos sabendo que havia solicitações. Foram feitos testes comparativos do nosso equipamento com equipamentos de termonebulização. O nosso é um equipamento múltiplo: faz termonebulização e mais cinco funções, tem propulsão com o ar, ou seja, a fumaça é jogada. Quer dizer, em dias em que o vento está parado, a fumaça não penetra onde deve penetrar. Dessa forma, o nosso equipamento tem uma ventoinha que atira fumaça para dentro das



casas. Então, há uma vantagem técnica muito grande e também em preços, porque nossa máquina tem cinco funções.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Inclusive para o combate à malária.

O SR. TAKESHI IMAI - Exatamente. O termonebulizador é utilizado para o combate à malária, principalmente, como uma das alternativas. Mas quanto à malária tem-se que pulverizar com inseticidas líquidos e fazer termonebulização. A **Empresa Eagle** tem no seu termonebulizador um produto bastante razoável. No entanto, o fato de o preço ser mais alto que o nosso comprova a existência de superfaturamento, como de fato aconteceu.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Teria havido superfaturamento, além da desnecessidade de importação.

Uma outra pergunta: - O senhor conhece os sócios da **Control**?

O SR. MORONI TORGAN - Deputado Sigmaringa, oportunamente conceda-me um aparte?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Com prazer.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, gostaria de enfatizar sobre o meio comprobatório da estada do depoente no gabinete do Comandante Bandeira. Seria interessante requisitar essa máquina; bem como ofícios desse gabinete, porque a máquina pode ser substituída a qualquer momento. Os ofícios permitiriam a comparação grafotécnica do termo. Em segundo lugar, gostaria de saber do Dr. Takeshi Imai sobre quem o induziu a cobrar Cr\$ 1.180,00?

O SR. TAKESHI IMAI - Foi o Comandante Bandeira, que fez várias ligações ao Dr. Romero e ao Dr. Luís Ribeiro e, finalmente, também, ao Dr. José Maria. Depois, chamou o comandante Ricardo e os dois ficaram, com suas calculadoras a fazer contas. Quando chegavam a um resultado, ligavam novamente à CEME.



O SR. MORONI TORGAN - Este, sem dúvida, não era o preço seu. O seu era de Cr\$ 832,00.

O SR. TAKESHI IMAI - Perfeitamente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, só não gostaria que o meu tempo se encerrasse com um aparte.

O SR. MORONI TORGAN - Pedi o aparte, porque estava inscrito e foi cancelada a nossa inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Depois V.Ex^a conversa com o Relator, porque as perguntas poderão ser feitas depois.

O SR. MORONI TORGAN - Gostaria apenas de dizer que o Comandante Bandeira induziu o depoente a um erro de preço. E isso está tipificado no art. 171 do Código Penal. A tipificação é clara: § 3º: "Obter para si ou para outrem vantagem ilícita, em prejuízo à lei, induzindo ou mantendo alguém em erro." Então, a tipificação é clara. Teria outras perguntas. Agradeço ao Deputado Sigmaringa Seixas.

Pergunto se dentro desse esquema do PC o senhor tem certeza de que na SNVS há problemas também?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Cito as barreiras, principalmente na área de cólera. O processo da cólera ficou mais de 40 dias na SNVS, circulando ou engavetado.

O SR. MORONI TORGAN - Gostaria de fazer um requerimento, pois a SVNS é onde se controla todo o movimento de éter e acetona neste País, éter e acetona que vão para os países andinos onde é fabricada a cocaína. E o principal fornecedor é o Brasil, através das suas fabricações de éter e acetona. Consequentemente, solicito do Sr. Relator um requerimento do mapa de movimento do éter e acetona, que deve haver na SNVS, dos últimos 5 anos, para saber se ela tomou as atitudes que deveria tomar quando o comércio de éter e acetona não se torna ilícito.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Sigmaringa conclua, por favor.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Foi importante o aparte do nobre Deputado, sobretudo pela sua grande experiência em interrogatórios. Entretanto, indagava do eminente depoente se ele conhece os sócios da Control?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, nunca ouvi falar.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. S^a nunca ouviu falar no Sr. Flamarion Pereira de Sousa, Presidente da Control?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, não conheço.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Perdoe-me se V.Exa. já respondeu, mas depois de tanto tempo a memória falha um pouco, quem era o contato principal da Fundação Nacional de Saúde com a Hatsuta?

O SR. TAKESHI IMAI - Eu tive contatos com a área de Saúde, com médicos da medicina do trabalho, com a área da CIPA para desenvolver os kits...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor teve contato com o Sr. Carlos Pastro?

O SR. TAKESHI IMAI - Não, não o conheci. Tive alguns contatos com o Sr. Nelson Marques, fui algumas vezes ao seu gabinete.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Estou satisfeito. A última pergunta. Na verdade, o senhor falou muito pouco sobre Paulo César Farias. Nesses contatos que manteve na Fundação Nacional de Saúde para intermediação de algumas pessoas que o procuraram, V.S^a poderia descrever, de forma circunstanciada como eles ocorriam, sobretudo as referências que eram feitas ao Sr. Paulo César Farias? O senhor referiu-se muito pouco a ele. Como é que ele falava? Que representava o Sr. Paulo César Farias para essas pessoas e esse esquema? V. S^a poderia detalhar um



pouco mais sobre isso.

O SR. TAKESHI IMAI - Ele era continuamente citado. Ele era o chefe da equipe.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas como V. S^a chegou a essa conclusão?

O SR. TAKESHI IMAI - Pelas afirmações do Sr. José Maria da Fonseca, que dizia freqüentemente ser muito amigo do Paulo César Farias. Depois verifiquei que, realmente, ele sempre utilizava jatinhos do Paulo César Farias.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas dentro da Fundação Nacional de Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Na Fundação, não, na CEME. Na Central de Medicamentos, o Luiz Ribeiro fazia menções seguidas...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O que ele dizia?

O SR. TAKESHI IMAI - Ele dizia que realmente Paulo César Farias fazia menções como se ele fosse o chefe, realmente. "Nós somos muito ligados ao esquema PC" - ele dizia claramente. Tanto o comandante Bandeira como o Luiz Ribeiro até se gabavam pelo fato deles serem da equipe para demonstrar que eles tinham poder. Eu achava muito estranho que numa Central de Medicamentos o Presidente Antônio Carlos não tivesse função alguma. Quem mandava, e todo ano, inclusive dizia que era por ser homem do PC.

E realmente era muito estranho que o Diretor Administrativo mandasse muito mais que o Presidente, pois ele era uma pessoa quase ausente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sobre a Empresa From Brazil, o senhor conhece os outros sócios, além do Sr. José Carlos?

O SR. TAKESHI IMAI - Não. Só tive três contatos rápidos.



O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Com o Sr. Paulo César Farias, V. S^a não teve nenhum contato pessoal?

O SR. TAKESHI IMAI - Nenhum.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Uma pergunta, atendendo à solicitação do Deputado Paulo Ramos, que teve que se ausentar. Qual o nome do juiz que decretou a falência?

O SR. TAKESHI IMAI - Mauro Bastos Valbão, da 5^a Vara Cível de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Dr. Sigmaringa Seixas.

O Senador Suplicy é o último orador inscrito, mas queria avisar aos Srs. Parlamentares que a convocação do Dr. Luiz Octávio da Motta Veiga está marcada e confirmada para o dia 22, às 15 hs nesta sala. E, por solicitação do Relator, convoquei o Sr. Luiz Romero Farias para quinta-feira, dia 18, às 10 hs. Amanhã, dia 17, às 10 hs, o Sr. José Maria Fonseca.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, queria fazer um apelo a V. Exa. para que fosse mais rígido com a questão do horário de inquirição ao depoente.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. V. Exa. nos comunicou que está convocando...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Convoquei, não estou convocando.

O SR. WILSON MÜLLER - Perdão! Convocou o Dr. Luís Romero de Farias. Eu queria propor à Comissão que convocasse, conjuntamente, o Dr. Luiz Ribeiro e que na sexta-feira, então, ouvíssemos o Comandante Jorge Bandeira, para que pudéssemos nesta semana ouvir todos os principais citados nessa questão da CEME. E assim, na semana que vem, esta-



ríamos livres para a questão da VASP e proporia que a Comissão analisasse a convocação do Deputado Renan Calheiros para quinta-feira da semana que vem, conforme ele mesmo nos sugeriu, quando estará à disposição para depor.

E também o Dr. Marcos Coimbra que fosse ouvido, de preferência, antes do Dr. Motta Veiga. Mas como sei que V. Exa. tem a opinião de que a convocação no dia 22 é irremediável, que se convoque o Dr. Marcos Coimbra logo em seguida e, depois, o Dr. Renan Calheiros. Assim, fecharíamos o arco de convocações para essas duas semanas de trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Vou encaminhar a sugestão ao Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JACKSON PEREIRA - Sr. Presidente, abri mão da inscrição, mas gostaria de fazer uma observação, se V. Exa. me permitir. Eu pediria vênias à Comissão, para lembrar que o crime de concussão não exige violência nem grave ameaça, é exigir para si ou para outrem vantagem indevida em razão da função. A pena é de oito anos de reclusão e cabe, como todos nós sabemos, a co-autoria. Está no Capítulo de crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, Sr. Takeshi Imai:

Há pouco V. Sa. mencionou que no diálogo com os Srs. Luís Romero e Luiz Ribeiro, não houve propriamente a violência física a V. Sa. Mas considera V. Sa. que houve uma violência moral no sentido de terem



os mesmos ameaçado a sua empresa de não mais fornecer ao Ministério da Saúde?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim. Essa violência moral, essa chantagem aconteceu realmente por obra do Dr. Luiz Ribeiro e do Dr. José Maria da Fonseca.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, em acréscimo ao que o Deputado Wilson Müller acabou de mencionar, queria ressaltar - e isto ensinou-me o Senador Antônio Mariz com quem sempre estou aprendendo - que o art. 158 do Código Penal, que fala em extorsão, diz:

"Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa..."

Está tipificado: pena: reclusão de quatro a dez anos e multa.

Sr. Takeshi Imai, em que escritório V. Sa. dialogou com o Comandante Bandeira, seja na sede da **Brazil-Jet** ou noutro escritório, se tiver ocorrido, por favor identifique onde?.

O SR. TAKESHI IMAI - Foi somente na **Brazil Jet**.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por acaso lá havia terminal de computador?

O SR. TAKESHI IMAI - Sim, do lado do Comandante Bandeira existia um terminal bastante moderno e, além disso, existia um computador **lap-top**

O SR. EDUARDO SUPLICY - Durante a sua presença, foi utilizado o terminal de computador para alguma finalidade?

O SR. TAKESHI IMAI - Não assisti nenhum uso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi-lhe expresso por que normalmente ali se usa bastante um terminal de computador?



O SR. TAKESHI IMAI - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, recebeu uma carta que a mim foi também enviada pelo Sr. José Maria da Fonseca, Presidente da **From Brazil**. Ele me telefonou na sexta-feira informando que o Sr. Takeshi Imai teria tido, ao longo dos últimos vinte anos, um procedimento que, na avaliação dele, seria inadequado.

Vou-me permitir citar alguns dos tópicos para que V. Sa. possa esclarecer:

"No tocante às acusações do Sr. Takeshi, estou em condições de provar que o denunciante está a serviço de uma empresa que pratica vendas fraudulentas ao Ministério da Saúde e SUCAM, pelo menos, há vinte anos. Trata-se da Brasvit Hallem Elliot".

A cada item, por favor, se tiver um esclarecimento, agradeço.

"Entre as mais variadas operações da empresa Brasvit, presidida pelo Sr. Vitório Quebesc, vendiam o inseticida malathion há nove anos pelo preço entre dezesseis e vinte dólares por litro, valendo-se de atestado de representante do produtor nacional, exclusivo. Pelo menos há três anos, o produto passou a ser vendido ao Ministério da Saúde exatamente como era importado, em tambores lacrados, sem qualquer beneficiamento no Brasil, sem a necessária concorrência pública".

O SR. TAKESHI IMAI - Creio que, nesses dias, o Ministério da Saúde fez a maior devassa em cima da empresa Brasvit e Hallem Elliot, porque ele é um dos grandes fornecedores do Ministério da Saúde. A maior devassa feita foi no sentido de tentar realmente criar um problema de reputação dessa empresa. De tudo que apuraram, apareceram no inquérito policial apenas dois itens: venda de peças de reposição de



pulverizadores, com um contrato falso de representação. Está na imprensa. Segundo, uma eventual venda de um veículo Kadett, que teria sido dado de presente para a suposta namorada do Sr. Nelson Marques.

Gostaria de ter oportunidade de esclarecer que a maior devassa foi feita. Ficaram caracterizadas essas situações, que levaram ao inquérito pessoal e à prisão decretada do Sr. Altivel ? Coutinho. Posteriormente, foi verificado que a Hatsuta Industrial S/A é a empresa que era representada. Temos um contrato com a HALLEM e a BRASVIT e ela é, de fato, a nossa representante e tinha apenas uma carta de uma empresa chamada Spraytec, de pequeno porte, que mandou ao Ministério, dizendo que ele poderia fornecer peças Hatsuta. Isso gerou essa acusação de contratos falsos de representação comercial.

Segundo, um veículo Kadett, que teria sido dado de presente pela empresa Brasvit, na realidade, o delegado chegou lá, verificou, disse que tinha um cheque, ele anunciou ao Brasil inteiro e isso não era verdade. O cheque não era da pessoa, mas isso já tinha sido declarado. As duas colocações são falsas.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Senador Eduardo Suplicy, conceda-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Concedo-o rapidamente, por favor.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Com relação à questão da Brasvit, tenho em mãos cerca de 50 bilhões de cruzeiros de empenhos sem licitação. Entre esse empenhos, estão dez da mesma data, do dia 24 de abril, um para o Banco do Brasil, referente à compra de um milhão e seiscentos mil litros de malathion; outro, a favor da BRASVIT, no total de cem mil litros de malathion, no valor de 275 milhões.

Sr. Presidente, se porventura fôssemos pegar, ao preço que está vendido o malathion da Brasvit, na mesma quantidade que foi adquirido



aquele malathion, através do câmbio fechado no Banco do Brasil, teríamos uma compra no valor de quatro bilhões e quatrocentos milhões, ou seja, representaria um superfaturamento de um bilhão, novecentos e quarenta e oito milhões.

Penso que cabe realmente uma análise com relação a essa questão, mas, como não me foi dada a oportunidade de questionar o depoente, devido ao tempo, vou passar ao nobre Relator todas as informações, inclusive a suspeição de que foi paga a propina. Creio que a propina foi paga através do desconto. No tocante a essas trezentas máquinas que foram fornecidas, tenho dúvidas se elas não chegaram à CEME faturadas por uma outra empresa. Isso caberia analisar. Acredito que houve o pagamento da propina através de máquinas.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. TAKESHI IMAI - Posso contestar isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Logo após, V.Sa. responderá ao Deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Farei um conjunto de indagações, para ser o mais breve possível, para que V.Sa. possa responder.

Primeiro, o Sr. José Maria da Fonseca menciona a circunstância em que teve um encontro com V.Sa. no Hotel Naoum Plaza, onde estaria o Sr. Rudnei Coutinho, que diria que intermediaria as venda à CEME, como fez a venda aos primeiros, e fala de outros detalhes.

Nesta mesma carta ele menciona de que na semana passada, na quinta-feira, ele teria recebido telefonemas e pedidos de dinheiro como se fossem no nome de V.Sa. Uma voz masculina, na primeira ligação, pediu 500 milhões e, posteriormente, 300 milhões para que V.Sa. retirasse o nome dele das denúncias.

Pergunto se há algum fundamento nisso?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

No. 100219

Carro 10



E faço uma pergunta, Sr. Presidente, que gostaria que fosse respondida na parte reservada. Mas gostaria de já formulá-la.

Gostaria que o Sr. Takeshi Imai nos relatasse da forma mais completa possível as circunstâncias, segundo o que ele sabe, que levaram o Juiz da 5ª Vara de Guarulhos, Mauro Bastos Valbão a decretar a falência da empresa.

Tudo o que V.Sa. possa dizer que possa ajudar a CPI a ir a fundo nesta questão, por favor responda na parte reservada, na medida que sei da delicadeza do que se passou.

Inclusive, Sr. Presidente, ontem, fui ao Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o juiz desembargador Dino de Santos Garcia, e relatei os fatos que soube pelo Sr. Takeshi Imai, que podem se constituir em grave falta. Pedi ao juiz que averiguasse as circunstâncias.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de ler para os presentes uma breve comunicação que me foi encaminhada pelos funcionários da Hatsuta Industrial, em abaixo assinado, são 77 assinaturas dos 230 funcionários da Hatsuta.

"...que, abaixo assinados, com seus salários atrasados e em situação desesperadora vêm pedir a ajuda, obviamente, desta CPI, para tentar ajudá-los, para que seja o portador do nosso pedido junto ao Ministro Adib Jatene, para que S.Exa., que é um grande homem honesto e capaz, ajude-nos, trabalhadores da Hatsuta, liberando os kits de segurança que nossos técnicos inventaram e testaram com todo carinho para proteger a saúde dos guardas sanitários do Ministério.

O nosso patrão dizia sempre que a turma de Brasília, no Ministério é brava e isso dificultava muito a Hatsuta. Ultimamente ele ficou lá direto, tentando trazer a ordem para poder entregar os



kits para poder nos pagar.

O Prefeito Pascoal Tomeu, de Guarulhos, nos ajudou. Agora pedimos a ajuda do Senador. Nossas famílias, com salários 45 dias atrasados, estão desesperadas. Peguem os bandidos, mas, por favor, ajudem-nos urgente e Deus lhe pague.

Guarulhos, 15 de junho de 1992."

Cumprimentam, na conclusão, o depoente pela corajosa atitude.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. Logo após o Deputado Roberto Freire falará e o Deputado Jamil Haddad.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, o depoente fez um pedido para que tivéssemos uma sessão secreta para que dissesse alguma coisa, alguns nomes. Mas o Senador Eduardo Suplicy - e a impressão que tenho é de que essa pergunta que S.Exa. fez com relação ao juiz já foi para a imprensa saber o que S.Sa. iria dizer na reunião secreta, porque o juiz decretou a falência e depois recuou. Isso é grave e S. Exa., o Senador Eduardo Suplicy, não devia ter feito essa pergunta agora, porque expôs muito o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, assisti ao depoimento quase que integralmente e ocorreu-me a necessidade de, talvez, esta CPI adotar uma determinada política que é própria até dos seus objetivos. O que percebi, inclusive por algumas inquirições, foi que qualquer cidadão que se dispuser a discutir processo de corrupção na administração pública corre o risco de ficar num limbo como denunciador e vítima e, ao mesmo tempo, passar a ser réu, na concepção de alguns.



Isso é normal, até porque o crime de corrupção não é apenas do agente da administração pública mas também daquele ativo. É sempre um crime de concurso.

Nesse sentido, seria fundamental termos um pouco da experiência de outros países, diante de processos que se transformaram em quase epidemias, um termo que está muito em moda nesse depoimento.

No caso do terrorismo na Itália, as Brigadas Vermelhas forçaram o Congresso a adotar determinadas medidas legislativas para combater o terrorismo. No caso dos Estados Unidos, também em função de processos de corrupção, tentou-se um mecanismo de colaboração com a justiça. Esse é o tipo do crime em que, se não houver a possibilidade de extinção de punibilidade, de redução de pena por colaboração à justiça, é quase que impossível se ter comprovação material.

Aqui foi aventada, inclusive, a questão do indulto. Porém, é difícil estar apurando corrupção e esperar indulto de quem hoje já não está mais fora da CPI, como disse um jornalista, mas já está dentro, que é o Presidente da República.

Acredito que esta Casa, a partir de uma iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderia, já que com urgência urgentíssima aprova o que interessa ao Executivo, o que interessa ao País, também em urgência urgentíssima, aprovar uma lei que esta CPI julgasse necessária para não apenas ela mas o País, como um todo, começasse a ter capacidade de investigar, de apurar, de denunciar e de punir.

Encontra-se tramitando na Casa um projeto de lei do Deputado Mendes Thame que, apropriando-se dessa experiência da luta contra as Brigadas Vermelhas, contra a Máfia, contra a corrupção, detém essa capacidade de dizer da extinção da punibilidade, da redução da pena para aqueles que se prontificarem a colaborar com a justiça.



Esta Comissão poderia adotar uma postura, por unanimidade, para que, com urgência urgentíssima, tanto a Câmara quanto o Senado aprovassem uma lei que criasse esse mecanismo, que iria nos ajudar muito. Não iríamos ter apenas aqui aquele que vem denunciar uma tentativa, até porque, se provavelmente tivesse participado, não estaria aqui, pois seria também corrupto tanto quanto o agente da administração. Seria importante que tivéssemos essa capacidade.

É uma proposta que faço à CPI.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar que ainda não houve resposta à minha última indagação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Perfeito. Concedo a palavra ao Deputado Jamil Haddad pela ordem. Depois passarei a palavra ao Dr. Takeshi Imai.

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente, procurei pessoalmente V. Exa., assim como ao Relator, porque V. Exa. anunciou que na quinta e na sexta-feira teríamos depoimentos a serem prestados a esta Comissão.

Quero apenas lembrar que este final de semana é o prazo fatal das convenções nos Municípios para as candidaturas às prefeituras. Como um grande número de Parlamentares terão que ir aos seus Municípios, aos seus Estados, poderíamos fazer uma nova programação, já que não faria sentido a presença de depoentes aqui com a ausência de Parlamentares.

De modo que coloco essa questão à Mesa para que haja uma deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Mesa apenas citou a quinta-feira, Deputado Jamil Haddad, pois na sexta-feira, no sábado e no domingo não teremos trabalhos na Comissão.



Dessa forma, teremos os depoimentos até quinta-feira, reservando a sexta-feira, o sábado e o domingo para as convenções estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Sr. Takeshi Imai para responder ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. TAKESHI IMAI - A respeito dessas colocações do Sr. José Maria, entendo que são absurdas, desesperadas. Nesses próximos dias ele prestará seu depoimento, permitindo que V. Exas., ouvindo-o, possam comparar e tirar as suas próprias conclusões.

Jamais fiz qualquer tipo de ameaça como essa. Posteriormente, em sessão secreta, denunciarei as ameaças que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está suspensa a reunião, por cinco minutos, para que os jornalistas, assessores e demais pessoas que não sejam Parlamentares se retirem e, logo após, retornaremos aos trabalhos, em reunião secreta..

(A reunião, às 15h50min, passa a ser secreta)